



**Ministério da Educação  
Universidade Federal do Paraná  
Setor de Tecnologia  
Curso de Arquitetura e Urbanismo**



MAYRA MAYUMI AIHARA

# **O DESENHO URBANO E A PREVENÇÃO DO CRIME NO CENTRO DE CURITIBA**

CURITIBA

2012

MAYRA MAYUMI AIHARA

# **O DESENHO URBANO E A PREVENÇÃO DO CRIME NO CENTRO DE CURITIBA**

Monografia apresentada à disciplina Orientação de Pesquisa (TA040) como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Setor de Tecnologia, da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

**ORIENTADOR(A):**

Prof.<sup>a</sup> Dra. Gislene de Fátima Pereira

CURITIBA

2012

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

*Orientadora: Gislene de Fátima Pereira*

---

*Examinador: Luis Henrique Cavalcanti Fragomeni*

---

*Examinadora: Madianita Nunes da Silva*

---

*Monografia defendida e aprovada em:*

*Curitiba, 22 de outubro de 2012.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dra. Gislene de Fátima Pereira, pelas contribuições e sobretudo pela perseverança.

À equipe do Centro Vivo pela simpatia e pela qualidade e pronta disponibilidade das pesquisas.

Agradeço também aos amigos pela compreensão às minhas ausências.

À Gabriela, Taís, Vivian, Bárbara, Carla, Isabelle e Maria pela parceria, por tantas risadas, conversas, desabafos e por tornarem estes anos de faculdade tão especiais.

Aos meus irmãos pelo incentivo, um tanto quanto inconsciente, mas nem por isso menos valioso.

Agradeço especialmente ao Marcelo Pinheiro de Souza pelo apoio irrestrito, pela força e cumplicidade, e por todo amor e carinho.

Por fim, aos meus pais, meus maiores exemplos, agradeço pela estrutura e amparo, pelas oportunidades oferecidas, pela confiança depositada, por tanta preocupação e cuidado, pela disponibilidade ilimitada e, principalmente, pelo amor incondicional.

Provisoriamente não cantaremos o amor,  
que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos.  
Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços,  
não cantaremos o ódio porque esse não existe,  
existe apenas o medo, nosso pai e nosso companheiro,  
o medo grande dos sertões, dos mares, dos desertos,  
o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das igrejas,  
cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas,  
cantaremos o medo da morte e o medo de depois da morte,  
depois morreremos de medo  
e sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas.

Carlos Drummond de Andrade

## RESUMO

O presente trabalho trata da influência do Desenho Urbano na prevenção da criminalidade no bairro Centro da cidade de Curitiba. O interesse pelo tema surgiu primeiramente do questionamento sobre a veracidade de tal influência, para em seguida, a partir de sua aceitação, focar-se nos níveis de abrangência, características e implicações. Partindo do princípio que o ambiente físico das cidades apresenta características que podem tanto facilitar quanto inibir práticas delitivas, considera-se que o desenho urbano possui influência nos níveis criminais de tal área. Desta forma, o comportamento individual, como produto da interação entre pessoa e ambiente em que vive, configura o crime – comportamento do delinquente – como sendo também resultado desta dinâmica. O objetivo da pesquisa é, portanto, analisar a relação entre o desenho urbano e a criminalidade em Curitiba, como forma de embasar a intervenção a ser proposta numa próxima etapa. Chega-se à escolha do bairro central pelas altas taxas de ocorrências criminais registradas na região, das quais a grande maioria refere-se a crimes realizados contra o patrimônio relacionados, principalmente, a furtos e roubos. Tal tipologia de crimes foi escolhida para análise por tratar-se da mais significativa em relação às oportunidades delitivas oferecidas pelo ambiente construído. Chega-se então à constatação que, antes de tudo, a análise das formas de apropriação, dos usos e das funções dos espaços públicos, é indispensável no estudo dos fatores de desfiguração relacionados ao crime e ao sentimento de insegurança nas cidades. Observa-se também que a redução focalizada das oportunidades criminais pode produzir declínios ainda mais amplos nos índices, pois medidas preventivas aplicadas em uma área delimitada do território podem difundir os benefícios para locais e horários próximos.

Palavras-chave: Desenho Urbano. Prevenção do crime. Insegurança. Espaço público.

## **ABSTRACT**

This work discusses the influence of Urban Design in crime prevention in the center neighborhood of Curitiba. The interest in the subject first emerged from questioning the veracity of such influence, then from your acceptance, focusing on levels of scope, characteristics and implications. Assuming that the physical environment of cities has characteristics that can both inhibit as facilitate the criminal offense practice, it is considered that the urban design has influence on the criminal levels of such area. Thus, individual behavior, as a product of the interaction between person and environment in which he lives, configures the crime - delinquent behavior - as well as being a result of this dynamic. The objective of the research is therefore to analyze the relationship that exists between urban design and crime in Curitiba, as a way of basing the intervention being proposed as a next stage. The central district was chosen by high rates of recorded criminal incidents in the area, the vast majority of which refer to crimes carried out against property mainly related to thefts and robberies. This type of crime has been chosen for analysis because it is the most significant in relation to criminal opportunities offered by the built environment. Noting that, first of all, the analysis of the forms of ownership, the uses and functions of public spaces are essential in the study of disfigurement factors related to crime and fear of crime in the cities. And, it is also observed that the focused reduction of criminal opportunities can produce even larger declines in the indexes because the preventive measures applied on a local broadcast benefits for nearby locations and times.

Keywords: Urban Design. Crime prevention. Insecurity. Public spaces.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ESQUEMA REPRESENTATIVO DA FORMAÇÃO DO "SENTIDO DO LUGAR" .....	15
FIGURA 2: PLANTAS FIGURA-FUNDO DESTACANDO MALHA VIÁRIA, ESPAÇO PRIVADO, PERFIL FUNDIÁRIO E ESPAÇO CONSTRUÍDO, RESPECTIVAMENTE.....	16
FIGURA 3: ESQUEMA DO PROCESSO DE PERCEPÇÃO/COGNIÇÃO/RESPOSTA .....	18
FIGURA 4: TRIÂNGULO BÁSICO DO CRIME .....	28
FIGURA 5: CLASON POINT VISTO DA RUA, ANTES DAS MODIFICAÇÕES .....	41
FIGURA 6: ÁREAS INTERNAS DOS TERRENOS DE CLASON POINT, ANTES DAS MODIFICAÇÕES .....	42
FIGURA 7: COMPOSIÇÃO DOS “MAPAS DO MEDO”, PRODUZIDOS PELOS MORADORES.....	43
FIGURA 8: VISTA DE PÁTIO DOS FUNDOS DELIMITADO POR GRADE .....	44
FIGURA 9: VISTA DOS QUINTAIS COLETIVOS E NOVO MOBILIÁRIO, NO PASSEIO CENTRAL.....	45
FIGURA 10: VISTA DO ANTES E DO DEPOIS DAS MODIFICAÇÕES.....	45
FIGURA 11: VISTA DE UMA ÁREA DE JOGOS, COM CESTA DE BASQUETE E BANCO ADJACENTE .....	46
FIGURA 12: VISTA AÉREA DE UMA PORÇÃO DE CLASON POINT .....	46
FIGURA 13: VISTA DA ÁREA CENTRAL DE CLASON POINT, ANTES DAS MODIFICAÇÕES .....	47
FIGURA 14: PLANO PARA ÁREA CENTRAL – ÁREA PARA IDOSOS, CRIANÇAS E JOVENS .....	48
FIGURA 15: MAPA DO BAIRRO NORTH ASYLUM HILL .....	53
FIGURA 16: MAPA DO PROBLEMA, NORTH ASYLUM HILL.....	54
FIGURA 17: CRONOGRAMA DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DO CRIME DE HARTFORD .....	57
FIGURA 18: : MAPA DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA, NORTH ASYLUM HILL ...	58
FIGURA 19: VISTA DE CURITIBA, 1865, AQUARELA ATRIBUÍDA AO PINTOR JOSEPH KELLER.....	80

FIGURA 20: MAPA LOCALIZAÇÃO DE CURITIBA.....	81
FIGURA 21: MAPA REGIONAIS DE CURITIBA .....	81
FIGURA 22: MAPA EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA DE CURITIBA .....	82
FIGURA 23: MAPAS DEZ BAIRROS MAIS DENSOS DE CURITIBA, 1970/2010.....	84
FIGURA 24: MAPAS DENSIDADE DOMICILIAR EM CURITIBA, 1980/2010 .....	85
FIGURA 25: MAPA CONCENTRAÇÃO DE REGISTROS CRIMINAIS, CURITIBA 2008 ....	90
FIGURA 26: MAPAS LOCALIZAÇÃO NA CIDADE DE CURITIBA E BAIRRO CENTRO ....	93
FIGURA 27: PLANTA SÍNTESE CENTRO.....	95
FIGURA 28: MAPA RECORTE DO CENTRO.....	99
FIGURA 29: MAPA PERÍMETRO DE ANÁLISE COM DIVISÃO DE ÁREAS.....	99
FIGURA 30: FOTO CHAFARIZ PRAÇA OSÓRIO (ÁREA 1) .....	100
FIGURA 31: FOTO PRAÇA OSÓRIO (ÁREA 1).....	100
FIGURA 32: FOTO PRAÇA RUI BARBOSA (ÁREA 2) .....	100
FIGURA 33: FOTO RUA DA CIDADANIA MATRIZ (ÁREA 2).....	100
FIGURA 34: FOTO PRAÇA CARLOS GOMES (ÁREA 3).....	101
FIGURA 35: FOTO CATEDRAL (ÁREA 4).....	101
FIGURA 36: FOTO BUSTO PRAÇA TIRADENTES (ÁREA 4).....	101
FIGURA 37: FOTO RUA MONSENHOR CELSO (ÁREA 4).....	101
FIGURA 38: FOTOS RUA XV DE NOVEMBRO (ÁREAS 4 E 5) .....	102
FIGURA 39: FOTO PRAÇA GENEROSO MARQUES (ÁREA 5).....	103
FIGURA 40: FOTO PRAÇA GENEROSO MARQUES (ÁREA 5).....	103
FIGURA 41: FOTO PAÇO MUNICIPAL, PRAÇA GENEROSO MARQUES (ÁREA 5) .....	103
FIGURA 42: TERMINAL METROPOLITANO GUADALUPE (ÁREA 6) .....	103
FIGURA 43: FOTO RUA MARECHAL DEODORO (ÁREA 7) .....	104
FIGURA 44: FOTO PRAÇA SANTOS ANDRADE, TEATRO GUAÍRA (ÁREA 8) .....	104
FIGURA 45: FOTO PRAÇA SANTOS ANDRADE (ÁREA 8) .....	104
FIGURA 46: FOTO PRAÇA SANTOS ANDRADE, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (ÁREA 8).....	104

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: COMO OS DELINQUENTES ESCOLHEM O LOCAL DO DELITO .....	32
GRÁFICO 2: SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, BRASIL ....	74
GRÁFICO 3: GRÁFICO EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE HOMICÍDIO, BRASIL 1980/2010 .....	77
GRÁFICO 4: DEZ BAIRROS MAIS DENSOS DE CURITIBA EM 2010 .....	83
GRÁFICO 5: REGISTROS DE CRIMES CONSUMADOS POR PRINCIPAIS TÍTULOS PENAIIS EM CURITIBA, 2º TRIMESTRE 2012 .....	87
GRÁFICO 6: REGISTROS DE CRIMES CONSUMADOS CONTRA O PATRIMÔNIO POR TRIMESTRE, CURITIBA 2007/2012 .....	88
GRÁFICO 7: REGISTROS DE CRIMES CONSUMADOS CONTRA O PATRIMÔNIO POR TIPO DE CRIME, CURITIBA 2007/2012 .....	89
GRÁFICO 8: REGISTROS DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO SEGUNDO DIAS DA SEMANA E FAIXA HORÁRIA, PARANÁ 2011.....	92
GRÁFICO 9: PIRÂMIDES ETÁRIAS CENTRO E CIDADE DE CURITIBA, 2010.....	94
GRÁFICO 10: PRINCIPAIS PALAVRAS ASSOCIADAS AO CENTRO.....	96
GRÁFICO 11: PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS DO CENTRO .....	97

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: SÍNTESE DO EXPERIMENTO DE CLASON POINT.....	51
QUADRO 2: SÍNTESE DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DO CRIME DE HARTFORD .....	61
QUADRO 3: SÍNTESE DO PROGRAMA PRIH LUZ.....	70
QUADRO 4: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTUDO DA REALIDADE .....	105

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, BRASIL .....	74
TABELA 2: MORTES DIRETAS EM CONFLITOS ARMADOS NO MUNDO E DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL, 2004/2007 .....	78
TABELA 3: ORDENAMENTO DAS CAPITAIS POR TAXAS DE HOMICÍDIO (EM 100 MIL HABITANTES), BRASIL 2000/2010 .....	79
TABELA 4: RENDIMENTO MENSAL MEDIANO POR BAIRROS, CURITIBA 2010 .....	86
TABELA 5: ORDEM DOS BAIRROS SEGUNDO A NATUREZA DE ROUBO, CURITIBA 2008 .....	91
TABELA 6: ORDEM DOS BAIRROS SEGUNDO A NATUREZA DE FURTO, CURITIBA 2008 .....	91

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA.....</b>	<b>14</b>
2.1 O Processo de Desenho Urbano .....	14
2.1.1 Morfologia Urbana.....	15
2.1.2 Análise Visual.....	17
2.1.3 Percepção do Meio Ambiente .....	18
2.1.4 Comportamento Ambiental.....	20
2.2 Apropriação, Uso e Segurança Pública .....	21
2.3 A Oportunidade Criminal.....	23
2.4 A Prevenção do Crime através do Desenho Urbano.....	25
2.4.1 Precedentes Históricos .....	25
2.4.2 Conceitos .....	27
2.4.3 Estratégias de Abordagem.....	30
2.5 Considerações Acerca da Conceituação Temática .....	37
<b>3 ESTUDOS DE CASO .....</b>	<b>39</b>
3.1 O Experimento de Clason Point.....	39
3.1.1 Características Gerais da Área .....	40
3.1.2 Origens do Crime e do Medo .....	41
3.1.3 O Programa Proposto .....	43
3.1.4 Impactos do Programa .....	49
3.1.5 Quadro-síntese.....	51
3.2 O Programa de Prevenção do Crime de Hartford .....	52
3.2.1 Características Gerais da Área .....	52

3.2.2 Origens do Crime e do Medo .....	54
3.2.3 O Programa Proposto .....	56
3.2.4 Impactos do Programa .....	59
3.2.5 Quadro-síntese.....	61
3.3 O PRIH Luz de São Paulo .....	62
3.3.1 Características da Área de Intervenção .....	62
3.3.2 O Programa Proposto .....	64
3.3.3 Conflitos e Limites do Programa .....	68
3.3.4 Quadro-síntese.....	70
3.4 Considerações acerca dos Estudos de Caso .....	71
<b>4 ESTUDO DA REALIDADE .....</b>	<b>73</b>
4.1 Urbanização e Violência nas Cidades Brasileiras.....	73
4.2 A Cidade de Curitiba .....	80
4.2.1 Dados Gerais .....	80
4.2.2 A Criminalidade e sua Espacialização .....	86
4.3 O Bairro Centro.....	93
4.3.1 Dados Gerais .....	93
4.3.2 A Percepção do Centro .....	96
4.3.3 A Identificação do Perímetro .....	98
4.4 Considerações Acerca do Estudo da Realidade.....	105
<b>5 DIRETRIZES GERAIS DE PROJETO .....</b>	<b>106</b>
5.1 Diretrizes Específicas .....	107
5.2 Plano de Ações.....	108
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>110</b>

# 1 INTRODUÇÃO

O crescimento contínuo dos índices de violência cotidiana e criminalidade configura um problema a ser enfrentado na organização da vida social e do espaço, especialmente dos grandes centros urbanos. O sentimento de insegurança e o medo do crime estabelecem novos padrões de comportamentos e transformam a paisagem das cidades.

A questão da segurança pública, neste contexto, não pode mais ser atribuída somente ao governo e à polícia, assim como as causas geradoras do problema não devem ser analisadas apenas por meio do viés social ou ideológico. Partindo do princípio que o comportamento humano seja reflexo da interação entre o indivíduo e o ambiente físico em que vive (sem com isso negar a influência das variáveis psicológicas e sociais) pode-se considerar que o crime – comportamento criminal – seja também produto dela. Desta forma, a disposição do espaço das cidades, seu desenho urbano, possui a capacidade de favorecer ou inibir a tradução de propensões criminais em ações concretas, apresentando papel tanto na geração quanto na prevenção do crime.

Em um primeiro momento o presente estudo pretenderá tratar da influência que o desenho urbano possui na prevenção do crime, por meio da análise de projetos realizados, conceitos, estratégias e abordagens práticas relacionadas à questão. A proposta tem o objetivo de identificar possíveis alterações no desenho das cidades para a criação de ambientes urbanos onde a prática criminal seja inibida ou dificultada, tornando-os mais aptos para lidar com a desordem e, por conseguinte, tornando-os mais seguros. Em um segundo momento a questão do crime será situada no contexto nacional, municipal, finalizando no bairro – como forma de justificar a escolha de uma área determinada – através dos aspectos físicos, populacionais e, sobretudo, dos índices criminais analisados e sua espacialização para, num terceiro momento, expor-se os objetivos e as proposições. Os crimes contra o patrimônio – relacionados a furtos e roubos – serão priorizados para a análise por representarem os de maior influência e

aplicabilidade dos conceitos e estratégias de Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental (PCAA).

O trabalho dividir-se-á em cinco capítulos. O primeiro, “**Introdução**”. O segundo, “**Conceituação Temática**”, iniciará com a descrição breve de aspectos relacionados à teoria do desenho urbano, estabelecendo definições sobre o processo, com objetivo de embasar o enfoque metodológico a ser proposto. Na sequência analisar-se-á a importância do estudo das formas de apropriação, dos usos e das funções dos espaços públicos, como fatores de degradação relacionados ao crime e ao sentimento de insegurança. O papel das oportunidades criminais será definido para, em seguida, conceituar-se efetivamente o tema deste trabalho, com base na bibliografia existente sobre a “Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental (PCAA)”. No terceiro capítulo, “**Estudos de Caso**”, serão descritos três projetos: os dois primeiros tratarão de intervenções com aplicação dos conceitos de PCAA e o terceiro tratará do assunto de reabilitação de área central, porém com enfoque distinto. Os estudos possuirão o objetivo de fundamentar a discussão sobre a prevenção do crime através do desenho urbano, bem como subsidiar a intervenção a ser proposta. No quarto capítulo, “**Estudo da Realidade**”, analisar-se-á as questões da criminalidade e sua espacialização, partindo de um panorama geral da situação do Brasil, para um enfoque na cidade de Curitiba, destacando, por fim, o bairro Centro. O objetivo do capítulo será, além de fornecer dados gerais sobre as diferentes escalas, justificar a escolha da região para a proposta de intervenção. Delimitar-se-á então um perímetro dividido em áreas semelhantes para, posteriormente a este trabalho, eleger-se um recorte específico. O quinto (e último) capítulo, “**Diretrizes Gerais**”, estabelecerá os objetivos gerais e específicos, finalizando com um plano de ações para a etapa seguinte.

O tema deste trabalho contempla, portanto, a influência que o desenho urbano pode exercer sobre a prática criminal no bairro Centro da cidade de Curitiba. E, indo além, trata-se da crença de que as propostas permitam generalizações com alcances maiores, ao tratarem de questões relevantes ao planejamento das áreas centrais de grandes cidades, focalizadas, contudo, em um desenvolvimento urbano sustentado pela segurança pública.

## 2 CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA

### 2.1 O Processo de Desenho Urbano

O Desenho Urbano – como ramo que lida com a qualidade físico-ambiental das cidades – ao invés de projeto ou produto acabado, de acordo com Del Rio (1990), deve ser encarado como um processo, devendo permear a atividade de planejamento nas suas diversas etapas. Seu surgimento pode ser visto como uma forma de preencher o “vazio” existente entre as disciplinas de Arquitetura e de Planejamento Urbano, ao envolver “o campo vivencial mais próximo do usuário dos sistemas e estruturas urbanas.” (DEL RIO, 1990, p.51). O teórico propôs defini-lo como:

**[...] campo disciplinar que trata a dimensão físico-ambiental da cidade, enquanto conjunto de sistemas físico-espaciais e sistemas de atividades que interagem com a população através de suas vivências, percepções e ações cotidianas.** Procura-se tratar da produção, da apropriação e do controle do meio ambiente construído, processos estes que estão, necessariamente, permeados pela dimensão temporal. (DEL RIO, 1990, p.54)

Norteadado pela intenção de se manter coerente com a definição acima proposta, o autor sugeriu um enfoque metodológico ao Desenho Urbano que, ao invés de concentrar-se em uma teoria específica, busque a compreensão dos fenômenos urbanos em várias delas, de forma complementar. Uma propriedade que aproximaria as teorias a serem adotadas, segundo o autor, é a tentativa de analisar e atuar no espaço urbano sob a ótica do usuário, através de como “ele vê, sente, compreende, utiliza e se apropria da cidade, de sua forma, seus elementos e suas atividades sociais.” (DEL RIO, 1990, p.69).

O enfoque metodológico proposto pelo autor para investigação e atuação em desenho urbano parte de quatro categorias complementares: “Morfologia Urbana”;

“Análise Visual” e “Percepção do Meio Ambiente”; “Comportamento Ambiental”. Tais categorias abrangem, respectivamente, a dimensão física, de percepções e comportamental, para a formação do “sentido do lugar, conforme o esquema (FIGURA 1) a seguir.



FIGURA 1: ESQUEMA REPRESENTATIVO DA FORMAÇÃO DO "SENTIDO DO LUGAR"

FONTE: Vicente del Rio (1990, p.70)

### 2.1.1 Morfologia Urbana

A Morfologia Urbana abrange a dimensão física da formação do “sentido do lugar”, ou seja, o tecido urbano e seus elementos construídos. São objetos de análise desta esfera de vivência, a evolução, as transformações, as inter-relações e os processos sociais geradores dos atributos físicos urbanos (DEL RIO, 1990).

Em termos morfológicos, a cidade pode ser compreendida – pragmaticamente – em três níveis organizacionais básicos, em torno dos quais acontecem as apropriações sociais e se estruturam todos os significados: o nível coletivo, o comunitário e o individual (DEL RIO, 1981<sup>1</sup>, *apud* DEL RIO, 1990). A questão temporal varia de acordo com os níveis de modo decrescente, sendo maior a permanência no tempo quando se trata da dimensão coletiva, intermediária na comunitária e, com maior rapidez de sofrer mutações, a individual.

<sup>1</sup> DEL RIO, Vicente. *Against the Tide: Upgrading and Expanding a Favela*. Dissertação de Mestrado. Join Centre for Urban Design, Oxford Polytechnic. Oxford. 1981.

Del Rio (1990) sugere então alguns elementos para análise da Morfologia Urbana, por meio de lógicas evolutivas e estruturadoras da cidade. São eles: **crescimento** – modos, intensidades, direções, elementos geradores e reguladores, limites, modificação de estruturas, pontos de cristalização; **traçado e parcelamento** (FIGURA 2) – ordenadores do espaço, estrutura fundiária, relações, distâncias, circulação, acessibilidade; **tipologias dos elementos urbanos** – edifícios, lotes, quadras, praças, esquinas; **articulações** – relações entre cheios e vazios, hierarquias, domínios do público e privado, densidades.



FIGURA 2: PLANTAS FIGURA-FUNDO DESTACANDO MALHA VIÁRIA, ESPAÇO PRIVADO, PERFIL FUNDIÁRIO E ESPAÇO CONSTRUÍDO, RESPECTIVAMENTE

FONTE:Vicente del Rio (1990, p.84)

A Morfologia Urbana, por conseguinte, consiste em uma importante categoria de análise para a intervenção em áreas existentes (e o desenho de novas), mediante soluções, cultural e socialmente, mais adequadas.

### 2.1.2 Análise Visual

A busca por uma “lógica condicionadora das qualidades estéticas urbanas” (DEL RIO, 1990, p.91) acaba por definir a Análise Visual como uma categoria de estudo considerada subjetiva, por depender dos sistemas de valores próprios do observador, sua capacidade de perceber e interpretar. Esta busca – relacionada à compreensão das mensagens e dos relacionamentos, assim como às emoções que transmitem ao espectador – é interposta permanentemente pelo caráter individual e particular.

Estabelecidos como teorias ou métodos de “paisagem urbana” (“*townscape*”), os trabalhos de Análise Visual, baseiam-se em uma investigação um tanto intuitiva e artística da paisagem. Vicente del Rio (1990), citando Cullen (1974)<sup>2</sup>, apresentou três formas através das quais são produzidas – pelo meio ambiente – respostas emocionais: **ótica, lugar e conteúdo**.

Por meio da **ótica**, as reações são consideradas partindo apenas das experiências visuais e estéticas. Algumas temáticas que influenciam a resposta emocional relacionada à ótica são: “deflexão (desvio angular da visada), incidente (atrai o olhar), estreitamentos (converge o olhar), antecipação (desperta curiosidade)” (DEL RIO, 1990, p.88).

O sentido do **lugar** transmite, por sua vez, respostas emocionais relacionadas à percepção do conjunto de elementos formadores do ambiente imediato. Sendo marcante e empiricamente verificável, abrange a sensação de pertencimento, proteção, territorialidade, domínio.

Elementos como cor, escala, textura, estilo, caráter e unidade são exemplos de significados que, quando percebidos em conjunto, definem o **conteúdo** compreendido

---

<sup>2</sup> CULLEN, Gordon. *El Paisaje Urbano*: Tratado de Estética Urbanística. Blume-Labor, Barcelona, 1974.

pelas experiências nos espaços urbanos. A composição e o relacionamento destes elementos visuais geram riqueza de significados e sugestões de comportamentos, podendo, nesta categoria, analisarem-se os graus de intimidade, multiplicidade de usos, escala, confusão, complexidade, antropomorfia, entre outros aspectos.

### 2.1.3 Percepção do Meio Ambiente

O estudo da Percepção Ambiental, no campo do Desenho Urbano, possui o objetivo principal de identificar imagens públicas e de memória coletiva. A percepção, neste contexto, adquire papel de mediação entre homem e ambiente urbano, por meio de um processo primordialmente seletivo e visual. Sendo processada seletivamente, é conhecida somente mediante aquilo que os objetivos mentais preparam para perceber, ou seja, existem diversos fatores que influenciam na percepção – entre eles fatores culturais, sociais, econômicos, memória –, fazendo com que dependa e varie de acordo com eles, conforme ilustra a FIGURA 3, abaixo.

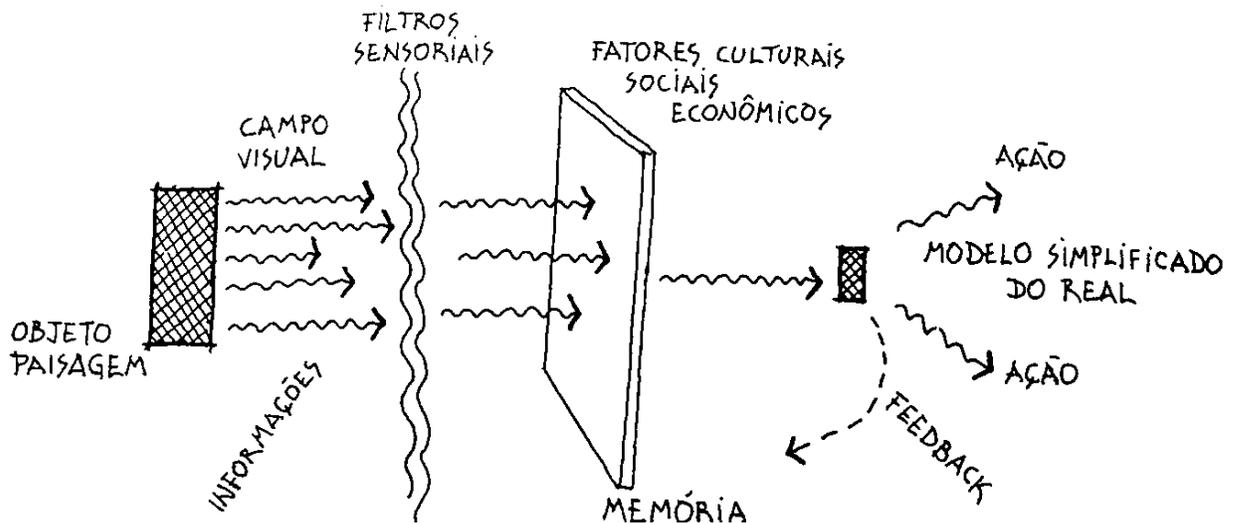


FIGURA 3: ESQUEMA DO PROCESSO DE PERCEPÇÃO/COGNIÇÃO/RESPOSTA

FONTE: Vicente del Rio, 1990, p.92.

Pode-se dividir o processo de construção do sentido humano em três fases distintas. A primeira é a fase de “percepção”, que abrange o campo sensorial; a segunda, “seleção” através do campo da memória; e a última, a “atribuição de significados”, envolvendo o raciocínio. As fases correspondem a um percurso que leva à ação e à memorização, como fins de grande valor significativo, conforme previamente ilustrado pela FIGURA 3.

As diretrizes para a organização físico-espacial devem portanto, ser resultantes deste estudo de “o que”, “como” e “com qual intensidade” os usuários tomam consciência do espaço em que vivem, ou seja, através das chamadas “pistas ambientais” para o projeto.

Vicente del Rio (1990), citando Lynch (1960)<sup>3</sup>, conceitua três qualidades urbanas, sendo elas: **legibilidade, estrutura e identidade, imageabilidade**. A primeira, **legibilidade**, é considerada uma das mais importantes por Lynch, definida como “a facilidade com que as partes podem ser reconhecidas e organizadas em um padrão coerente” (LYNCH, 1960, *apud* DEL RIO, 1990, p. 93), possuindo o objetivo de criar uma relação de harmonia – “senso de segurança emocional” – entre o usuário e o mundo exterior. A **estrutura e identidade** deve proporcionar ao observador a capacidade de apreender significados – tanto práticos quanto emocionais – na imagem ambiental, correspondendo à identificação, diferenciação, personalidade e individualidade de uma determinada área. A última, **imageabilidade**, trata da qualidade que um objeto físico possui de evocar uma imagem marcante no observador, ou seja, a capacidade de imposição na percepção e na memória através de sua “força”. Alguns elementos urbanos de destaque para a imageabilidade são: os percursos, os limites, os setores, os nós e os marcos.

O autor finaliza ressaltando a importância do estudo da Percepção Ambiental, como complemento aos enfoques externos e científicos, pois:

---

<sup>3</sup> LYNCH, Kevin. *The Image of the City*. MIT Press, Cambridge, Massachusetts, 1960.

“[...] reside no fato que a população busca perceber lugares familiares em seu ambiente construído que estejam carregados de memórias significativas e que possam gerar-lhes estabilidade psíquica e social.” (DEL RIO, 1990, p.96).

#### **2.1.4 Comportamento Ambiental**

Partindo da hipótese de que comportamentos e ações são influenciados – de alguma forma e com alguma intensidade – pelo ambiente físico, pode-se concluir que este facilita, sugere, inibe ou define tais procedimentos, agindo como uma espécie de catalisador, estimulando positiva ou negativamente. O estudo do Comportamento Ambiental, portanto, auxilia na compreensão das cidades, complementando o procedimento metodológico do Desenho Urbano.

O estudo comportamental relacionado ao ambiente físico em que ocorre é indispensável na obtenção de implicações projetuais, afinal, os espaços públicos sem seus usuários carecem de significados e de importância. Por isso, são consideradas temáticas básicas: as formas de apropriação, os comportamentos, sua periodicidade e como se relacionam num mesmo espaço urbano. Estas temáticas, segundo Del Rio (1990), pressupõem a repetição de certos acontecimentos, sendo possível formar padrões e arranjos comportamentais. O autor sugeriu quatro grupos principais para a análise comportamental, classificando-os em: “sequências comportamentais”; “palcos de ação”; atividades específicas”; e “territórios”. Tal investigação pode ser realizada através de fotografias, filmagens, entrevistas, questionários, mapeamentos, diagramas de uso, estudo de costumes, observação sistematizada, entre outros meios. (DEL RIO, 1990).

## 2.2 Apropriação, Uso e Segurança Pública

As cidades apresentam dois tipos principais de espaços: os abertos – públicos e de uso coletivo; e os fechados – construídos e de uso particular. Entre estes dois opostos são estabelecidas relações de apropriação diferencial (SANTOS E VOGEL, 1985). No entanto, como forma de compreender melhor os processos de desenvolvimento urbano sob o ponto de vista da segurança pública, o estudo das formas de apropriação dos primeiros – espaços abertos, públicos e de uso coletivo – torna-se fundamental.

As ruas – e suas calçadas – representam os principais locais públicos das cidades, abrigando diversas formas de interações e eventos. Constituindo mais do que uma simples via ou caminho, é na rua – “palco por excelência do social” (SANTOS E VOGEL, 1985, p.83) – que a vida coletiva acontece, transformando-a, além de definidora dos limites territoriais, em referencial – do sistema de relações que orienta o uso dos espaços – de alto significado. Em decorrência disto, Jane Jacobs, no livro “Morte e Vida de Grandes Cidades”, afirma que quando consideram uma cidade – ou parte dela – “perigosa ou selvagem, o que querem dizer basicamente é que não se sentem seguras nas calçadas.” (JACOBS, 2000, p.29).

A paz nas ruas e nas calçadas, componente da ordem pública, é sustentada essencialmente pelo sistema “de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados.” (JACOBS, 2000, p.32). A preservação da segurança pública não deve ser realizada apenas pela polícia, sem contestar deste modo, sua necessidade. Os usuários e os usos que limitam o espaço público possuem papel ativo na sustentação da ordem e da paz, afinal “uma rua movimentada consegue garantir a segurança; uma rua deserta não.” (JACOBS, 2000, p.35). Logo, o problema da insegurança não pode ser resolvido pela dispersão das pessoas. Quando uma rua é temida pelos usuários, ela passa a ser menos utilizada, tornando-se assim, cada vez menos segura.

Jane Jacobs (2000) afirma que as ruas devem ser capazes – com infraestrutura adequada – de receber estranhos para que a segurança seja intensificada com a

presença deles. A autora estabelece as três características principais<sup>4</sup> necessárias às ruas, para que estas sejam movimentadas e, conseqüentemente, seguras. Em primeiro lugar, a separação entre o espaço público e o privado deve ser nítida; a segunda característica salienta a necessidade de haver “olhos para a rua”, proporcionando vigilância pelos chamados “proprietários naturais<sup>5</sup>”; e por último, deve haver usuários transitando ininterruptamente pelas calçadas, para aumentar a vigilância, induzindo também, quem está dentro dos edifícios, a observá-los.

Neste contexto, a diversidade urbana – com seu sistema de relações característico – pode ser considerada um dos fatores fundamentais para que as cidades tornem-se espaços estáveis e seguros, pois ela “tende a silenciar uma dimensão que é crucial quando se trata da apropriação de espaços – o conflito” (SANTOS E VOGEL, 1985, p.105). Santos e Vogel (1985), no livro “Quando a Rua Vira Casa”, afirmam que a segurança é uma função da diversidade, afinal “muitos olhos e muitas mediações permitem incorporar os estranhos sem custos sociais excessivos” (SANTOS E VOGEL, 1985, p.105). Salientando ainda sua importância, os autores afirmam que para evitar que as cidades tornem-se ambientes inóspitos, a diversidade urbana deve ser identificada não apenas como uma propriedade presente mas, sobretudo, como o princípio que as torna tais (SANTOS E VOGEL, 1985). Logo, a multiplicidade de usos e funções possui função de sustentar – econômica e socialmente – os ambientes urbanos considerados bem-sucedidos.

A análise das formas de apropriação, dos usos e das funções dos espaços públicos, torna-se, portanto, indispensável no estudo dos fatores de desfiguração relacionados ao crime e ao sentimento de insegurança nas cidades.

---

<sup>4</sup> Estas características serão aprofundadas e complementadas no item “2.4.3 Estratégias de Abordagem”.

<sup>5</sup>“O que une os olhos vigilantes de uma rua é esse sentimento de serem seus “proprietários naturais”. O espaço que supervisionam é, de certa forma, o espaço de todos. Nesse sentido, é mais do que público, ou não é apenas público. Pertence a todos em comum, em função das relações que mantêm com ele, ou dentro dele, e graças a ele.” (SANTOS E VOGEL, 1985, p.93)

## 2.3 A Oportunidade Criminal

A partir do princípio de que o comportamento individual é produto da interação entre a pessoa e o espaço em que vive, sem no entanto negar a influência das variáveis psicológicas e sociais, pode-se constatar que o crime também seja resultado desta interação.

Segundo Felson e Clarke (1998), no artigo “*Opportunity Makes the Thief*” (Oportunidade Faz o Ladrão), as teorias criminológicas costumavam negligenciar as características particulares de cada cenário, cuja disposição possui a capacidade de favorecer ou inibir a tradução de propensões criminais em ações concretas. Ao invés, focavam-se apenas no viés psicológico e social, manifestado em indagações sobre os motivos pelos quais algumas pessoas possuem maior inclinação à prática criminal do que outras. Para os autores, causava-se desta forma um desequilíbrio nas teorias que, ao ignorarem a importância do papel da oportunidade como causa criminal, geravam uma imagem incompleta, complexa e, portanto, difícil de ser aplicada tanto no combate quanto na prevenção do crime, focando a atenção em fatores distantes, fora do alcance da prática e da realidade diárias.

A nova forma de trabalho, dos chamados “criminologistas ambientais” (“*environmental criminologists*”), surge para corrigir esta falha – mediante a evidência de que alguns cenários possam produzir maiores oportunidades criminais do que outros – gerando deste modo, um conhecimento mais aprofundado sobre os padrões e as tendências do crime. Sua teoria é fundamentada no princípio básico de que “oportunidades fáceis e tentadoras atraem as pessoas para a ação criminal” (FELSON E CLARKE, 1998, p.2, tradução nossa). O estudo da questão da oportunidade passa a ser considerado assim, no mínimo, tão importante quanto fatores individuais – em se tratando das causas do crime – tornando-se, contudo, mais tangível e relevante para a vida cotidiana.

Felson e Clarke (1998) estabelecem dez princípios reguladores das oportunidades criminais que, posteriormente a este trabalho, serão levados em conta na intervenção a ser proposta:

- I. As oportunidades desempenham papel na causa de todos os crimes;
- II. Oportunidades criminais são altamente específicas. Os padrões variam de acordo com a finalidade pela qual o crime é cometido;
- III. Oportunidades criminais concentram-se no tempo e no espaço. A incidência criminal varia bastante de acordo com a hora do dia e também entre um local e outro, ainda que dentro de uma mesma área;
- IV. Oportunidades criminais dependem das atividades diárias;
- V. Um crime produz oportunidade para outro;
- VI. Alguns produtos oferecem tentações maiores de oportunidades criminais;
- VII. Mudanças sociais e tecnológicas produzem novas oportunidades criminais;
- VIII. Oportunidades criminais podem ser reduzidas;
- IX. A redução das oportunidades, normalmente, não desloca o crime. E mesmo que este seja deslocado, é possível afastá-lo dos alvos, momentos e lugares mais prejudiciais;
- X. A redução focalizada da oportunidade pode produzir declínios ainda mais amplos no crime. Medidas preventivas aplicadas em um local podem levar a uma difusão dos benefícios para locais e horários próximos, pois os agressores parecem superestimá-las.

Como a existência da oportunidade configura uma condição necessária para que a prática criminal ocorra, o espaço urbano, sendo fornecedor das oportunidades delitivas relacionadas à condição do ambiente físico, passa a apresentar papel essencial tanto na facilitação quanto na prevenção do crime.

## 2.4 A Prevenção do Crime através do Desenho Urbano

### 2.4.1 Precedentes Históricos

Os primeiros estudos sobre o que posteriormente receberia a denominação “*Crime Prevention Through Environmental Design – CPTED*” (Prevenção do Crime através da Arquitetura Ambiental – PCAA – ou Arquitetura Contra o Crime - ACC) surgiram no início da década de 60, nos Estados Unidos da América (EUA). Em 1961, a antropóloga americana Jane Jacobs<sup>6</sup>, publicou o livro “*The Death and Life of Great American Cities*” – traduzido e publicado no Brasil com o título “Morte e Vida de Grandes Cidades”, em 2000 – no qual escreveu sobre o que torna as ruas seguras ou inseguras e o que faz com que os bairros sejam prósperos ou não, destacando, entre muitos aspectos, a importância da vitalidade das cidades e da existência de vigilância natural.

A expressão *CPTED* surgiu em 1971, criada pelo Dr. C. Ray Jeffery, no livro “*Criminal Behavior and the Physical Environment*” (Comportamento Criminal e o Ambiente Físico), com base em estudos desenvolvidos entre os anos 1964 e 1968 nos EUA. Consecutivamente, em 1973, Oscar Newman propôs a Teoria do Espaço Defensável, no livro “*Defensible Space: Crime Prevention Through Urban Design*” (Espaço Defensável: Prevenção do Crime através do Desenho Urbano), a qual será definida em item específico. Ainda na década de 70, o arquiteto americano Richard Gardiner, no manual “*Design for Safe Neighborhoods*” (Projetos de Bairros Seguros), em 1987, discorreu sobre a relação entre o crime e o ambiente físico, definindo estratégias básicas e demonstrando aplicações bem-sucedidas dos conceitos de *CPTED* em programas realizados em cidades americanas, como o da cidade de Hartford, Connecticut (EUA), que será tratado no capítulo seguinte, “Estudos de Caso”.

No primeiro ano da década de 80, Kevin Huntch apresentou valores para melhorias no desenho urbano sob o aspecto da segurança, e no ano seguinte – 1982 – na Grã-Bretanha, o Dr. Ronald Clarke tratou do assunto na publicação “*Situational*

---

<sup>6</sup> Embora alguns autores afirmem que a socióloga americana Elizabeth Wood seja precursora do tema, Jane Jacobs é considerada pela maioria como tal. (BONDARUK, 2007)

*Crime Prevention*” (Prevenção Situacional do Crime). Em 1983, na Inglaterra, foi publicado o estudo “*Design Out Crime*” (Projetar o Crime Fora), pelo arquiteto Barry Poyner, e, posteriormente, em 1985, no mesmo país, o engenheiro Graham Underhill divulgou suas pesquisas em “*Security of Buildings*” (Segurança de Edifícios). No fim da década, em 1989, o *Australian Institute of Criminology* (Instituto Australiano de Criminologia), no manual “*Designing Out Crime*” (Projetar o Crime Fora), expôs os conceitos e estratégias de aplicação do *CPTED*, naquele país.

Na década seguinte, em 1991, nos EUA, Timothy D. Crowe lança o manual “*Crime Prevention Through Environmental Design: Applications of Architectural Design and Space Management Concepts*” (Prevenção do Crime através da Arquitetura Ambiental: Aplicações de Desenho Arquitetônico e Conceitos de Gerenciamento do Espaço), considerado o manual mais completo sobre o tema naquela época<sup>7</sup>. No ano posterior, a administração da cidade de Toronto, Canadá, divulgou o manual intitulado “*A Working Guide For Planning and Designing Safer Urban Environments*” (Um Guia de Trabalho para Planejamento e Criação Ambientes Urbanos mais Seguros), destinado aos profissionais da área de planejamento urbano.

Em 2004, Ian Colquhoun propôs uma evolução da doutrina tradicional do *CPTED* – uma segunda geração – denominada “*Situational Crime Prevention/2nd Generation CPTED*” (Prevenção Situacional do Crime/2ª Geração PCAA), no livro “*Design Out Crime: Creating Safe and Sustainable Communities*” (Projetar o Crime Fora: Criando Comunidades Seguras e Sustentáveis), não se tornando, entretanto, uma corrente dominante.

O tema surgiu no Brasil – com “enfoque específico e já com nomenclatura padronizada” (BONDARUK, 2007, p.36) – somente em 2006, no livro “Arquitetura Contra o Crime: Prevenção do Crime através da Arquitetura Ambiental”, publicado pelo Tenente-Coronel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) Marco Antonio Amaro. No ano seguinte, o Coronel da Polícia Militar do Paraná (PMPR) Roberson Luiz Bondaruk publicou o livro “A Prevenção do Crime através do Desenho Urbano” –

---

<sup>7</sup> Em 1999, Timothy D. Crowe reeditou sua obra, tornando-a uma das mais completas publicações sobre o tema na atualidade. (BONDARUK, 2007)

resultado da pesquisa realizada pelo autor – sobre a influência do desenho urbano na criminalidade, através da análise de aspectos arquitetônicos e urbanísticos. Em 2008 o Coronel complementou sua obra com o livro “Design Contra o Crime: Prevenção Situacional do Delito através do Design de Produtos”.

Ainda que tais estudos representem uma contribuição para o desenvolvimento deste trabalho, é importante ressaltar a necessidade de uma análise crítica dos conceitos e abordagens que serão apresentados, por tratarem-se de obras referentes a períodos anteriores e contextos distintos. A questão da criminalidade será analisada sob o aspecto da relação entre o desenho urbano e as oportunidades delitivas, sem com isso negar a importância do estudo dos processos de produção do espaço urbano, geradores das relações sociais e dos conflitos decorrentes delas.

#### **2.4.2 Conceitos**

Conforme citado, o termo Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental (PCAAA) – *Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED)* – surgiu em 1971, cunhado pelo criminologista Dr. C. Ray Jeffery, contrapondo a tendência de análise do crime excessivamente por meio de suas causas sociais e psicológicas, a qual negligenciava os determinantes do ambiente físico. Segundo os conceitos da PCAA, para que o crime ocorra<sup>8</sup>, deve haver uma convergência – em tempo e espaço – de três elementos mínimos: um agente motivado (potencial ofensor), um alvo ou vítima<sup>9</sup> e um ambiente favorável, conforme a FIGURA 4 a seguir.

---

<sup>8</sup> Embora trate-se de uma visão um pouco simplista da questão do crime, serve como ilustração para os conceitos relacionados ao tema.

<sup>9</sup> São considerados alvos os objetos materiais – como carros, bolsas, computadores, jóias – e também lugares – como bancos, lojas, casas. São consideradas vítimas as pessoas que sofrem a transgressão.

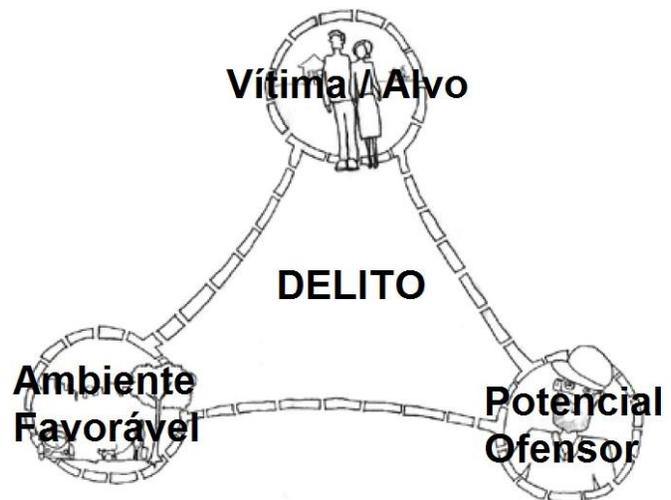


FIGURA 4: TRIÂNGULO BÁSICO DO CRIME  
 FONTE: BONDARUK, 2012, p.5, adaptada pela autora

Sob a mesma terminologia – PCAA (CPTED) – surgiram três abordagens distintas: a PCAA propriamente dita, iniciada por Jeffery; a teoria do “Espaço Defensável” (*“Defensible Space”*), proposta pelo arquiteto Oscar Newman; e a “Prevenção Situacional do Crime” (*“Situational Crime Prevention”*), desenvolvida pelo departamento de pesquisa criminológica do governo britânico.

Embora distintas, as três abordagens serão consideradas durante a elaboração deste trabalho por possuírem o mesmo objetivo principal: a prevenção do crime – seja através de intervenções no ambiente físico, seja possibilitando aos habitantes exercerem controle sobre o território, ou seja pela redução das oportunidades criminais –, complementando-se mutuamente.

#### 2.4.2.1 Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental

A teoria da Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental (PCAA) – *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED) – é fundamentada na noção de que o crime é, em parte, resultante das oportunidades presentes no ambiente físico. Desta maneira, torna-se concebível a realização de alterações nele para que tais ensejos sejam reduzidos. A PCAA, portanto, trata-se do conjunto de práticas e

providências com finalidade de atenuar a probabilidade de ocorrência delitiva, através de intervenções no desenho urbano. (BONDARUK, 2007, p.71)

#### 2.4.2.2 A Teoria do Espaço Defensável

A segunda abordagem abrangendo a PCAA surgiu em 1972, quando o arquiteto Oscar Newman propôs a teoria do Espaço Defensável (*“Defensible Space”*), explorada por ele em diversos estudos e projetos realizados em habitações sociais nos EUA.

Todos os programas de aplicação dos conceitos de Espaço Defensável possuem um objetivo comum: “Eles reestruturam a disposição física das comunidades para permitir aos moradores controlarem as áreas ao redor de suas casas.” (NEWMAN, 1996, p.9, tradução nossa). Com o intuito de estimular as pessoas a exercerem domínio sobre as ruas e os terrenos adjacentes às suas propriedades, os programas dependem do envolvimento dos moradores para que ocorra a remoção dos criminosos e a consequente redução do crime. O arquiteto definiu o Espaço Defensável como um modelo para ambientes residenciais seguros, independente de intervenções governamentais, baseado na participação da população, conforme a citação a seguir:

“[...] um modelo para ambientes residenciais que inibe o crime por criar a **expressão física** de uma **fábrica social que se defende**. Todos os diferentes elementos que são combinados para fazer o espaço defensável têm um objetivo comum – um ambiente em que a **territorialidade latente** e o **senso de comunidade** dos habitantes, pode ser traduzido na responsabilidade de garantir um **seguro, produtivo e bem mantido, espaço de viver**. O potencial criminoso percebe que um espaço como este é controlado pelos seus residentes, deixando-o como intruso, reconhecido e consciente disso.” (NEWMAN<sup>10</sup>, 1973, p.3, *apud* BONDARUK, 2007, p.92, grifo nosso)

Embora Newman tenha sido severamente criticado por criminologistas e outros cientistas sociais – que o acusavam de cometer um “determinismo ambiental” (CLARKE, [19—], p.2) e de fazer extrapolações simplistas sobre o comportamento

<sup>10</sup> NEWMAN, Oscar. *Defensible Space: Crime Prevention through Urban Design*. New York: Collier Books, 1973.

humano –, foi grande o impacto provocado por suas proposições no desenho das habitações sociais em diversas partes do mundo. Neste trabalho, no entanto, os conceitos de Espaços Defensáveis serão tratados com o objetivo de, ao contrário de promover uma fragmentação do espaço e transformar espaços antes públicos em privados (como em alguns projetos que serão estudados), reduzir as desigualdades e a segregação espacial, por meio de uma maior identificação e aumento do sentimento de apropriação dos usuários. No capítulo seguinte deste documento – Estudos de Caso – será exemplificado um dos projetos realizados pelo arquiteto, no qual utilizou os conceitos de Espaços Defensáveis.

#### 2.4.2.3 Prevenção Situacional do Crime

A terceira abordagem para o tema surgiu em meados dos anos 70 na Inglaterra e, diferentemente da “PCAAA” e do “Espaço Defensável”, não possui enfoque principal no desenho arquitetônico nem no ambiente construído, assim como também não é direcionada essencialmente a crimes de roubo e assalto.

A Prevenção Situacional do Crime trata-se de uma abordagem geral para redução de oportunidades de ocorrência de qualquer tipo de crime, em qualquer tipo de cenário. Por exemplo, violência doméstica, sequestro de avião, ligações obscenas, assim como crimes convencionais, como roubos e assaltos. (CLARKE, [19—], p.3).

As quatro principais estratégias desta abordagem são: reduzir a recompensa por cometer o crime; aumentar a dificuldade de cometê-lo; aumentar o risco de ser pego; aumentar a culpa moral. (AUSTRALIAN CAPITAL TERRITORY GOVERNMENT, 2000).

#### 2.4.3 Estratégias de Abordagem

Existem três estratégias básicas inter-relacionadas para uma abordagem prática dos conceitos de PCAA: **Vigilância Natural**, **Controle Natural de Acesso** e **Territorialidade**. Outra abordagem, além das estratégias básicas, é a denominada “**Abordagem 3D**”. Ressalta-se aqui novamente o objetivo da aplicação dessas

abordagens que é: promover o desenvolvimento urbano com enfoque na segurança pública, buscando a diminuição das desigualdades sociais e da fragmentação do espaço.

#### 2.4.3.1 Vigilância Natural

A simplicidade e a eficácia do conceito de vigilância natural fazem com que seja um dos mais importantes dentro da PCAA, definido como “a localização de aspectos físicos, atividades e pessoas de forma a maximizar a visibilidade.” (VIRGINIA CRIME PREVENTION ASSOCIATION, 2005, p.6, tradução nossa). O desenho urbano e arquitetônico neste contexto devem colaborar para transmitir aos potenciais ofensores a sensação de que estão sendo vigiados, desencorajando-os a prática criminal.

Partindo da idéia básica de limitar a ação delitiva pela sensação de estar sendo vigiada – o chamado “**ver e ser visto**” – possui o objetivo principal de promover maior visibilidade dos ambientes, facilitando a observação e aumentando assim, a segurança. Segundo Bondaruk (2007), tal aumento da segurança ocorre “através de processos naturais da vida urbana, criando uma **barreira psicológica** importante, como dissuasora de atitudes anti-sociais ou ilícitas.” (BONDARUK, 2007, p.75, grifo nosso).

Uma maneira de intensificar a sensação de estar sendo observado é através do trânsito ininterrupto de usuários nas ruas, defendido por Jacobs (2000), como forma de aumentar tanto “o número de olhos atentos quanto para induzir um número suficiente de pessoas de dentro dos edifícios a observar a calçada” (JACOBS, 2000, p.36). O GRÁFICO 1<sup>11</sup> a seguir – sobre como é escolhido o local do delito, resultado de entrevistas realizadas com 387 detentos – ressalta a observação de Jacobs (2000) em relação à necessidade de fluxo constante de usuários, ao demonstrar a preferência por lugares que apresentavam menor circulação de pessoas<sup>12</sup> para a prática criminal,

---

<sup>11</sup> O gráfico é resultado da entrevista – realizada por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos – com 287 detentos do Departamento Penitenciário (DEPEN) da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Paraná (SEJU). Os profissionais promovem acompanhamento e análise do comportamento dos detentos para fins de Avaliação Criminológica.

<sup>12</sup> Apesar dos resultados demonstrados no gráfico, é importante ressaltar que, dependendo do tipo de crime, tal preferência por lugares com menor trânsito de pessoas não ocorre. Nos casos de furto, por

totalizando 36% dos entrevistados. Em segundo, destacando ainda a importância da vigilância natural – posto que esta será maior quanto maior for a visibilidade –, encontram-se os locais com obstáculos que dificultassem a visão de testemunhas, com 22%. No mesmo contexto, em seguida, apresentando 15% e 13% da preferência, situam-se os locais com menor trânsito de veículos e menor claridade, respectivamente.

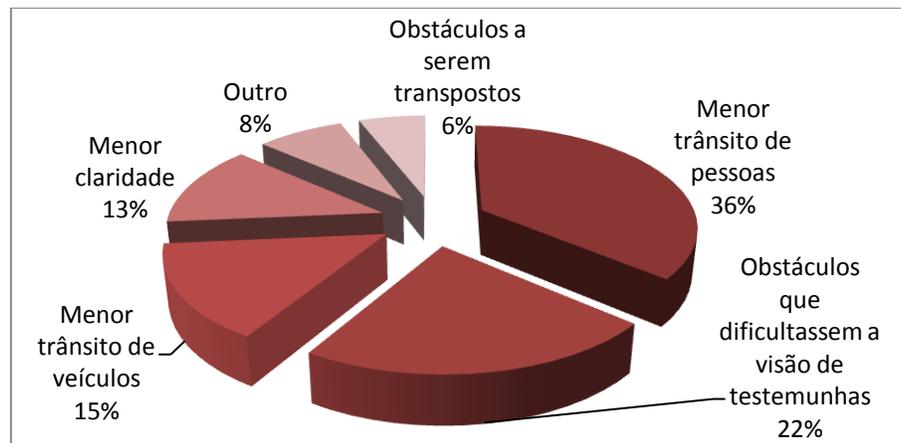


GRÁFICO 1: COMO OS DELINQUENTES ESCOLHEM O LOCAL DO DELITO

FONTE: Elaborado pela autora, com dados de BONDARUK (2007)

Outro aspecto a ser considerado para alcançar uma vigilância natural efetiva é a iluminação. A luz, segundo Bondaruk (2007), em decorrência da sensação de controle visual que proporciona principalmente durante a noite, faz com que as pessoas se sintam mais seguras. O autor afirma que melhorias na iluminação de áreas urbanas, geralmente ocasionam redução na criminalidade e no medo desta. Se bem posicionada, a iluminação pública, além da possibilidade de estimular mais pessoas a circularem pelas ruas, potencializa também, sua capacidade de visão:

O valor da iluminação forte nas ruas de áreas apagadas e desvitalizadas vem do reconforto que ela proporciona às pessoas que precisam andar nas calçadas, ou gostariam de andar, as quais não o fariam se não houvesse boa iluminação. Assim, as luzes induzem essas pessoas a

---

exemplo, para o infrator, muitas vezes a aglomeração de pessoas torna-se vantajosa para encobrir o delito.

contribuir com seus olhos para a manutenção da rua. Além do mais, como é óbvio, a boa iluminação amplia cada par de olhos – faz com que os olhos valham mais porque seu alcance é maior. (JACOBS, 2000, p.43).

Apesar da iluminação colaborar para a vigilância natural, de acordo com Jacobs (2000), esta sozinha não é suficiente para inibir crimes, afinal “Quando não há olhos atentos, podem ocorrer crimes horrorosos em público, e ocorrem [...] Sem olhos atentos para enxergar, a luz ilumina? Para fins práticos, não.” (JACOBS, 2000, p.43). Segundo a autora, a condição primordial da vigilância é, como já mencionado, a disposição de uma quantidade considerável de estabelecimentos e outros locais públicos que funcionem durante todas as horas do dia – sobretudo durante a noite – garantindo uma circulação constante de pessoas nas calçadas.

A vigilância além de ser realizada pelo meio descrito denominado Natural, pode ser realizada também por meios Mecânicos (câmeras) e Organizados (policiais, porteiros, seguranças).

#### **2.4.3.2 Controle Natural de Acesso**

As pessoas são guiadas fisicamente pelo espaço através do desenho estratégico de ruas, calçadas, entradas de edifícios, paisagismo e passagens. Os elementos de desenho são também úteis para identificar claramente as rotas públicas e desencorajar acesso a áreas privadas. Conforme citado, “deve ser nítida a separação entre espaço público e privado [...] de modo que a área que necessita de vigilância tenha limites claros e praticáveis” (JACOBS, 2000, p.35-37).

O Controle Natural de Acesso é a orientação física da circulação das pessoas, através da disposição de entradas, saídas, paisagismo, iluminação, muros, grades. Este princípio de desenho é voltado para a diminuição das oportunidades criminais. (VIRGINIA CRIME PREVENTION ASSOCIATION, 2005)

As estratégias de controle de acesso podem também utilizar meios eletrônicos e mecânicos – como sistemas de alarme, fechaduras, sinais, câmeras de monitoramento,

entre outros – ou até as chamadas estratégias organizadas – com guardas, porteiros e vigilantes. Neste trabalho porém, serão tratados apenas os meios chamados “naturais”, como forma de, ao contrário de negar acesso a determinadas áreas, orientar de forma eficiente a circulação dos usuários por meio da requalificação da paisagem, proporcionando, desta forma, maior sensação de segurança.

### 2.4.3.3 Territorialidade

Segundo o *Australian Institute of Criminology* (1989), o desenho urbano e arquitetônico bem concebido deve deixar claro a quem pertence o território. Quando os moradores se identificam e se apropriam<sup>13</sup> do espaço – não apenas do privado, mas também do público e semi-público<sup>14</sup>, adjacentes a ele – tornam-se mais propensos a compartilhar a responsabilidade de cuidá-lo e vigiá-lo.

A estratégia de Territorialidade trata-se da utilização de atributos físicos que manifestem a idéia de propriedade e domínio, como forma de desencorajar a prática criminal. Como Newman (1996) havia salientado, em sua Teoria do Espaço Defensável, quando os usuários são compelidos a exercerem domínio sobre as áreas próximas às suas propriedades, desenvolvem um senso de controle territorial e os potenciais ofensores, ao perceberem a esfera dessa influência, são desestimulados a cometer infrações.

Quando o contrário ocorre, e o espaço é abandonado sem cuidados – o chamado pelo autor de “*no-man’s land*” (terra de ninguém) (NEWMAN, 1996, p.72) – os efeitos também serão opostos, estimulando ações de vandalismo e outras infrações. Além do uso contínuo, o cuidado e a manutenção constantes servem, portanto, como reforço da expressão de propriedade – e territorialidade –, colaborando assim, para a conservação da ordem e o conseqüente aumento da segurança.

---

<sup>13</sup> A relevância da apropriação dos espaços públicos foi apresentada no primeiro item deste capítulo, em “2.1 Apropriação, Uso e Segurança Pública”.

<sup>14</sup> Embora seja necessária a distinção clara entre espaço público e privado, destaca-se a importância do sentimento de identificação dos proprietários não apenas com o espaço privado, mas também com as áreas externas, públicas e semi-públicas, próximas a ele.

O “Reforço Territorial” pode ser realizado através de medidas como diferenciação de pisos, paisagismo, tratamento de fachadas, sinalização adequada, cercas, iluminação. No presente trabalho serão priorizadas as medidas que reforcem a territorialidade sem fragmentar ou privatizar os espaços.

#### 2.4.3.4 Abordagem “3D”

A abordagem convencionalmente chamada de “Abordagem 3D”, proposta por Crowe<sup>15</sup> (1999, *apud* BONDARUK, 2007), recebeu tal denominação devido às iniciais das palavras que resumem suas principais idéias: **D**esignação, **D**efinição e **D**esenho.

Tal estratégia é baseada nas três funções de todo espaço ocupado pelo ser humano. Segundo as três funções, todo espaço humano:

- 1) Possui algum propósito **designado**;
- 2) Possui **definições** sociais, culturais, legais ou físicas que lhe prescrevem comportamentos desejados e aceitos;
- 3) É **desenhado** para suportar e controlar comportamentos desejados.

O autor sugere – ao governo e à sociedade preocupada com questões de segurança – a utilização dos “3D”s através dos questionamentos explicativos que seguem (BONDARUK, 2007, p.83):

#### DESIGNAÇÃO

- Qual o propósito designado para o espaço?
- Quão bem este suporta seu uso atualmente?
- É um uso desejável?
- Há conflito nele?

---

<sup>15</sup> CROWE, Timothy D. ***Crime Prevention Through Environmental Design: applications of architectural design and space management concepts***. 2<sup>nd</sup> ed.p.cm. National Crime Prevention, University of Louisville, Kentucky – USA, 1999.

## **DEFINIÇÃO**

- Como é definido o espaço?
- Está claro quem o possui?
- Onde são seus limites?
- Há definições sociais ou culturais que afetam como o espaço é usado?
- As regras legais ou administrativas estão claramente colocadas e apoiadas politicamente? Há sinalizações?
- Há conflito entre o propósito designado e sua definição?

## **DESENHO**

- Quão bem o desenho físico suporta a sua função pretendida?
- Quão bem o desenho físico suporta as definições dos comportamentos aceitáveis ou desejáveis?
- O desenho conflita ou impede o uso produtivo do espaço ou o próprio funcionamento das atividades humanas pretendidas?
- Há confusão ou conflito na maneira como se pretende que o desenho físico controle o comportamento?

Tais questionamentos podem ser usados como modelo para avaliação dos espaços, através da identificação dos problemas e dos conflitos existentes nestes, como abordagem à questão da prevenção do crime através do desenho urbano.

## 2.5 Considerações Acerca da Conceituação Temática

Neste item serão destacados sinteticamente os principais aspectos abordados durante o capítulo, assim como sua relação com o tema (Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano).

Em primeiro lugar, ressalta-se a importância de se encarar o Desenho Urbano como um processo (e não como projeto ou produto acabado). Tratando-se do ramo que lida com a qualidade físico-ambiental das cidades, tal processo precisa ser realizado do ponto de vista do usuário, e a análise e a atuação no espaço devem convergir das dimensões física (morfologia urbana), de percepções (análise visual e percepção do meio ambiente) e comportamental (comportamento ambiental). As implicações projetuais resultantes deste trabalho, portanto, abrangerão tais aspectos do processo do desenho urbano, por meio da análise das lógicas evolutivas e estruturadoras da cidade, da investigação da paisagem como forma de compreensão das mensagens e relacionamentos, da identificação de imagens públicas e de memória coletiva, assim como, especialmente, do estudo do comportamento ambiental.

Segundo, partindo da hipótese de que comportamentos e ações são influenciados – de alguma forma e com alguma intensidade – pelo ambiente físico, pode-se concluir que este facilita, sugere, inibe ou define tais procedimentos, agindo como estímulo positivo ou negativo, configurando assim, o ponto de partida da temática do presente trabalho: a relação existente entre o ambiente físico e comportamento delinquente. A análise das formas de apropriação, dos usos e das funções dos espaços públicos, torna-se, nesta perspectiva, indispensável no estudo dos fatores de desfiguração relacionados ao crime e ao sentimento de insegurança nas cidades. O ambiente físico, por sua vez, passa a ser considerado na produção de oportunidades que favorecem ou inibem a ocorrência de delitos, apresentando papel tanto na geração quanto na prevenção do crime. Desta forma, o assunto deste trabalho abrangerá as possíveis alterações no ambiente físico, com objetivo de prevenir práticas criminais.

Em último lugar, foram consideradas três abordagens na elaboração do presente trabalho, as quais embora distintas, complementam-se mutuamente por possuírem o

mesmo objetivo principal, ou seja, prevenção do crime por meio de intervenções realizadas no ambiente físico. As abordagens são: Prevenção do Crime através da Arquitetura Ambiental, Teoria do Espaço Defensável, Prevenção Situacional do Crime. Para aplicação de tais abordagens serão empregadas quatro estratégias: Vigilância Natural, Controle Natural de Acesso, Territorialidade e Abordagem “3D” (designação, definição, desenho).

O presente capítulo (“Conceituação Temática”) – por meio da descrição do processo do desenho urbano e da conceituação do tema com base nos precedentes históricos, abordagens e estratégias – tem como objetivo principal embasar conceitual e metodologicamente a intervenção a ser proposta na etapa projetual, posterior a este trabalho. No capítulo seguinte (“Estudos de Caso”), será dada continuidade ao embasamento, com a descrição de três projetos realizados, nos quais se identificarão as semelhanças ao tema de Prevenção do Crime através do Desenho Urbano.

## 3 ESTUDOS DE CASO

Os estudos de caso que serão apresentados neste capítulo possuem o objetivo de fundamentar a discussão sobre a prevenção do crime através do desenho urbano, bem como subsidiar a intervenção, a ser proposta posteriormente. É fundamental uma reflexão crítica acerca das propostas dos projetos que serão apresentados, por tratarem-se de épocas e contextos diferentes. Os dois primeiros tratam de aplicações práticas dos conceitos, em cidades americanas. O Experimento de Clason Point foi um projeto de requalificação de uma área de sobrados destinados à habitação social, utilizando os conceitos de Espaços Defensáveis. O segundo, o Programa de Prevenção do Crime de Hartford, constitui a primeira tentativa de aplicação prática da Prevenção do Crime através do Desenho Urbano, em uma abordagem integrada entre polícia, comunidade e ambiente construído. O último estudo, PRIH Luz, embora não trate da questão da segurança como foco principal, configura um modelo metodológico importante de reabilitação de área central, localizado na cidade de São Paulo, através do viés da habitação de interesse social.

### 3.1 O Experimento de Clason Point

O arquiteto e urbanista Oscar Newman (1996), no livro “*Creating Defensible Spaces*” (Criando Espaços Defensáveis), explica os princípios usados para conceber e executar três de seus projetos mais conhecidos: “*Mini-neighborhoods in Five Oaks*”; “*The Clason Point Experiment*”; e “*Dispersed, Scattered-Site Public Housing in Yonkers*”. (NEWMAN, 1996)

O Experimento de Clason Point (“*The Clason Point Experiment*”) foi um projeto de requalificação de uma área de sobrados destinados à habitação social, com aplicação dos conceitos de “Espaço Defensável”, na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos. Embora o autor tenha realizado diversos outros projetos em áreas similares, escolheu este experimento para publicação por considerá-lo “*an important first step*”

(um primeiro passo importante) (NEWMAN, 1996, p.66), e também, por ter cometido nele alguns erros, que considerou relevante destacar.

A tipologia de sobrados, segundo Newman (1996), representa um quinto da habitação social nos Estados Unidos. Sob o ponto de vista do “Espaço Defensável”, a ausência de espaços públicos entre as unidades, característica deste tipo de habitação, poderia ser considerada favorável à segurança. No entanto, a disposição espacial precária, em muitos projetos, impede que os moradores apropriem-se do espaço externo e exerçam controle sobre ele. O autor ressalta ainda que as autoridades, embora cientes do problema, preferem assumir que os moradores sejam incapazes de realizar tal tarefa, aceitando sua dependência, ao invés de adotar políticas de orientação.

### **3.1.1 Características Gerais da Área**

Clason Point (FIGURA 5) é um projeto de 400 unidades de habitação social, localizadas no South Bronx, local de alta incidência criminal, na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos. A área apresenta comparativamente a outros projetos de habitação social, alta densidade, dividindo-se em 46 edificações, em sua maioria sobrados. A alta densidade foi atingida pela limitação do número de vagas de estacionamento.

O projeto foi realizado, durante a Segunda Guerra Mundial, quando poucas pessoas possuíam carros, como habitação para trabalhadores de fábricas de munição. As construções são de blocos de cimento exposto, no estilo dos quartéis militares da época.



FIGURA 5: CLASON POINT VISTO DA RUA, ANTES DAS MODIFICAÇÕES

FONTE: NEWMAN, 1996, p.66

Ao invés de ser demolido, como previsto, ao final da guerra (1945), as autoridades mantiveram-no funcionando até 1969, quando Newman ficou sabendo de sua existência.

### 3.1.2 Origens do Crime e do Medo

Em 1969, 30% das habitações de Clason Point encontravam-se desocupadas. Segundo Newman (1996), seus espaços abertos, descuidados e inacabados (FIGURA 6) destacavam-se de forma negativa das áreas vizinhas, com habitações privadas em sobrados de alvenaria avermelhada. Para o autor, conforme a citação a seguir, o projeto carregava o “estigma” das habitações sociais, onde os direitos dos moradores encontram-se confinados no interior das unidades, passando a impressão de que a invasão da área externa à elas, ficaria impune.

*The project bore the stigma of public housing, and public housing meant that it was owned by the public and residents' rights were confined to the interior of their units. One had the impression that intrusion by strangers would go unchallenged. (NEWMAN, 1996, p.67).*



FIGURA 6: ÁREAS INTERNAS DOS TERRENOS DE CLASON POINT, ANTES DAS MODIFICAÇÕES  
FONTE: NEWMAN, 1996, p.67.

Conflitos de raças e de gerações eram comuns nas áreas públicas do local. Segundo o autor, 32% da população era composta por brancos idosos, 29% por famílias de negros (“*African-Americans*”) e 24% por famílias de porto-riquenhos.

Entrevistas revelaram que os moradores temiam serem vítimas de criminosos, tanto de dia quanto durante a noite; que a presença de gangues e traficantes de drogas provocavam mudanças drásticas em suas atividades; e que não se sentiam no direito de questionar estranhos, como forma de antecipar e prevenir crimes. Além disso, segundo Newman (1996), jovens das ruas vizinhas utilizavam a área como ponto de reunião, provocando medo e raiva na população de Clason Point.

Para identificar e entender melhor as necessidades da área, o arquiteto pediu aos moradores que marcassem as áreas que consideravam mais perigosas, formando um “*Fear Map*” (Mapa do Medo). A maioria dos residentes desenhou um mapa bastante similar. Como resultado obteve-se uma composição dos mapas (FIGURA 7), identificando a área central do projeto como sendo a mais perigosa. As únicas áreas consideradas seguras pelos moradores correspondiam àquelas imediatamente ao redor de suas casas.

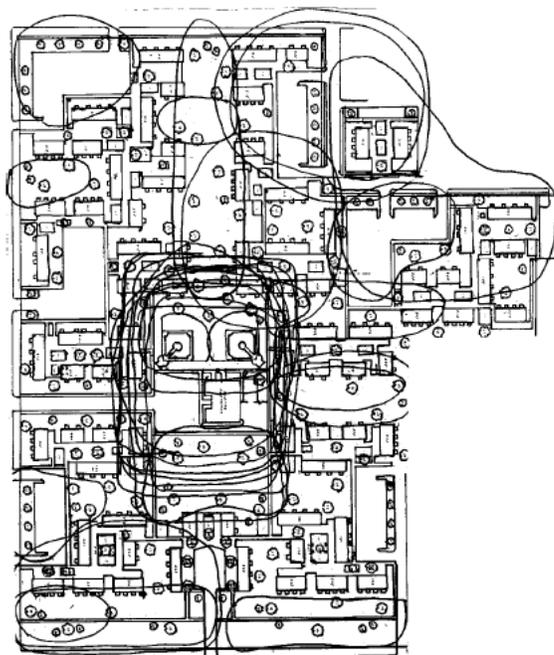


FIGURA 7: COMPOSIÇÃO DOS “MAPAS DO MEDO”, PRODUZIDOS PELOS MORADORES

FONTE: NEWMAN, 1996, p.68

### 3.1.3 O Programa Proposto

As modificações no espaço foram organizadas em três propostas: **redefinição do espaço**; **recapeamento dos edifícios**; e **requalificação da área central**.

Uma das partes da primeira proposta, **redefinição do espaço**, foi realizada mediante o uso de cercas, criando barreiras reais, para definir e garantir a segurança dos pátios dos fundos das edificações (FIGURA 8). O número de famílias agrupadas em cada pátio variou, de acordo com a disposição das unidades, entre grupos de 12 e 40 habitações, configurando 50% do espaço, que antes era público.



FIGURA 8: VISTA DE PÁTIO DOS FUNDOS DELIMITADO POR GRADE

FONTE: NEWMAN, 1996, p.69

A frente das unidades foi redefinida, criando quintais, através de barreiras simbólicas em forma de muretas de concreto (FIGURA 9), transformando mais 30% do espaço público em privado. Ambas as mudanças definiram espaços de uso particular e coletivo, mas não individual. Newman propôs que, se os moradores desejassem definir os limites das porções individuais, deveriam instalar suas próprias cercas posteriormente – foi o que ocorreu após o primeiro ano de implantação. O arquiteto criou também um mobiliário, combinando floreira, banco e iluminação (FIGURA 10), para tornar a área frontal dos edifícios mais atrativa, aumentando o potencial de vigilância dos moradores e recuperando a sensação de segurança.



FIGURA 9: VISTA DOS QUINTAIS COLETIVOS E NOVO MOBILIÁRIO, NO PASSEIO CENTRAL

FONTE: NEWMAN, 1996, p.69



FIGURA 10: VISTA DO ANTES E DO DEPOIS DAS MODIFICAÇÕES

FONTE: NEWMAN, 1996, p.76

Ainda como parte da primeira proposta, o autor criou pequenas áreas de jogos (FIGURA 11) em cruzamentos selecionados ao longo dos caminhos principais. Posicionou também, bancos ao lado de tais áreas, permitindo a contemplação das atividades. Estas áreas mostraram-se as mais bem sucedidas e melhor utilizadas pelos moradores, por servir a um número pequeno de habitações.



FIGURA 11: VISTA DE UMA ÁREA DE JOGOS, COM CESTA DE BASQUETE E BANCO ADJACENTE  
 FONTE: NEWMAN, 1996, p.69

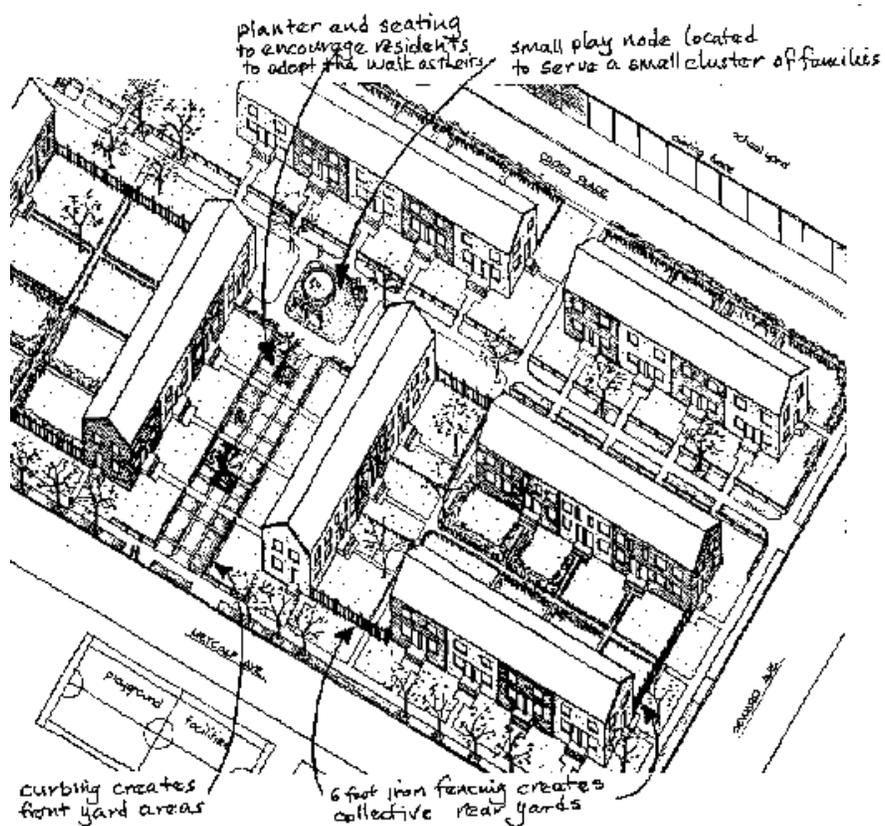


FIGURA 12: VISTA AÉREA DE UMA PORÇÃO DE CLASON POINT  
 FONTE: NEWMAN, 1996, p.69

A segunda proposta, **recapeamento dos edifícios**, como esforço de mudança da imagem de habitação pública da área, consistiu no tratamento das fachadas, com revestimento novo e pintura diferenciada. O arquiteto permitiu aos próprios moradores escolherem as cores de suas habitações, transformando a ação, em um “*event out of all proportion to its significance*” (evento fora de qualquer proporção com o seu significado) (NEWMAN, 1996, p.71). A proposta teve exatamente a resposta esperada, segundo o autor, de envolvimento dos moradores no processo, aumentando sua sensação de individualidade e apropriação do espaço, resultando em maior cuidado e manutenção, além de aumentar a vigilância e o potencial de lidar com gangues e traficantes de drogas.

A terceira proposta, **requalificação da área central**, foi resultado da realização dos mapas do medo, onde os moradores identificaram-na como sendo a parte mais perigosa de todo o projeto (FIGURA 13).



FIGURA 13: VISTA DA ÁREA CENTRAL DE CLASON POINT, ANTES DAS MODIFICAÇÕES

FONTE: NEWMAN, 1996, p.72

O autor decidiu transformar a área – denominada por ele de “*no-man’s land*” (terra de ninguém) (NEWMAN, 1996, p.72) – em um espaço de recreação comunitária intensa, para todas as faixas etárias, com o objetivo de expulsar os traficantes de drogas, revitalizando espaço central. Através da criação de zonas distintas, Newman (1996) pretendia atender três grupos etários – crianças, jovens e idosos – e transformar a área no espaço mais atrativo e seguro do projeto inteiro (FIGURA 14).

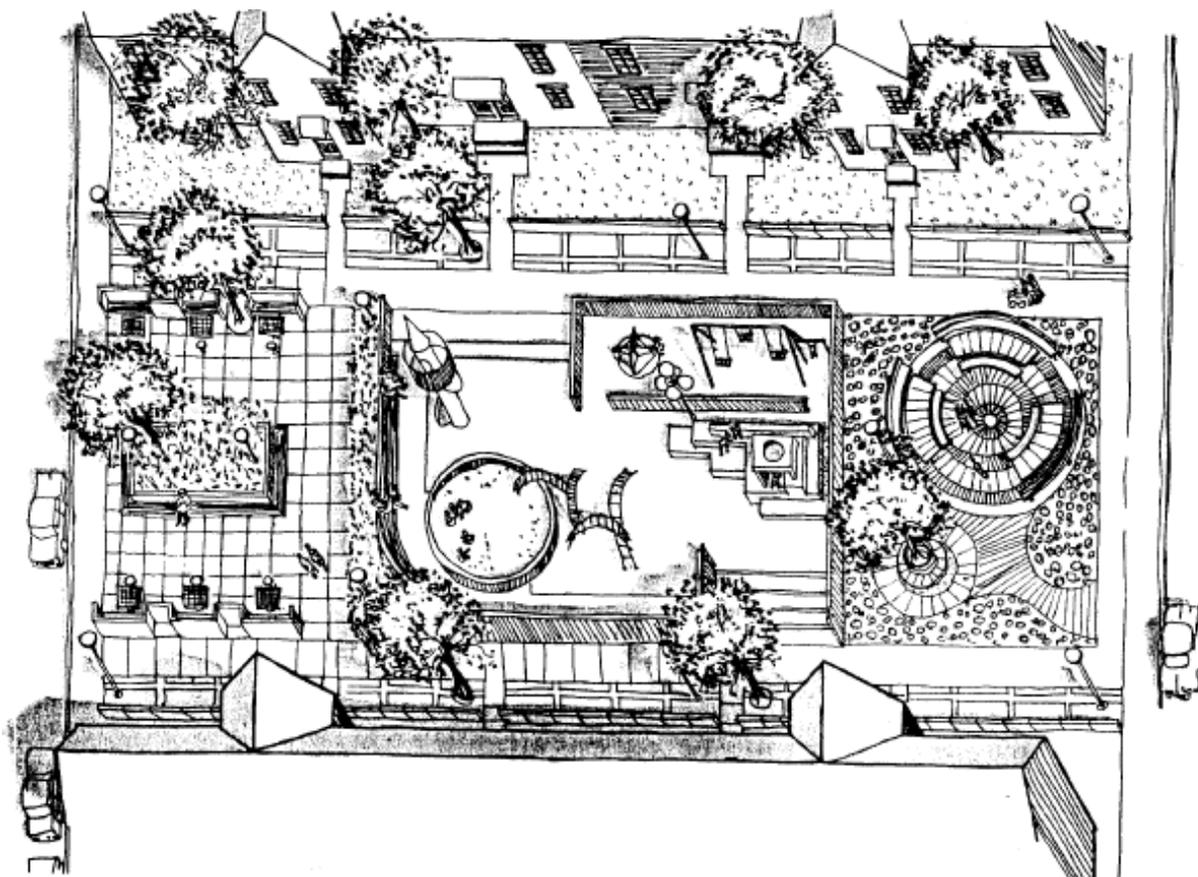


FIGURA 14: PLANO PARA ÁREA CENTRAL – ÁREA PARA IDOSOS, CRIANÇAS E JOVENS

FONTE: NEWMAN, 1996, p.72

Os objetivos das modificações propostas por Newman (1969) no projeto de Clason Point eram:

- Aumentar o sentimento de apropriação dos moradores através da subdivisão e atribuição de grande parte do espaço público ao controle de pequenos grupos de famílias, pelo uso de barreiras reais e simbólicas;
- Reduzir os números de rotas de pedestres no interior do projeto, para limitar o acesso e intensificar o uso das calçadas restantes. Apenas os passeios em frente às unidades permaneceriam em uso, e estes deveriam ser alargados para permitir sua utilização como áreas de lazer e contemplação. Seria instalada uma iluminação nova, melhorando a visibilidade e aumentando o uso das calçadas durante a noite;
- Intensificar a vigilância, por parte dos inquilinos, através de uma identificação maior com o espaço;
- Melhorar a imagem do projeto, revestindo o exterior dos edifícios e diferenciando as unidades através do uso de cores variadas;
- Reduzir conflitos entre gerações através da atribuição de áreas específicas para cada grupo utilizar.

#### **3.1.4 Impactos do Programa**

O grande objetivo da proposta de Newman (1996) era fornecer aos moradores de Clason Point a oportunidade de controlar o espaço fora de suas habitações, proporcionando um ambiente que evocasse orgulho e permitindo que eles mesmos o melhorassem, reforçando assim, seu sentimento de identificação e apropriação da área. Subdividindo e atribuindo os espaços, antes públicos, aos cuidados de grupos familiares, segundo o autor, expulsou-se as gangues e os traficantes de drogas do local.

Newman (1996) reconhece ter cometido alguns erros na concepção do projeto. O primeiro foi permitir que a disposição existente dos edifícios determinasse o tamanho dos agrupamentos coletivos nos pátios dos fundos. Segundo o autor, os grupos grandes apresentaram dificuldades em controlar o espaço, enquanto os grupos com poucas famílias sentiam-se mais responsáveis por cuidar e dar segurança a ele.

O segundo erro foi na área central que, apesar de inicialmente ter atraído grande parte da população, acabou com o tempo provocando conflitos entre os moradores das imediações e os mais distantes. O resultado foi a vandalismo dos equipamentos pelos residentes que se sentiam, muitas vezes, excluídos e injustiçados. Outro erro, além da concentração excessiva de equipamentos na área central, foi a tentativa de criação de três zonas, para atender faixas etárias diferentes em uma mesma área. Começaram a haver conflitos constantes entre os jovens e os idosos, os primeiros ameaçando e tomando conta do lugar destinado aos segundos.

Apesar dos erros, as propostas obtiveram resultados positivos, principalmente em se tratando da questão do crime e do medo. A taxa geral de criminalidade na área, segundo Newman (1996), teve decréscimo de 54% no primeiro ano após as modificações, caindo de 6,91‰ ocorrências para 3,19‰. A taxa mensal média de roubos sofreu mudança de 28%, diminuindo de 5,15‰ para 3,71‰, e a taxa de assaltos foi de 1,95‰ para zero. O número de crimes ocorridos durante a noite e a madrugada diminuiu para menos que a metade. E a porcentagem de pessoas que se sentiam no direito de questionar estranhos na área do projeto, subiu de 27% para 50%. O medo do crime foi reduzido também, e até mais que as taxas de criminalidade. Pela primeira vez em muitos anos, a maioria dos moradores afirmou ter pouco medo de andar no território durante a noite.

Após as modificações, o projeto, que antes apresentava 30% de habitações vagas, não apenas atingiu ocupação total, como também adquiriu uma lista de espera com centenas de candidatos.

### 3.1.5 Quadro-síntese

EXPERIMENTO DE CLASON POINT					
Objetivos Principais	Fatores de Degradação	Características Gerais da Área	Problemas Enfrentados	Atores Envolvidos	Principais Resultados
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar um programa que possibilitasse aos moradores de habitações sociais exercerem controle e apropriação das áreas externas, adjacentes às suas residências.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 30% de habitações desocupadas</li> <li>• Espaços públicos descuidados e inacabados</li> <li>• Falta de apropriação e uso dos espaços públicos</li> <li>• Conflitos de raças e gerações</li> <li>• Taxas altas de crime e medo</li> <li>• Presença de gangues e traficantes de drogas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construída durante a Segunda Guerra Mundial</li> <li>• Projeto de habitações sociais em forma de sobrados</li> <li>• Alta densidade populacional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Limitações de orçamento</li> <li>• Visão das autoridades limitada por antigo preconceito em relação aos moradores de habitações sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• U.S. Department of Housing and Urban Development</li> <li>• Office of Policy Development and Research</li> <li>• Institute for Community Design Analysis</li> <li>• Sociedade civil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Metodologia aplicável a outros conjuntos de habitações sociais</li> <li>• Redução nos índices criminais e no medo</li> <li>• Participação efetiva da população</li> <li>• Criação de sentimento de identidade e apropriação com o projeto</li> </ul>

QUADRO 1: SÍNTESE DO EXPERIMENTO DE CLASON POINT

FONTE: Elaborado pela autora, 2012

## 3.2 O Programa de Prevenção do Crime de Hartford

De 1973 a 1976, na cidade de Hartford (Connecticut, EUA), o *National Institute of Law Enforcement and Criminal Justice* (NILECJ) realizou o projeto experimental de um programa de prevenção do crime, apresentado no relatório “*Reducing Residential Crime and Fear: The Hartford Neighborhood Crime Prevention Program*” – Reduzindo Crime Residencial e Medo: O Programa de Hartford de Prevenção do Crime de Bairro<sup>16</sup>. (FOWLER *et al.*, 1979)

Embora na época já existissem estudos sobre conceitos de desenho urbano na prevenção do crime, de acordo com Fowler *et al.* (1979), o programa constituiu a primeira tentativa de aplicação prática, expandindo o campo de conhecimento sobre o papel do ambiente físico na redução da oportunidade criminal. Foi pioneiro também na integração entre a polícia, a comunidade e o ambiente físico, para uma estratégia combinada de prevenção do crime.

Como exemplo de aplicação bem sucedida dos princípios teóricos em um bairro existente, o programa de Hartford representa um teste realístico e também um modelo para reprodução em outras localidades.

### 3.2.1 Características Gerais da Área

A cidade de Hartford, capital e centro financeiro do estado norte-americano de Connecticut, foi escolhida como local para o programa pois, além de possuir bairros onde a incidência criminal era alta, a organização ideal – fornecida pelo *Hartford Institute of Criminal and Social Justice* – e a existência de interesses públicos e privados em investimentos tornaram possível sua realização.

A área, Asylum Hill, escolhida para o desenvolvimento do programa de Hartford, localizava-se próxima ao centro empresarial e de seguros da cidade e possuía caráter predominantemente residencial. No início da década de 1970, segundo Fowler *et al.*

---

<sup>16</sup> Tradução sob responsabilidade da autora.

(1979), a área apresentava sinais de degradação, com taxas crescentes de roubos e de abandono da população residente.

O bairro, North Asylum Hill (FIGURA 15), possuía população de cinco mil habitantes, em sua maioria solteiros – idosos e jovens – havendo poucas habitações familiares. De acordo com as análises realizadas, diversos fatores estavam contribuindo para a destruição do caráter residencial do bairro, conforme o autor evidencia da citação que segue.

*A principal conclusion of the analysis was that a number of features of the physical environment were working to destroy the residential character of the neighborhood. Cars and pedestrians passing through the area dominated the streets and depersonalized them. The streets belonged more to outsiders than to residents, creating an ideal environment for potential offenders. (FOWLER et al., 1979, p.80).*

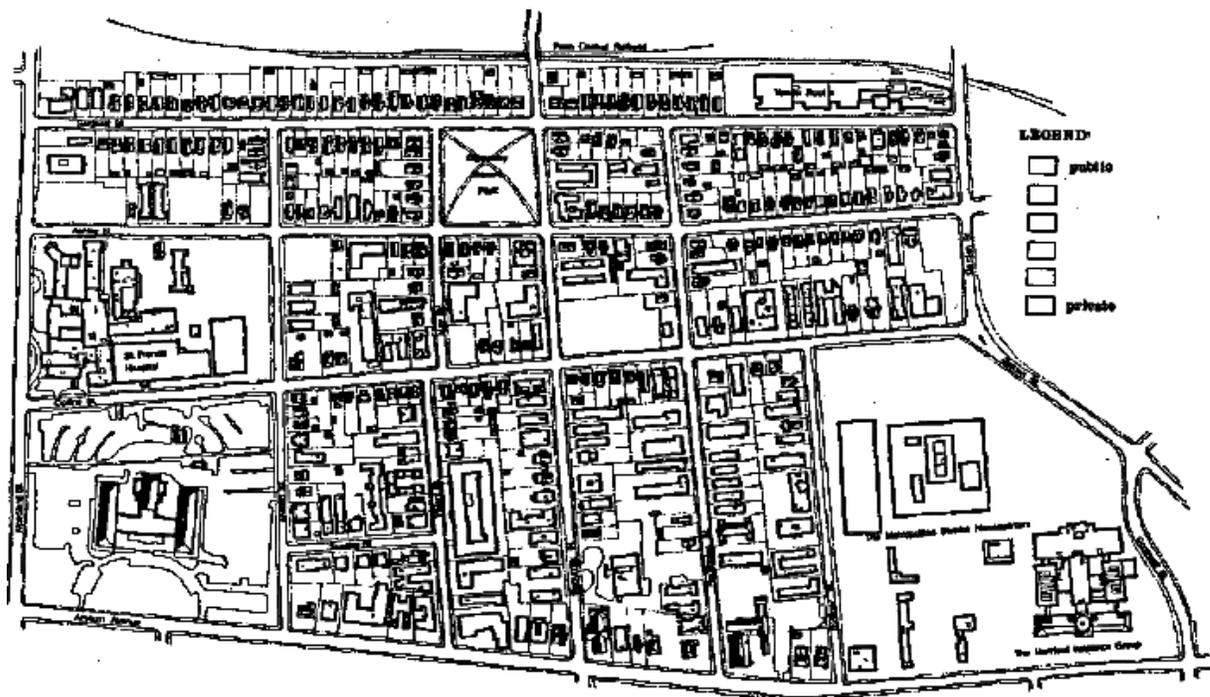


FIGURA 15: MAPA DO BAIRRO NORTH ASYLUM HILL

FONTE: FOWLER et al., 1979, p.19

### 3.2.2 Origens do Crime e do Medo

O relatório, produzido pelo *United States Department of Justice* (FOWLER *et al.*, 1979), analisa as formas com que os cidadãos, a polícia e o ambiente físico contribuíam para a oportunidade criminal em *North Asylum Hill*, identificando os focos de problemas (FIGURA 16). Tal tarefa demonstrou-se bastante complexa, não apenas pela ausência de modelos a serem seguidos, mas, principalmente, pela dificuldade de uma compreensão integrada – resultante das perspectivas diferentes do problema da criminalidade – pelas diversas disciplinas envolvidas.

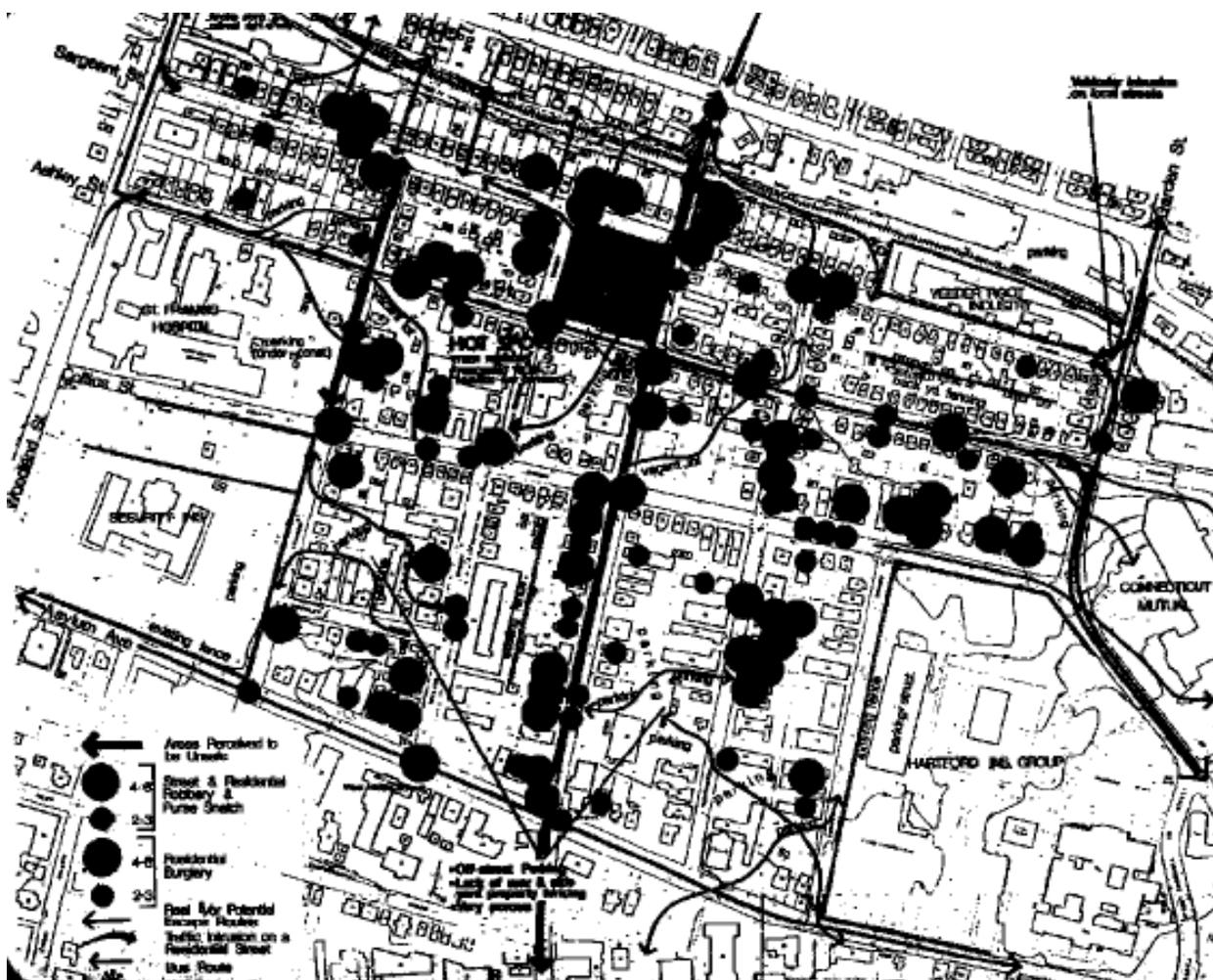


FIGURA 16: MAPA DO PROBLEMA, NORTH ASYLUM HILL

FONTE: FOWLER *et al.*, 1979, p.32

Para realização das pesquisas foram formadas três equipes, incluindo especialistas em desenho urbano e planejamento do uso do solo, criminologistas, sociólogos, policiais e pesquisadores. Cada equipe trabalhou de forma independente e, posteriormente, produziu-se uma análise integrada. As conclusões que, em seguida, nortearam o programa proposto, identificavam as características – do **ambiente físico** do bairro, da **polícia de Hartford**, da **população residente** e da **população delinquente** – que facilitavam a incidência criminal.

A principal característica do **ambiente físico** do bairro identificada como problemática na prevenção do crime foi sua configuração espacial não condizente com o aspecto residencial. A predominância de áreas residenciais no bairro não era caracterizada nem definida por seu espaço físico.

O departamento de **polícia de Hartford**, embora fosse bem visto pelos moradores, apresentava algumas falhas no controle do crime nos bairros. Tanto a natureza de ação centralizada, quanto à falta de um sistema eficiente de informação e registro, contribuía de forma negativa para a eficiência da ação policial.

Analisando a **população residente**, concluiu-se que uma grande proporção era transitória, habitando o bairro recentemente e apresentando interesse de se mudar em pouco tempo. Além disso, foi identificado um nível baixo de coesão social, tanto formal quanto informal.

Em relação à **população delinquente** e do modo como operava, observou-se que os criminosos não eram residentes do bairro, mas viviam em suas proximidades, e que os roubos eram realizados à pé, por pessoas circulando pelo bairro à espera de uma oportunidade favorável ao delito.

Ainda que a ocorrência criminal seja reflexo da combinação de todos os aspectos facilitadores analisados, o ambiente físico foi identificado como principal agente na criação de oportunidades de delito em North Asylum Hill. O fluxo constante de veículos e pedestres, gerado pelas instituições existentes nas áreas vizinhas, configurava um espaço frequentado mais pela população não residente do que pelos moradores. Além disso, as ruas, mais utilizadas por veículos, apresentavam baixa apropriação pelos

pedestres e, também, deficiências de definição e distinção entre os espaços públicos e os espaços privados. Tais fatores criavam um cenário ideal para os delinquentes sentirem-se à vontade para circular no bairro, à espera de oportunidades para a prática criminal.

### **3.2.3 O Programa Proposto**

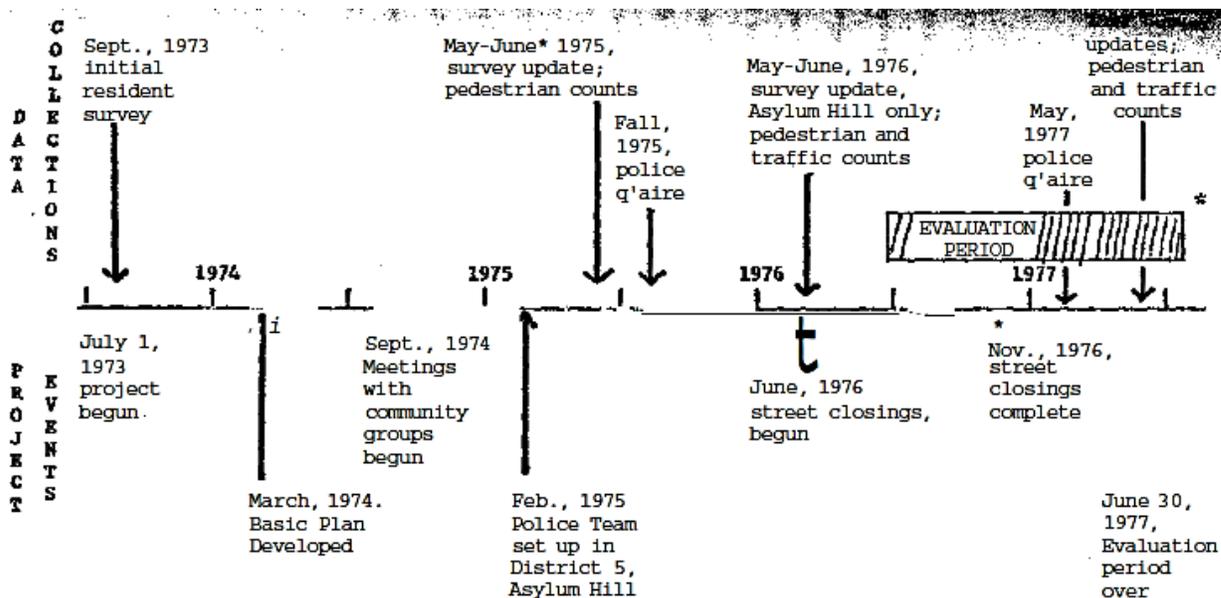
O programa de Hartford visava a redução dos assaltos – tanto nas residências quanto nas ruas – e do medo do crime, através de uma abordagem integrada, incluindo propostas de alteração do ambiente físico, mudanças na organização policial e esforços para mobilização da comunidade. A abordagem concentrou-se na interação entre o comportamento humano e o ambiente construído, considerando a hipótese de que, tanto o dimensionamento correto, quanto o uso efetivo e sua apropriação, pudessem levar à redução da criminalidade e do medo.

Em 1976, foi implementado o programa em três partes:

- a) Fechamento e estreitamento ruas como estratégia principal para reduzir o tráfego de fora e para aumentar o caráter residencial da área.
- b) Instituir uma unidade de policial no bairro, com relações fortes com os moradores.
- c) Criar e incentivar organizações, para trabalhar com a polícia, e iniciar os esforços para melhorar o bairro e reduzir as oportunidades criminais.

(FOWLER et al., 1979, p.XVIII, tradução nossa).

A FIGURA 17 a seguir mostra o cronograma dos eventos do projeto, incluindo sua implementação, assim como as datas de coletas de dados e avaliação.



\*NOTE: Crime rates were for the entire year - July, 1976-June, 1977 - as the evaluation period. However, most measures from the surveys and observations essentially measured key variables - fear, use of streets, etc. - as of June, 1977.

FIGURA 17: CRONOGRAMA DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DO CRIME DE HARTFORD

FONTE: FOWLER et al., 1979, p.13

Embora a singularidade do programa fosse sua abordagem integrada de redução da oportunidade criminal – combinando mudanças no espaço físico com esforços para fortalecimento da organização policial e comunitária –, as alterações no ambiente construído foram essenciais para que sua implementação fosse bem sucedida. O programa só pôde ser considerado completamente implementado quando tais alterações foram concluídas.

Segundo Fowler *et al.* (1979), os cinco principais focos das propostas de alterações no ambiente construído foram: a circulação de veículos; a circulação de pedestres; a definição entre espaços públicos e privados; os espaços abertos públicos e vazios; e a porosidade dos espaços privados.

A implementação do programa incluiu (FIGURA 18):

- A criação de *cul-de-sacs*, portões de entrada e ruas de único sentido, para redistribuição e controle do tráfego de veículos no interior do bairro em apenas duas ruas coletoras;
- A construção de caminhos na entrada das residências e o tratamento dos meios-de-quadra, para uma definição visual da área, tornando menores os espaços porosos entre as habitações;
- A limpeza e a estruturação do parque do bairro, tornando-o mais atrativo para os moradores, especialmente crianças e idosos;
- A negociação com a empresa ferroviária para construção de cercas ao longo de suas faixas;
- Os incentivos para outros proprietários privados cercarem suas propriedades.

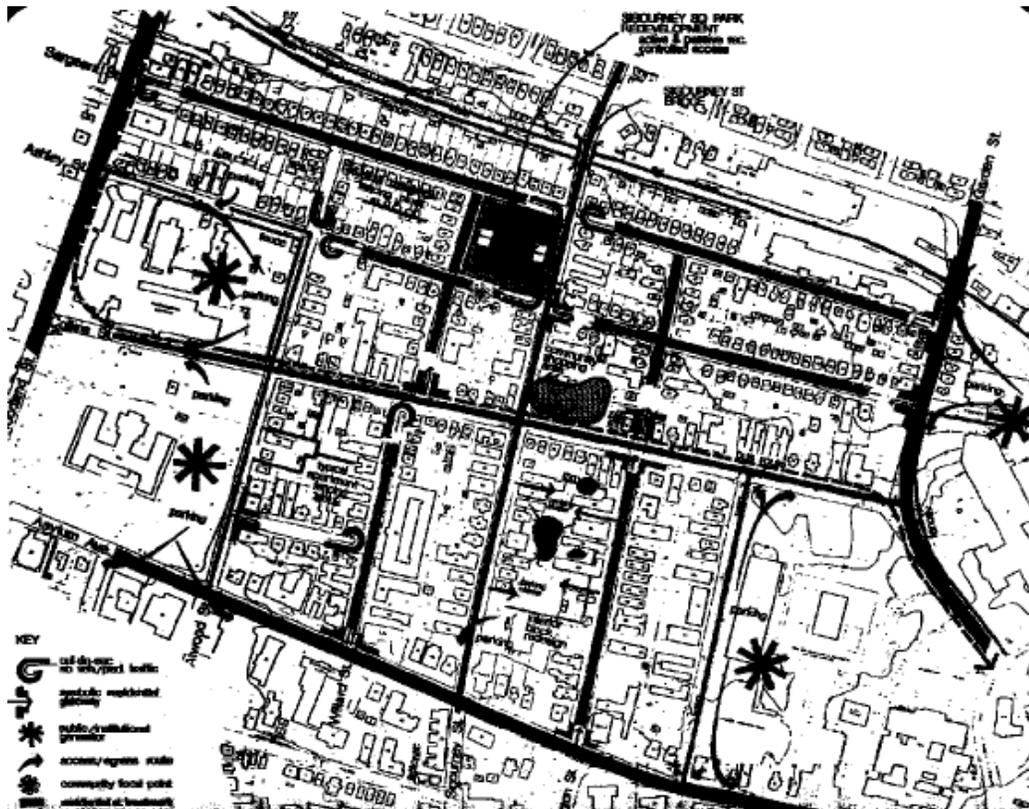


FIGURA 18: : MAPA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA, NORTH ASYLUM HILL

FONTE: FOWLER et al., 1979, p.42

De todas as alterações realizadas no ambiente construído, as mudanças nas ruas foram consideradas, por Fowler *et al.*, (1979), as mais importantes. A equipe chegou à conclusão que reduzir o tráfego de veículos era essencial para restabelecer o caráter residencial do bairro, tornando as ruas mais atrativas para os moradores, possibilitando-os de vigiar e controlar a área.

Embora as mudanças realizadas tenham sido simples, a equipe esperava um conjunto complexo de consequências como resultado. Esperava-se reforçar as relações entre os moradores, aumentando seu controle sobre o bairro e desestimulando o comportamento criminoso, e também, tornando a ação policial mais eficiente.

### **3.2.4 Impactos do Programa**

Os impactos do programa foram avaliados durante o período de quase um ano (1977) após sua implementação. Embora algumas mudanças esperadas fossem demorar mais tempo para ocorrer, a avaliação foi essencial para observar o impacto das ações sobre o crime em North Asylum Hill.

A metodologia de avaliação dos impactos do programa baseou-se em pesquisas com os moradores, observação de dados, contagens, questionários e registros policiais, monitoramentos, análises comparativas ao longo do tempo e análises comparativas entre os índices criminais de North Asylum Hill e de outros locais da cidade.

A avaliação realizada concluiu que o roubo e o medo nas residências da área experimental tiveram uma redução significativa, assim como, embora menos conclusivo, também tenha sido observado um efeito aparente no roubo e no medo nas ruas. Segundo Gardiner (1978), de acordo com a citação que segue, apesar de ter havido um aumento constante da criminalidade no restante da cidade de Hartford, o bairro de North Asylum Hill apresentou, após a realização do programa, redução de 42%.

Hartford foi o primeiro projeto desta natureza, onde os resultados foram totalmente testados e avaliados: eles mostram uma acentuada redução nos crimes predatórios – isto é, uma redução de 42% no bairro do projeto, mesmo havendo um aumento constante na cidade, durante o mesmo período. (GARDINER, 1978, p. 63-64, tradução nossa).

Embora tenha sido desenvolvido um plano mais abrangente e de longo prazo, devido às limitações de orçamento, apenas uma parte do programa para o ambiente construído – controle de circulação de veículos e pedestres – acabou sendo implementada no bairro. Como resultado obteve-se uma abordagem suave e psicológica de impedimento aos não-moradores de circularem livremente pela área, restaurando o caráter residencial do bairro e o tornando mais atrativo para os moradores.

Apesar dos três componentes do projeto – ambiente construído, polícia e comunidade – terem sido importantes na queda da criminalidade e do medo, Fowler *et al.* (1979) afirma que as mudanças no primeiro foram essenciais para as outras duas estratégias funcionarem, como evidencia a citação abaixo.

Os componentes da organização policial e comunitária, nessa ocasião, certamente contribuíram para atingir o objetivo do programa. Entretanto, sozinhos eles não teriam sido suficientes para redução do crime e do medo. As mudanças físicas foram essenciais. (FOWLER *et al.*, 1979, p.152, tradução nossa).

O programa de prevenção do crime de Hartford desenvolveu uma metodologia para determinação de perfis dos delinquentes, das vítimas e das configurações espaciais e elementos facilitadores para a produção da oportunidade criminal. Configura-se como um teste bem-sucedido de um plano integrado, com potencial de aplicação em diferentes situações urbanas.

### 3.2.5 Quadro-síntese

PROGRAMA DE PREVENÇÃO DO CRIME DE HARTFORD					
Objetivos Principais	Fatores de Degradação	Características Gerais da Área	Problemas Enfrentados	Atores Envolvidos	Principais Resultados
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de um programa integrado entre ambiente construído, polícia e comunidade, para uma estratégia de prevenção do crime.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Altos índices de roubos</li> <li>• Abandono da população residente</li> <li>• Destruição do caráter residencial do bairro</li> <li>• Baixa coesão social</li> <li>• Ação policial centralizada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bairro localizado próximo ao centro empresarial da cidade</li> <li>• Caráter residencial</li> <li>• Existência de poucas habitações familiares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de modelos a serem seguidos</li> <li>• Dificuldade de análise integrada das diversas disciplinas envolvidas</li> <li>• Limitações de orçamento e tempo</li> <li>• Processo de aprovação lento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>United States Department of Justice</i></li> <li>• <i>NILECJ</i></li> <li>• <i>Hartford Institute of Criminal and Social Justice</i></li> <li>• Sociedade civil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução dos índices criminais e do medo</li> <li>• Metodologia aplicável em outros locais</li> <li>• Mobilização da população</li> <li>• Participação efetiva dos diversos agentes envolvidos</li> </ul>

QUADRO 2: SÍNTESE DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DO CRIME DE HARTFORD

FONTE: Elaborado pela autora, 2012

### 3.3 O PRIH Luz de São Paulo

O programa Perímetro de Reabilitação Integrada do Habitat – PRIH, inserido no Programa Morar no Centro<sup>17</sup>, foi promovido pela gestão municipal de São Paulo (2001–2004) e implementado pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHAB. Sua primeira experiência foi localizada no bairro da Luz, em São Paulo.

Segundo Vitale *et al.* (2005), a proposta, baseada em uma nova forma de planejamento, consiste em uma tentativa de intervenção e gestão urbana democráticas em áreas centrais, afirmando a importância de se pensar a cidade a partir das diversas escalas, com foco em intervenções delimitadas do território, “...*por meio da gestão compartilhada entre atores locais, com o objetivo de melhoria da qualidade de vida dos moradores, trabalhadores e usuários, através de ações integradas.*” (VITALE *et al.*, 2005, p.1) Essa nova forma de gestão surge de questionamentos ao planejamento urbano modernista e seu caráter homogeneizador, onde as alterações econômicas estruturais e as especificidades locais são, diversas vezes, ignoradas. “*Parte-se do princípio que a soma das intervenções locais provoquem o desenvolvimento da cidade como um todo.*” (VITALE *et al.*, 2005, p.2)

Os PRIHs, inseridos num “*contexto de disputa pelos novos significados da terminologia desenvolvimento local*” (VITALE *et al.*, 2005, p.7), buscam promover a manutenção do tecido social existente, através da recuperação do tecido urbano, com melhorias nas condições de moradia e infraestrutura urbana, de acordo com características locais e participação efetiva da população, sem promover a valorização imobiliária.

#### 3.3.1 Características da Área de Intervenção

A área central da cidade de São Paulo, segundo Vitale *et al.* (2005), vinha perdendo muitos habitantes ao longo das últimas décadas. A maioria de seus distritos

---

<sup>17</sup> O Programa Morar no Centro foi baseado em uma abordagem nova de desenvolvimento urbano, onde ações integradas em um conjunto de quadras – “perímetro” – substituiriam ações setoriais, isoladas e pontuais, possibilitando o planejamento de soluções habitacionais articuladas à requalificação do bairro.

centrais, em comparação aos periféricos, apresentava baixa densidade habitacional e grande quantidade de edificações vazias. Segundo dados do Censo (IBGE, 2000), somente nos distritos da Administração Regional da Sé - AR-SÉ<sup>18</sup>, existiam quase 40 mil domicílios vazios. Tal fator somado à concentração de investimentos na construção de conjuntos habitacionais populares – localizados fora das manchas urbanizadas – e à omissão do problema por parte do poder público, geravam problemas de mobilidade, expansão desordenada e degradação ambiental, além de deseconomia para a cidade e exclusão da camada mais necessitada da população.

Segundo levantamento da FIPE, em 1993, 25% da população da AR-SÉ era composta por moradores de cortiços, correspondendo a 20% da população total encortiçada da cidade de São Paulo. A qualidade de vida dos moradores mais pobres do centro teve sua deterioração ocasionada pela saída da elite e dos investimentos no mercado imobiliário, configurando condições de habitabilidade péssimas, principalmente nos imóveis encortiçados.

Neste mesmo cenário, entretanto, a existência de terrenos subutilizados e de edifícios residenciais e comerciais vazios, além da grande oferta de empregos, configuravam vantagens para a produção de unidades habitacionais direcionadas às faixas de renda baixa e média-baixa, segundo a autora. Como forma de aproveitar a infraestrutura já existente, a reabilitação dos imóveis ociosos para uso habitacional, surgiu como melhor alternativa de recuperação e manutenção. Iniciou-se assim, em 2001, o processo de requalificação dos distritos centrais e a elaboração de novas propostas de intervenção, através da abertura de canais de diálogo e debate, com o intuito de criação de um programa habitacional para “*reverter o processo de esvaziamento populacional e de segregação social das áreas centrais da cidade.*” (VITALE *et al.*, 2005, p.9)

O PRIH Luz foi escolhido como primeiro perímetro de implementação do programa, principalmente, pelo processo intenso de investimentos de revitalização na área, dos governos estadual e federal – através de empréstimos Banco Interamericano

---

<sup>18</sup> A AR-SÉ é composta pelos distritos Bom Retiro – do qual o bairro da Luz faz parte –, Brás, Cambucí, Liberdade, entre outros.

de Desenvolvimento (BID). A delimitação bastante clara do território do perímetro<sup>19</sup> também configurou um elemento facilitador para a escolha, além da existência de grande concentração de cortiços, de terrenos e imóveis subutilizados, identificados pelos levantamentos preliminares.

### **3.3.2 O Programa Proposto**

O levantamento para delimitação dos perímetros foi realizado em duas etapas. A primeira correspondeu à caracterização geral da mancha e a segunda ao detalhamento em perímetros pré-determinados. Em 2002, foi realizada a caracterização fundiária e ambiental de seis manchas urbanas de áreas degradadas das regiões centrais e, posteriormente, foram delimitadas como “perímetros”, aquelas com maior potencial para implantação de projetos habitacionais públicos<sup>20</sup>.

A construção de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social (EHIS) foi estimulada e viabilizada pela utilização dos levantamentos – de caracterização dos perímetros – na delimitação da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), parte da elaboração do Plano Diretor Estratégico do Município<sup>21</sup>, em debate na mesma época. A implementação desta nova forma de gestão urbana teve início no fim de 2002, com as seguintes diretrizes de referência: abordagem integrada e participativa; elaboração de um plano de intervenção; constituição de instâncias institucionais de negociação; interlocução com os movimentos sociais; e estudo de modelos internacionais de reabilitação urbana com inclusão social.

O programa teve início com a contratação de uma equipe técnica com função de elaborar diretrizes de intervenção e definir funções ao escritório local – referência territorial do poder público e elemento catalisador da participação na gestão urbana. Tanto o papel do território quanto a participação efetiva da comunidade foram considerados indispensáveis durante o processo, cujos objetivos principais eram:

---

<sup>19</sup> O perímetro do bairro da Luz era delimitado pela linha férrea, pelo rio Tamandateí e por grandes avenidas.

<sup>20</sup> As manchas delimitadas como perímetros foram as que possuíam maior concentração de cortiços, imóveis e terrenos vazios ou subutilizados.

<sup>21</sup> O Plano Diretor do Município foi aprovado em agosto de 2002 pela Câmara Municipal.

valorização das potencialidades endógenas; construção e resgate de identidades coletivas; e inclusão urbana da população de baixa renda. A combinação entre instrumentos urbanísticos, estratégias imobiliárias e linhas de financiamento habitacionais, viabilizou e tornou o programa sustentável.

A elaboração e implementação, de forma participativa, do Plano Integrado de Intervenções (PII) – objetivo geral do programa – buscava “*a reconstrução do tecido social e urbano local e a melhoria da qualidade de vida dos moradores, trabalhadores e usuários.*” (VITALE *et al.*, 2005, p.12). Outro objetivo foi a construção, pelo poder público, de referências visando à reabilitação integrada das áreas centrais metropolitanas e à inclusão social e urbana da população de baixa renda, através da construção de dinâmicas de diálogo entre os agentes locais.

Como forma de atingir tais objetivos, foi fundamental a estruturação dos “Escritórios Antena”<sup>22</sup>, com papel de valorizar, interligar e coordenar os representantes – locais e do poder público – através do gerenciamento de conflitos e acordos, buscando propostas para uma melhoria urbana sustentável. O escritório visaria, portanto: o desenvolvimento de instrumentos de captação de necessidades e demandas (Diagnóstico Participativo); o aproveitamento e articulação das capacidades, idéias e propostas vindas dos grupos sociais (Planejamento Participativo); e a identificação dos recursos urbanos e sociais – formais e informais – do território.

Assim, definiu-se a metodologia de trabalho composta por três etapas: a primeira, definida pelos processos de comunicação social e territorial, constituiria o quadro da realidade local; a segunda, caracterizada por atividades de mobilização social, visaria à construção de instâncias participativas e a elaboração de estudos de viabilidade, para definir as diretrizes do Plano Integrado de Reabilitação; e a terceira, concretizaria a realização dos projetos e ações, previamente definidos pela etapa anterior.

---

<sup>22</sup> A atuação do Escritório Antena era prevista para o período de dois anos – deixando as instâncias participativas estruturadas, apropriadas pela comunidade e reconhecidas pelos órgãos públicos de competência – proporcionando sustentabilidade ao programa, através da continuidade das ações e projetos.

O primeiro perímetro de intervenção, PRIH Luz, de acordo com a metodologia proposta, teve a etapa inicial – **Comunicação Territorial e Social** – de conhecimento da realidade do território, acompanhada pelo “Levantamento Físico-Imobiliário”<sup>23</sup> e pelo “Levantamento do Uso dos Espaços Públicos”<sup>24</sup>. Durante os primeiros quatro meses – considerados essenciais na abertura de canais de participação e na definição dos papéis – o Escritório Antena buscou a integração dos recursos e programas públicos incidentes no mesmo território, simultaneamente ao esforço de aproximação – entre a população e as entidades organizadas –, através dos trabalhos denominados “Levantamento de Lideranças” e “Mapeamento e Contato com Entidades”. Foram realizadas também, Oficinas de sensibilização e aproximação e, em um segundo momento, Oficinas do Futuro<sup>25</sup>, ambas destinadas à população moradora, instaurando uma proposta de reabilitação participativa.

Montou-se assim, o quadro da realidade local, incluindo as potencialidades e as dificuldades identificadas no perímetro. A equipe detectou, durante esta etapa, a falta de conhecimento e integração entre os trabalhos desenvolvidos no mesmo território, formalizando então, o Fórum de Entidades do PRIH Luz e Subprefeitura Sé, como espaço de troca e articulação permanente, através de uma integração local entre poder público e entidades não governamentais. A montagem do Diagnóstico Participativo concretizou a conclusão desta primeira etapa do trabalho, consolidando um processo de troca e construção de conhecimentos conjuntos, e possibilitando a apropriação do território por parte da população. As prioridades de intervenção estabelecidas, da maior para a menor, foram: Lixo; Saúde; Habitação; Educação; Lazer/Cultura; Segurança.

A segunda etapa, **Construção Social**, visava à elaboração do Plano Integrado de Intervenções para a reabilitação do PRIH Luz. O primeiro passo foi a estruturação do

---

<sup>23</sup> No “Levantamento Físico” foi detalhada e atualizada a situação imobiliária do Perímetro, identificando oportunidades imobiliárias, imóveis subutilizados, cortiços, moradias precárias, e imóveis de interesse de preservação.

<sup>24</sup> O “Levantamento do Uso dos Espaços Públicos” configurou uma nova metodologia de análise que, além de detectar as características paisagísticas e ambientais dos espaços livres, identificou também os usos e convívios que neles se verificam, servindo de base para a elaboração de propostas de criação e de melhoria dos espaços livres para o lazer.

<sup>25</sup> A população reflete e identifica as características atuais do bairro em que moram (“Oficinas de sensibilização e aproximação”), e depois, projeta sonhos e aspirações para um bairro melhor no futuro (“Oficinas do Futuro”).

Plano de Ação, relacionado às duas primeiras prioridades indicadas, através de uma agenda – de curto, médio e longo prazos – incluindo respostas-ações para os problemas existentes, a partir das causas e responsáveis. Percebeu-se assim, que muitas respostas poderiam ser viabilizadas através de ações e recursos já existentes, sendo necessária apenas sua articulação, por parte da população, das entidades e de instituições locais. “Esta fase foi importante, pois gerou uma mudança de postura da população envolvida, que começou a assumir um papel ativo de divulgação...” (VITALE *et al.*, 2005, p.17).

Em seguida, teve início a fase de elaboração do Plano Integrado de Intervenções (PII), associando as ações previamente incluídas, e planejando outras. A partir da realização de dinâmicas setoriais – com comerciantes, entidades, moradores de cortiço, entre outros – foi aprofundado o conhecimento das realidades específicas, convergindo em uma dinâmica comum de planejamento integrado, abrangendo a complexidade das realidades setoriais. Os três eixos que compunham o PII foram: Plano Habitacional, Plano de Melhoria Ambiental e Projeto de Construção Social.

No eixo do Plano Habitacional, o Escritório Antena coordenou processos de mediação e negociação entre proprietários imobiliários, órgãos financiadores e empresas de construção, após a identificação, através dos levantamentos, de áreas subutilizadas e edifícios vazios para produção de novos empreendimentos. Os investimentos públicos voltados à Habitação de Interesse Social (HIS) foram viabilizados com recursos municipais<sup>26</sup>.

O Plano de Melhoria foi composto por projetos relacionados à melhoria do espaço público – através da requalificação das ruas sem saída, calçadas e áreas livres, da reabilitação do patrimônio arquitetônico e histórico existente e da melhoria de infraestrutura. Foram realizados também, estudos de acessibilidade para todas as áreas públicas do Perímetro.

---

<sup>26</sup> Recursos municipais provenientes do Programa de Locação Social – que prevê a oferta de unidades habitacionais mediante pagamento de valores de aluguel compatíveis com a renda familiar (de máximo de três salários mínimos); e Programa de Arrendamento Residencial (PAR) – vinculado à Caixa Econômica Federal.

O último eixo do PII, Projeto de Construção Social, formalizou o processo de mobilização social dos setores da comunidade, através do Programa de Vivência e Gestão Participativa, orientando a constituição das seguintes instâncias participativas: Fórum das Entidades, Comissão de Representantes dos Moradores de Cortiços e Comitê de Reabilitação.

A segunda implementação do Programa PRIH teve início no final de 2003, no bairro do Glicério, tomando como base a experiência metodológica do PRIH Luz, no entanto, segundo a autora, com a flexibilidade necessária para lidar com particularidades de um novo contexto territorial.

### **3.3.3 Conflitos e Limites do Programa**

Embora o PRIH represente a primeira experiência de gestão urbana participativa das áreas centrais da cidade de São Paulo que merece uma avaliação cuidadosa e, sua institucionalização como um programa público municipal aponte um relativo sucesso, a Vitale *et al.* (2005) considera importante identificar os diversos limites e conflitos que permearam o processo.

Apesar de contribuir para o início da transformação de atuação do poder público – cuja estrutura não estava preparada – através do contato com a realidade local e da diretriz de participação efetiva, sua implementação não foi considerada prioridade para a gestão, e não foi estruturada a integração necessária.

Outro problema enfrentado foi a dimensão reduzida da equipe contratada, que, ao invés de ser composta por sete técnicos, contou apenas com a contratação de dois, auxiliados por dois estagiários. Os trabalhos foram realizados, assim, por diversas assessorias técnicas, contratadas ao longo do processo de implementação, causando empecilhos para o andamento e consolidação de novas relações do poder público com a sociedade civil, pela dificuldade de garantir a continuidade das contratações e pela grande rotatividade das equipes. Além disso, a instalação do Escritório Antena enfrentou dificuldades burocráticas para locação do imóvel. Foram identificadas também, dificuldades de integração das ações e de focalização dos programas dos

diversos setores e secretarias municipais no Perímetro, reforçando a falta de prioridade e a grande dificuldade de apropriação pela gestão municipal.

Os conflitos entre os técnicos e a população, na tentativa de construção de uma nova relação e de integração entre os tempos diferentes de implementação das secretarias, foram constantes. Um dos desafios do Escritório Antena foi contrapor a forma de atuação “setorial e burocratizada de parte dos funcionários públicos” (VITALE *et al.*, 2005, p.21).

Segundo Vitale *et al.* (2005), tanto a falta de peso político e de direcionamento de recursos para a implementação concreta de empreendimentos habitacionais, quanto a dificuldade de aplicação prática dos instrumentos (ZEIS), representam, também, fatores que contribuem para a fragilidade do programa. A complementação da ZEIS com a metodologia de gestão dos PRIHs, é considerada, entretanto, imprescindível pela autora, pela importância para pautar a luta pela Reforma Urbana, dentro do poder público e na sociedade.

Concluindo, a autora ressalta a importância do Programa, como experiência de interlocução com o contexto do desenvolvimento local, na busca por novas alternativas de gestão e planejamento urbano, de acordo com a citação a seguir.

*Por fim, a busca por alternativas de gestão e planejamento urbano que respondam as demandas de uma sociedade formada pela desigualdade e segregação sócio-espacial é de extrema importância. É desta forma que experiências que dialogam com a idéia de desenvolvimento local, como os Perímetros de Reabilitação Integrada do Habitat, podem ser fecundas para o debate sobre a necessária democratização urbana de nossas cidades, especialmente das áreas centrais. (VITALE *et al.*, 2005, p.23).*

### 3.3.4 Quadro-síntese

PROGRAMA DE PREVENÇÃO DO CRIME DE HARTFORD					
Objetivos Principais	Fatores de Degradação da Área	Características Gerais da Área	Problemas Enfrentados	Atores Envolvidos	Principais Resultados
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção do tecido social existente</li> <li>• Recuperação do tecido urbano,</li> <li>• Melhorias nas condições de moradia e infraestrutura urbana, sem promover valorização imobiliária</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abandono da população</li> <li>• Falta de investimentos no mercado imobiliário</li> <li>• Baixa densidade</li> <li>• Péssimas condições de habitabilidade</li> <li>• Problemas de mobilidade</li> <li>• Expansão desordenada e degradação ambiental</li> <li>• Deseconomia para a cidade</li> <li>• Exclusão da camada mais necessitada da população</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grande quantidade de cortiços</li> <li>• Existência de imóveis abandonados e subutilizados</li> <li>• Grande oferta de empregos</li> <li>• Infraestrutura preexistente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipe técnica reduzida e com grande rotatividade</li> <li>• Dificuldade na continuidade das contratações</li> <li>• Falta de peso político</li> <li>• Falha ao direcionar os recursos</li> <li>• Dificuldade de aplicação prática dos instrumentos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Poder Público Municipal</li> <li>• BID</li> <li>• Entidades</li> <li>• Sociedade civil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escritório Antena</li> <li>• Participação população</li> <li>• Uma experiência de gestão participativa em área central da cidade</li> </ul>

QUADRO 3: SÍNTESE DO PROGRAMA PRIH LUZ

FONTE: Elaborado pela autora, 2012

### 3.4 Considerações acerca dos Estudos de Caso

Os estudos de caso que foram apresentados neste capítulo possuem o objetivo de fundamentar a discussão sobre a prevenção do crime através do desenho urbano, bem como subsidiar a intervenção, a ser proposta posteriormente. Ressalta-se porém, a necessidade de uma análise crítica em relação as propostas, por tratarem-se de contextos distintos.

No primeiro, “Experimento de Clason Point”, foram utilizados os conceitos de Espaços Defensáveis, no projeto de requalificação de uma área de sobrados destinados à habitação social. As modificações relacionadas ao espaço foram organizadas em três propostas – redefinição do espaço, recapeamento dos edifícios e requalificação da área central – cujo objetivo era a diminuição das taxas criminais por meio, principalmente, do aumento do sentimento de apropriação dos moradores. Embora existam muitas diferenças em relação ao tema e a área de estudo do presente trabalho, o projeto realizado em Clason Point configura um modelo importante por tratar da aplicação prática dos conceitos de Espaços Defensáveis, complementando a exposição conceitual realizada no capítulo anterior (“Conceituação Temática”).

O segundo estudo, “Programa de Prevenção do Crime de Hartford”, configurou a primeira tentativa de aplicação prática da Prevenção do Crime através da Arquitetura Ambiental, em uma abordagem integrada incluindo propostas de alteração do ambiente físico, mudanças na organização policial e esforços para mobilização da comunidade. Por meio desta abordagem, o objetivo do programa era a redução dos assaltos e do medo do crime. Destaca-se neste ponto que, embora a singularidade do programa fosse sua abordagem integrada de redução da oportunidade criminal, as alterações no ambiente construído foram essenciais para que sua implementação fosse bem sucedida, reafirmando a importância do tema deste trabalho e dos conceitos anteriormente apresentados.

O último estudo, “PRIH Luz”, embora não trate da questão da segurança como foco principal, configura um modelo metodológico importante de reabilitação de área central, localizado na cidade de São Paulo, através do viés da habitação de interesse social. A

metodologia de trabalho foi composta por três etapas: a primeira trata-se da constituição do quadro da realidade local; a segunda da construção de instâncias participativas e a elaboração de estudos de viabilidade, para definir as diretrizes do Plano Integrado de Reabilitação; e a terceira, da realização dos projetos e ações. O programa possuía objetivo principal de melhoria da qualidade de vida dos moradores, trabalhadores e usuários, assemelhando-se ao tema de “Prevenção do Crime através do Desenho Urbano”, embora por vias distintas – no programa tal melhoria seria alcançada pela reconstrução do tecido social e urbano local, já no presente trabalho seria resultado da redução dos índices criminais por meio de alterações no ambiente físico.

A análise dos estudos apresentados será importante na elaboração do projeto posterior a este trabalho. Apesar disso, o enfoque das alterações que serão propostas não será a privatização de espaços – como no primeiro estudo – assim como não será o fechamento de ruas e a restrição do acesso – como no segundo. O enfoque será no desenvolvimento urbano apoiado na questão da segurança pública, com preocupação de diminuir a segregação sócioespacial e a fragmentação dos espaços.

## 4 ESTUDO DA REALIDADE

### 4.1 Urbanização e Violência nas Cidades Brasileiras

A violência, a criminalidade e o crescente sentimento de insegurança nas cidades brasileiras<sup>27</sup> podem ser considerados indicadores das transformações – sofridas pelo espaço urbano, nas últimas décadas – relacionadas aos processos de urbanização acelerada e crescimento populacional.

O Brasil foi, durante muito tempo, um país predominantemente agrário. A partir do século XVIII, contudo, as cidades começaram a se desenvolver, continuando tal processo durante todo o século seguinte para adquirir as características da atualidade, somente no século XX. No fim do século, XIX, ocorreu a primeira aceleração do fenômeno urbano quando, entre os anos de 1872 e 1900, a população urbana brasileira que representava 5,9%<sup>28</sup> do total, passou a 9,4%. Nesta época, porém, ainda eram apenas quatro as cidades com população que excedia a 100 mil habitantes – Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife. Em apenas vinte anos, de 1920 a 1940, a taxa de urbanização triplicou, passando de 10,7% da população total para 31,24%, configurando um aumento excepcional (SANTOS, 1993).

Dando continuidade ao crescimento, a inversão demográfica, relacionada ao lugar de residência da população brasileira, aconteceu entre os anos de 1940 e 1980, período no qual, progressivamente, a porcentagem urbana tornou-se maior que a rural. A quantidade de aglomerações com mais de 100 mil habitantes, de 18 (em 1940) chegou a 142 (em 1980), e a taxa de urbanização tornou-se mais de sete vezes maior. Além disso, ocorreu – no mesmo período de 40 anos – um aumento da população total

---

<sup>27</sup> Não se tratando, todavia, de um fenômeno peculiar à atualidade ou ao país, a violência e sua percepção pela sociedade variam de acordo com momentos históricos e também com culturas diferentes. Neste parágrafo, porém, optou-se pela delimitação da análise apenas à sociedade brasileira.

<sup>28</sup> Santos (1993) ressalta aqui a importância da prudência na análise destes dados, pois as contagens populacionais começaram a separar a população das cidades da população rural somente depois de 1940, havendo, portanto discordâncias em relação aos números anteriores à este ano.

no país, transitando dos, aproximadamente, 41 milhões de habitantes para os 119 milhões. O crescimento demográfico – resultante de elevadas taxas de natalidade e decréscimo na mortalidade – seguido pelo movimento intenso de urbanização, aconteceu a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, devido aos progressos sanitários que ocasionaram tanto uma melhoria nos padrões de vida, quanto o respectivo processo de urbanização (SANTOS, 1993).

A inversão demográfica verificou-se, efetivamente, da década de 60 - quando o índice de urbanização era 44,7% – para a década de 70 – na qual passou a ser 55,9%, ultrapassando, portanto, a população rural (44,1%) –, conforme demonstram o GRÁFICO 2 e a TABELA 1 que seguem. A tabela demonstra também que as taxas crescentes de urbanização brasileiras vieram acompanhadas de um forte crescimento populacional.

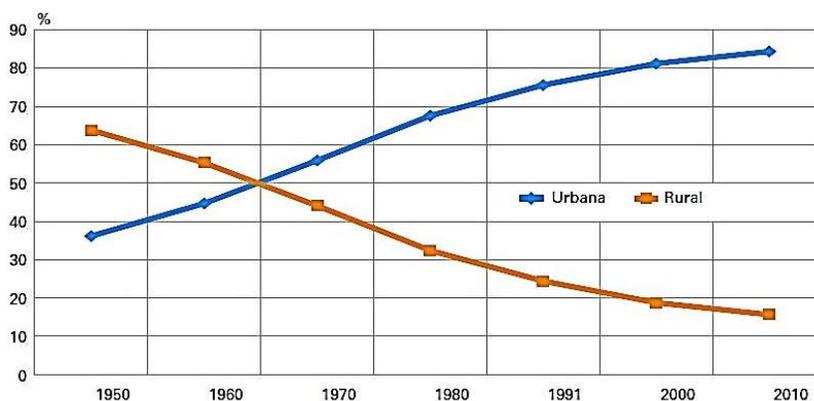


GRÁFICO 2: SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, BRASIL

Data	População residente			Participação relativa (%)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1950	51 944 397	18 782 891	33 161 506	100,0	36,2	63,8
1960	70 070 457	31 303 034	38 767 423	100,0	44,7	55,3
1970	93 139 037	52 084 984	41 054 053	100,0	55,9	44,1
1980	119 002 706	80 436 409	38 566 297	100,0	67,6	32,4
1991	146 825 475	110 990 990	35 834 485	100,0	75,6	24,4
2000	169 799 170	137 953 959	31 845 211	100,0	81,2	18,8
2010	190 755 799	160 925 792	29 830 007	100,0	84,4	15,6

TABELA 1: SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, BRASIL

FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010

Tal ruptura, ocasionada pela maior concentração populacional nas cidades, no entanto, maximizou também diversas mazelas sociais, como a desigualdade, a segregação espacial e, em destaque, a violência urbana e o decorrente sentimento de insegurança. Deste modo, pode-se verificar que o aumento no número de habitantes insere modificações profundas nas relações e atividades humanas – assim como no próprio caráter das comunidades – de uma determinada área. Ermínia Maricato<sup>29</sup>, discorrendo sobre a evolução urbana do país, identificou alguns efeitos do processo, com destaque à questão da violência.

O processo de urbanização, acelerado e concentrado, marcado pelo “desenvolvimento moderno do atraso”, cobrava, em poucas décadas de intenso crescimento econômico do país, um alto preço, através da predação ao meio ambiente, baixa qualidade de vida, gigantesca miséria social e seu corolário, a violência. (GONÇALVEZ, 1995, p.272).

O espaço urbano, como reflexo e condicionante da sociedade, neste aspecto, estabelece-se – especialmente se tratando de cidades capitalistas – de forma intensamente desigual, ordenado em áreas segregadas que espelham uma estrutura social bastante complexa (CORREA, 1989). A produção do espaço das cidades e sua consequente utilização geram, assim, diversas formas de conflitos que muitas vezes acabam resultando em violência e criminalidade. Conforme a citação:

O Espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um **produto social**, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. [...] A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos **conflitos** de classe que dela emergem. (CORRÊA, 1989, p.11, grifo nosso).

---

<sup>29</sup> O livro – organizado por Maria Flora Gonçalves – reúne textos de diversos autores (entre eles Maricato), resultado do *workshop* “O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas”, realizado em Recife em julho de 1993.

Em se tratando de uma transformação social em grande escala, a urbanização rápida e um tanto desordenada das cidades brasileiras acabou promovendo mudanças significativas no cotidiano e nos padrões de relacionamentos dos habitantes, redefinindo atividades, fluxos e comportamentos. Conseqüentemente, tal evolução urbana, transformou a percepção da população, através do aumento da sensação de insegurança gerada pela violência e criminalidade. Relacionando, então, o processo de urbanização com a violência:

A violência urbana não é um fenômeno isolado: a urbanização caótica, a densificação ou a privatização dos espaços públicos, a segregação social e racial leva a considerar as atividades informais e ilegais, violentas ou não, como indicadores de uma transformação mundial da civilização urbana. (BORDIN, 2009 *apud* PEDRAZZINI<sup>30</sup>, 2006, p.23).

No final do século XX e início do XXI, as cidades brasileiras vêm enfrentando um acréscimo constante nos índices criminais e também no sentimento de insegurança, afetando todos os setores da sociedade. Segundo Caldeira (2000) o aumento do crime violento é um processo que vem marcando de forma profunda a sociedade brasileira:

Ao transformar a paisagem urbana, as estratégias de segurança dos cidadãos também afetam os padrões de circulação, trajetos diários, hábitos e gestos relacionados ao uso de ruas, do transporte público, de parques e de todos os espaços públicos. (CALDEIRA, 2000, p.301).<sup>31</sup>

Conforme o Mapa da Violência 2012 (WASELFSZ, 2011), num histórico de 30 anos – 1980 a 2010 – houve um aumento intenso na violência<sup>32</sup> no Brasil. Neste período, a taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes possuía valor inicial de 11,7 pessoas em 1980, atingiu seu pico de 28,9 em 2003<sup>33</sup>, e concluiu com a quantidade de

<sup>30</sup> PEDRAZZINI, Yves. **A Violência das Cidades**. Editora Vozes, Petrópolis, 2006.

<sup>31</sup> Ressalta-se aqui, novamente a importância de se adotar estratégias de segurança que promovam uma maior utilização dos espaços e não o contrário, criando uma “cidade de muros” (CALDEIRA, 2000).

<sup>32</sup> O Mapa da Violência 2012 utiliza as taxas de homicídio como indicador geral da violência na sociedade.

<sup>33</sup> A queda nas taxas de homicídios, após o ano de 2003, pode ser explicada por diversos fatores concomitantes como: políticas de desarmamento, planos e recursos federais, estratégias de enfrentamento de alguns estados.

26,2 homicídios no ano de 2010 (GRÁFICO 3), apresentando um aumento real de 124% (no período) ou 2,7% (ao ano).

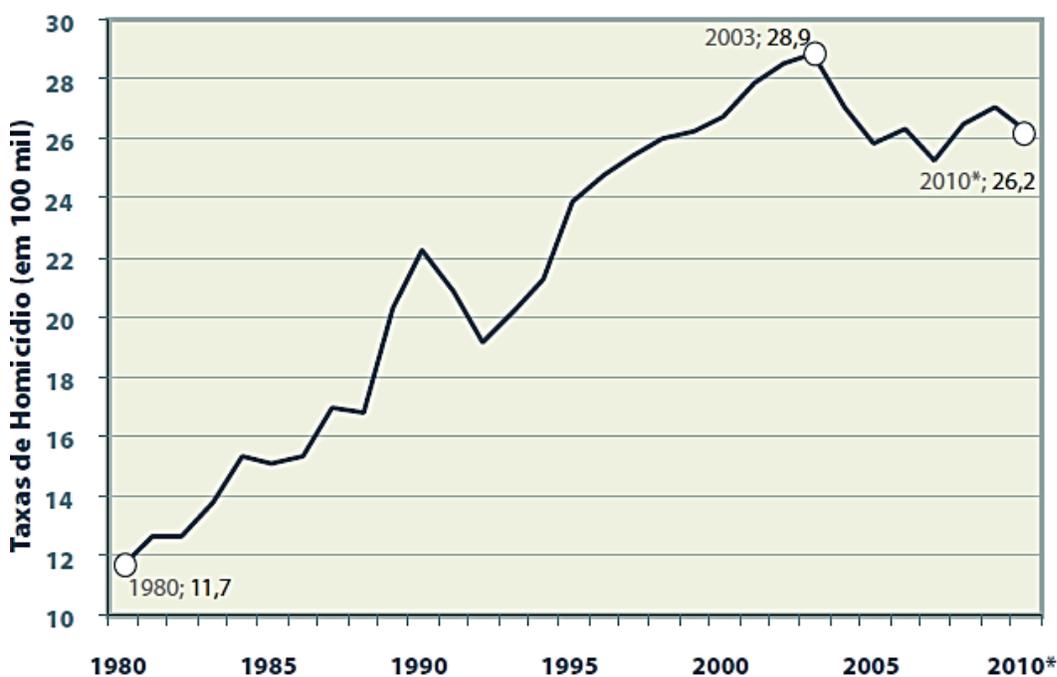


GRÁFICO 3: GRÁFICO EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE HOMICÍDIO, BRASIL 1980/2010

FONTE: Mapa da Violência 2012 (WAISELFISZ, 2011, p.19)

O relatório do Mapa da Violência 2012 (WAISELFISZ, 2011), como forma de demonstrar de maneira mais inteligível e impactante o real significado dos números apresentados, comparou a realidade do Brasil com os conflitos armados existentes no mundo, num mesmo período de tempo (2004 a 2007), chegando à conclusão de que no país a soma das mortes por homicídio superou o número de vítimas de muitos deles, conforme a tabela que segue (TABELA 2).

CONFLITOS ARMADOS	2004	2005	2006	2007	TOTAL MORTES	% DO TOTAL	TAXAS* MÉDIAS
IRAQUE	9.803	15.788	26.910	23.765	76.266	36,6	64,9
SUDÃO	7.284	1.098	2.603	1.734	12.719	6,1	8,8
AFEGANISTÃO	917	1.000	4.000	6.500	12.417	6,0	9,9
COLOMBIA	2.988	3.092	2.141	3.612	11.833	5,7	6,4
REP. DEM. DO CONGO	3.500	3.750	746	1.351	9.347	4,5	4,1
SRI LANKA	109	330	4.126	4.500	9.065	4,4	10,8
ÍNDIA	2.642	2.519	1.559	1.713	8.433	4,0	0,2
SOMÁLIA	760	285	879	6.500	8.424	4,0	24,4
NEPAL	3.407	2.950	792	137	7.286	3,5	6,8
PAQUISTÃO	863	648	1.471	3.599	6.581	3,2	1,0
ÍNDIA/PAQUISTÃO (CAXEMIRA)	1.511	1.552	1.116	777	4.956	2,4	
ISRAEL/TERR. PALESTINOS	899	226	673	449	2.247	1,1	8,3
TOTAL DE 12 CONFLITOS	34.683	33.238	47.016	54.637	169.574	81,4	11,1
RESTANTES 50 CONFLITOS	11.388	9.252	8.862	9.273	38.775	18,6	
TOTAL (62 CONFLITOS)	46.071	42.490	55.878	63.910	208.349	100,0	
BRASIL: HOMICÍDIOS	48.374	47.578	49.145	47.707	192.804		25,7

\*taxas em 100 mil habitantes.

TABELA 2: MORTES DIRETAS EM CONFLITOS ARMADOS NO MUNDO E DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL, 2004/2007

FONTE: Mapa da Violência 2012 (WAISELFISZ, 2011, p.22)

O crescimento contínuo dos índices de criminalidade e violência cotidiana também apresentou índices alarmantes no Estado do Paraná, durante o ano de 2010. O estado localizou-se entre os nove mais violentos do país, tendo a situação agravada na capital Curitiba, que ocupou a sexta posição entre as capitais mais violentas, ficando à frente de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Em dez anos Curitiba passou da vigésima posição para a sexta no *ranking* das capitais com maiores índices de homicídios (TABELA 3).

CAPITAL	2000	Pos.	2010*	Pos.
MACEIO	45,1	8°	109,9	1°
JOÃO PESSOA	37,8	13°	80,3	2°
VITORIA	79,0	2°	67,1	3°
RECIFE	97,5	1°	57,9	4°
SÃO LUIS	16,6	24°	56,1	5°
CURITIBA	26,2	20°	55,9	6°
SALVADOR	12,9	25°	55,5	7°
BELEM	25,9	21°	54,5	8°
PORTO VELHO	61,0	5°	49,7	9°
MACAPÁ	46,2	7°	49,0	10°
MANAUS	33,0	17°	46,7	11°
FORTALEZA	28,2	19°	45,9	12°
ARACAJU	39,9	10°	42,0	13°
CUIABA	69,5	3°	40,1	14°
GOIÂNIA	28,6	18°	39,8	15°
PORTO ALEGRE	39,2	12°	36,8	16°
BELO HORIZONTE	34,8	16°	34,9	17°
BRASILIA	37,5	14°	34,2	18°
NATAL	10,4	26°	32,3	19°
TERESINA	22,2	22°	30,8	20°
BOA VISTA	40,4	9°	28,5	21°
RIO BRANCO	36,4	15°	25,9	22°
RIO DE JANEIRO	56,6	6°	24,3	23°
FLORIANÓPOLIS	10,2	27°	22,8	24°
PALMAS	21,8	23°	22,3	25°
CAMPO GRANDE	39,3	11°	21,7	26°
SÃO PAULO	64,8	4°	13,0	27°

TABELA 3: ORDENAMENTO DAS CAPITAIS POR TAXAS DE HOMICÍDIO (EM 100 MIL HABITANTES), BRASIL 2000/2010

FONTE: Mapa da Violência 2012 (WASELFSZ, 2011, p.30)

## 4.2 A Cidade de Curitiba

### 4.2.1 Dados Gerais

A cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, foi fundada em 1693 como Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. A mudança do nome ocorreu em 1721, fazendo referência à grande quantidade de pinheiros-do-Paraná existente na região, pela denominação, decorrente da palavra de origem Guarani: “*kur yt yba*” – que significa “grande quantidade de pinheiros, pinheiral”.

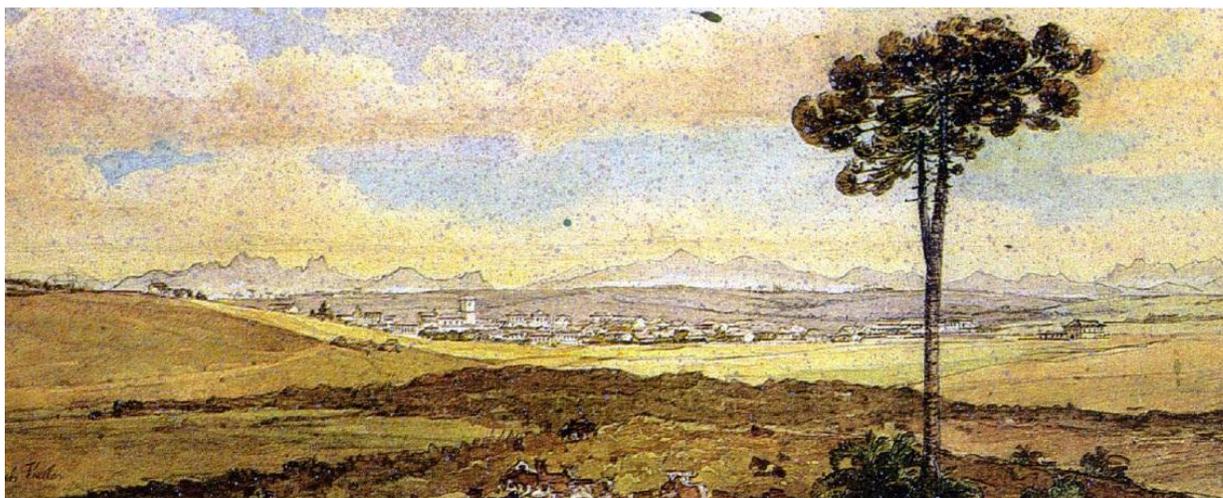


FIGURA 19: VISTA DE CURITIBA, 1865, AQUARELA ATRIBUÍDA AO PINTOR JOSEPH KELLER

FONTE: IPPUC, Curitiba em Dados

A capital, localizada no primeiro planalto paranaense (FIGURA 20), possui população superior a 1,7 milhões de habitantes distribuídos em uma área de aproximadamente 435 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Composta por 75 bairros, Curitiba divide-se em nove administrações regionais, conforme a FIGURA 21, destacando o bairro Centro, pertencente à Regional Matriz, no qual teve início a ocupação do município (FIGURA 22).

FIGURA 20: MAPA LOCALIZAÇÃO DE CURITIBA  
 FONTE: Wikipédia

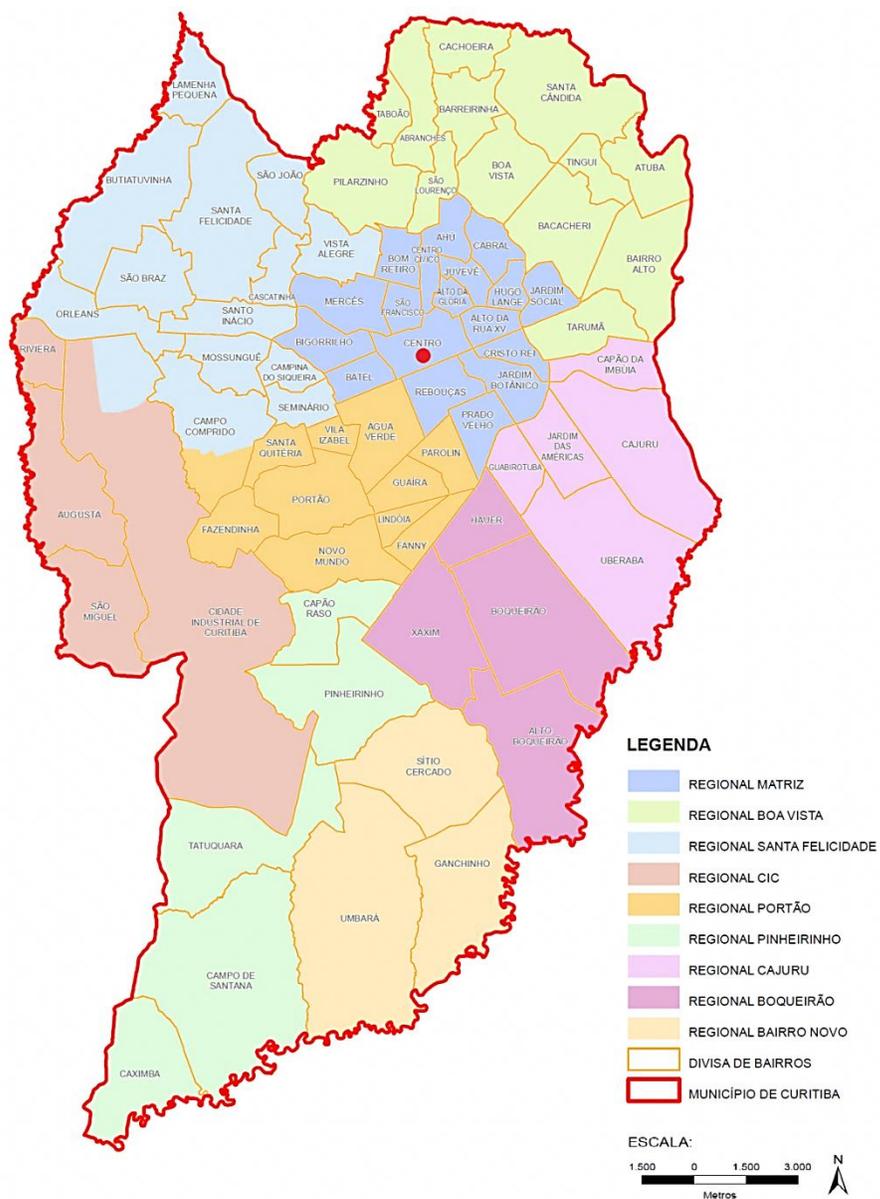


FIGURA 21: MAPA REGIONAIS DE CURITIBA  
 FONTE: IPPUC, 2012

## BAIRROS

01-CENTRO  
 02-SÃO FRANCISCO  
 03-CENTRO CÍVICO  
 04-ALTO DA GLÓRIA  
 05-ALTO DA RUA XV  
 06-CRISTO REI  
 07-JARDIM BOTÂNICO  
 08-REBOUÇAS  
 09-ÁGUA VERDE  
 10-BATEL  
 11-BIGORRILHO  
 12-MERCÊS  
 13-BOM RETIRO  
 14-AHÚ  
 15-JUVEVÉ  
 16-CABRAL  
 17-HUGO LANGE  
 18-JARDIM SOCIAL  
 19-TARUMÁ  
 20-CAPÃO DA IMBUIA  
 21-CAJURU  
 22-JARDIM DAS AMÉRICAS  
 23-GUABIROTUBA  
 24-PRADO VELHO  
 25-PAROLIN  
 26-GUAÍRA  
 27-PORTÃO  
 28-VILA IZABEL  
 29-SEMINÁRIO  
 30-CAMPINA DO SIQUEIRA  
 31-VISTA ALEGRE  
 32-PILARZINHO  
 33-SÃO LOURENÇO  
 34-BOA VISTA  
 35-BACACHERI  
 36-BAIRRO ALTO  
 37-UBERABA  
 38-HAUER  
 39-FANNY  
 40-LINDÓIA  
 41-NOVO MUNDO  
 42-FAZENDINHA  
 43-SANTA QUITÉRIA  
 44-CAMPO COMPRIDO  
 45-MOSSUNGUÊ  
 46-SANTO INÁCIO  
 47-CASCATINHA  
 48-SÃO JOÃO  
 49-TABOÃO  
 50-ABRANCHES  
 51-CACHOEIRA  
 52-BARREIRINHA  
 53-SANTA CÂNDIDA  
 54-TINGUI  
 55-ATUBA  
 56-BOQUEIRÃO  
 57-XAXIM  
 58-CAPÃO RASO  
 59-ORLEANS  
 60-SÃO BRAZ  
 61-BUTIATUVINHA  
 62-LAMENHA PEQUENA  
 63-SANTA FELICIDADE  
 64-ALTO BOQUEIRÃO  
 65-SÍTIO CERCADO  
 66-PINHEIRINHO  
 67-SÃO MIGUEL  
 68-AUGUSTA  
 69-RIVIERA  
 70-CAXIMBA  
 71-CAMPO DE SANTANA  
 72-GANCHINHO  
 73-UMBARÁ  
 74-TATUQUARA  
 75-CIDADE INDUSTRIAL

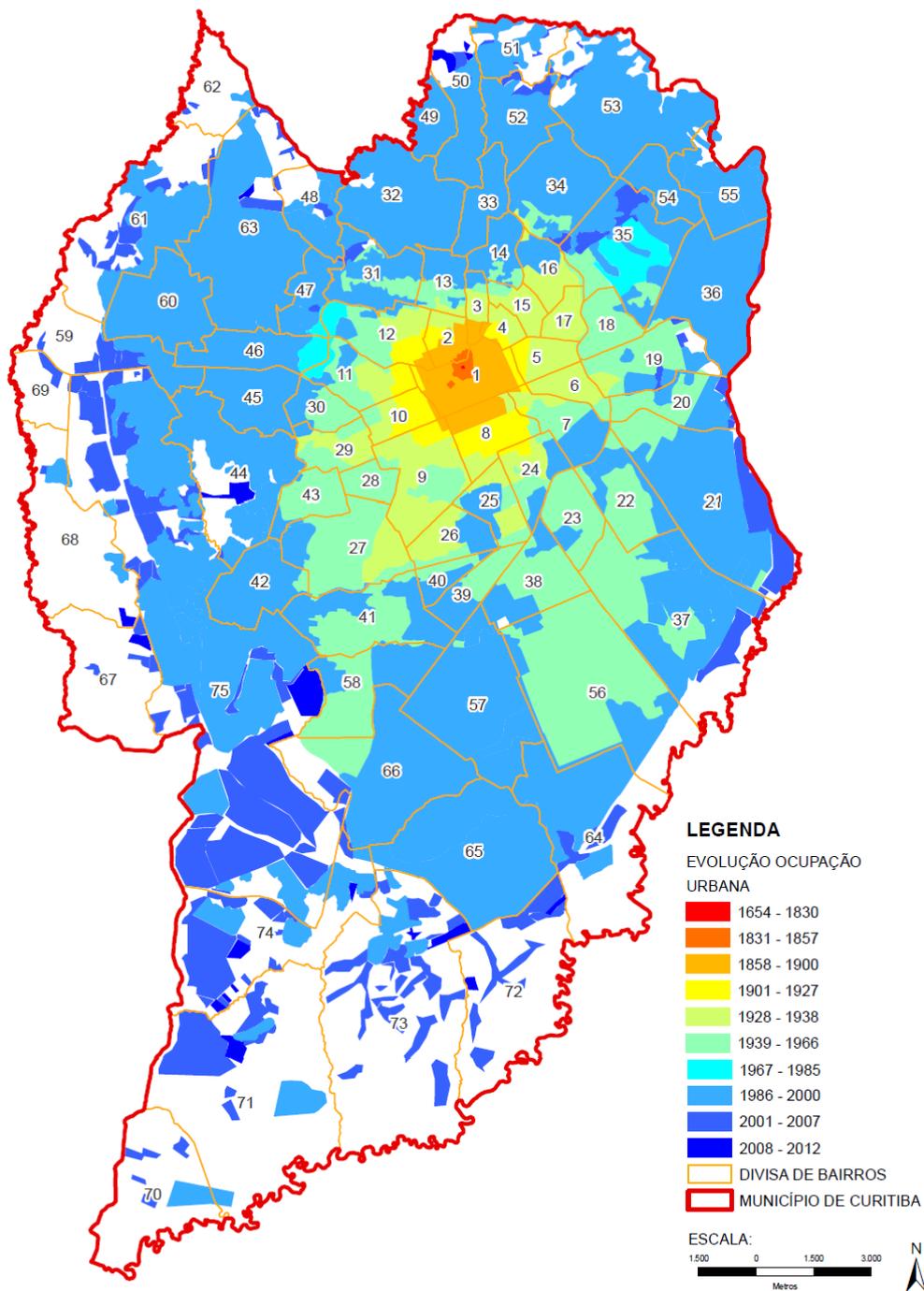


FIGURA 22: MAPA EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA DE CURITIBA

FONTE: IPPUC, 2012

O mapa anterior (FIGURA 22), relativo à evolução da ocupação urbana, retrata uma cidade que se aproxima do esgotamento de seus limites geográficos, apresentando ocupação em praticamente toda sua extensão. Em decorrência, restam poucas áreas para expansão, sendo que destas, grande parte corresponde à áreas de proteção ambiental. Simultaneamente, as taxas de crescimento anual da cidade apresentam declínios a cada Censo realizado. Diminuindo ao longo das décadas, a taxa de 5,34%, no período de 1970-1980, passou para 2,11%, em 1991-2000, até chegar a 0,99% de crescimento anual da cidade na última década (2000-2010).

Por outro lado, tal esgotamento do território, somado ao crescimento populacional que Curitiba vêm apresentando, acabam provocando um aumento na densidade demográfica da cidade. O índice – que varia de acordo com o bairro e é maior nas regiões que apresentam verticalização mais acentuada – correspondeu a 40,3 habitantes por hectare na cidade de Curitiba, segundo dados do Censo 2010 (GRÁFICO 4).

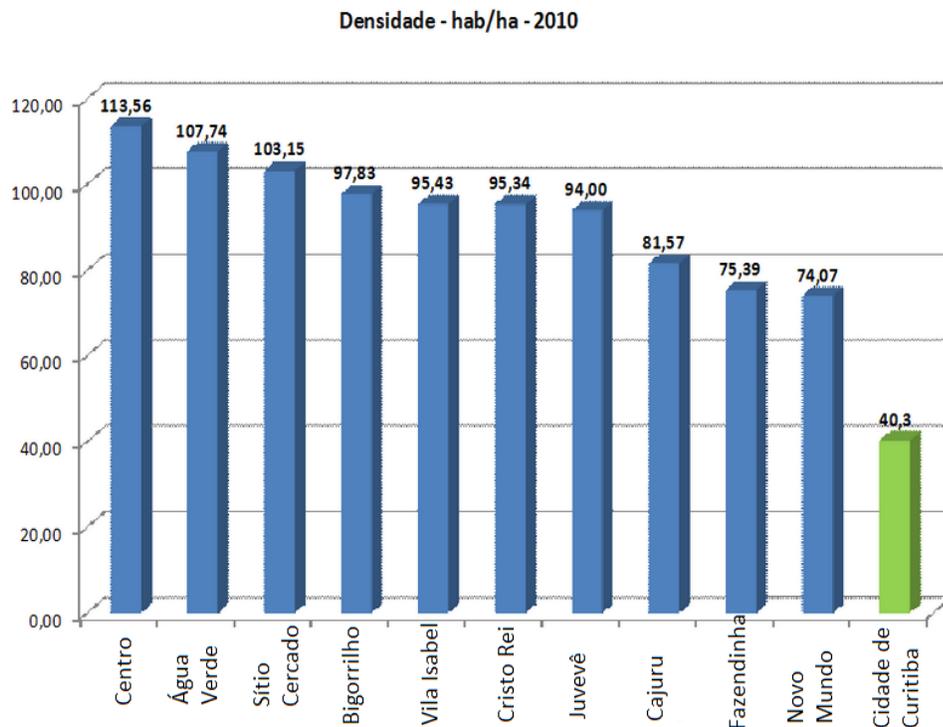


GRÁFICO 4: DEZ BAIRROS MAIS DENSOS DE CURITIBA EM 2010

FONTE: IPPUC, 2012

Como demonstrou o gráfico, o bairro Centro correspondeu à área mais densa da cidade, fenômeno que se mantém desde 1970. Os mapas que seguem (FIGURA 23) mostram a evolução da densidade demográfica na cidade de Curitiba, de 1970 a 2010, destacando os dez bairros mais densos.

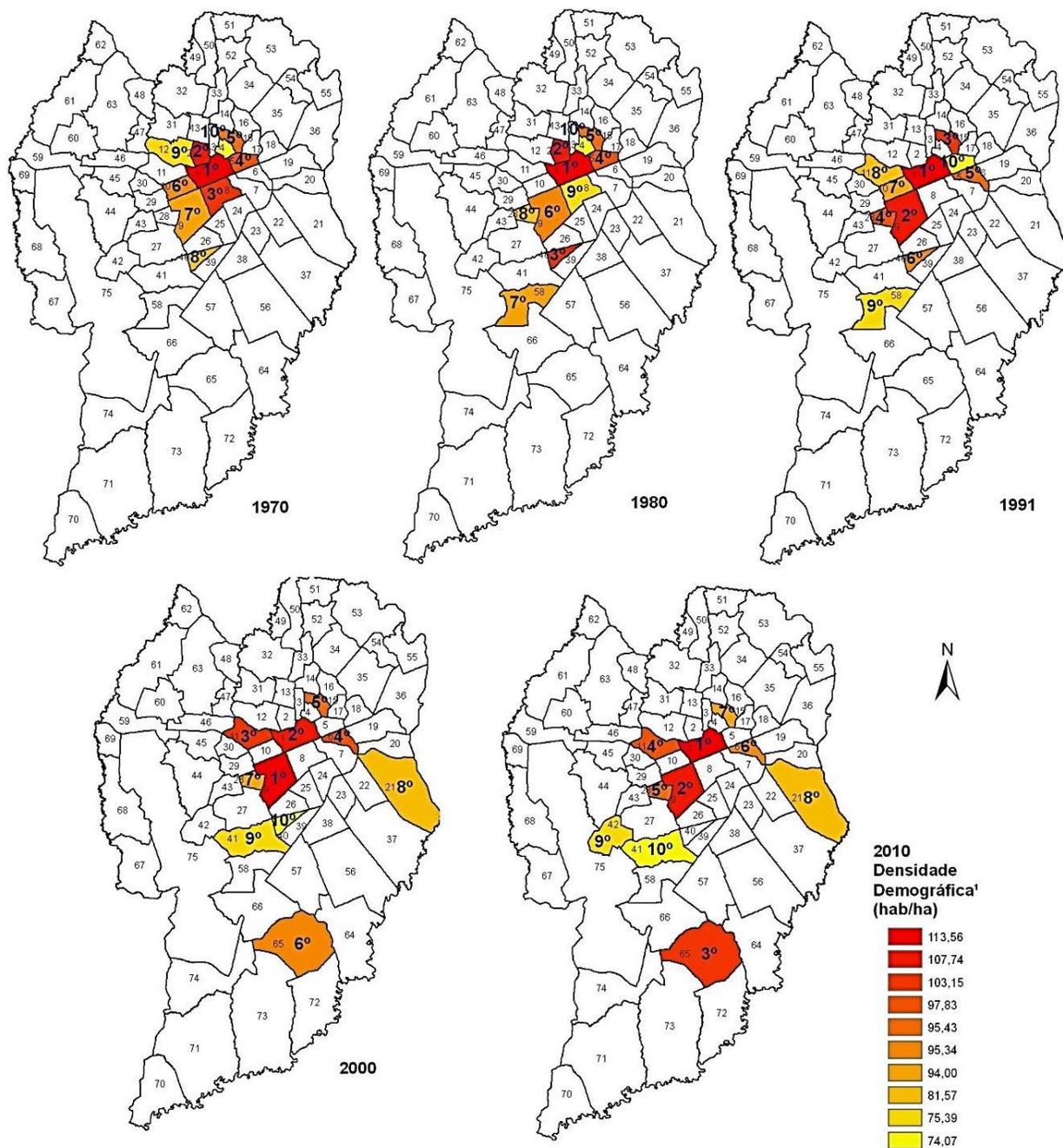


FIGURA 23: MAPAS DEZ BAIRROS MAIS DENSOS DE CURITIBA, 1970/2010

FONTE: IPPUC, 2012

A média de moradores por domicílios – densidade domiciliar – no entanto, vem apresentando redução ao longo dos anos, evidenciando tanto uma queda na taxa de fecundidade, quanto um aumento no número de pessoas morando sozinhas. Na década de 80 era de 4,25 habitantes por domicílio e em 2010 decresceu para 2,76. As densidades domiciliares são mais altas nos bairros periféricos e menores nos centrais. O bairro Centro – apesar de ser o mais denso demograficamente – configura-se como o que apresenta os menores valores de densidade domiciliar, desde 1980 (FIGURA 24).

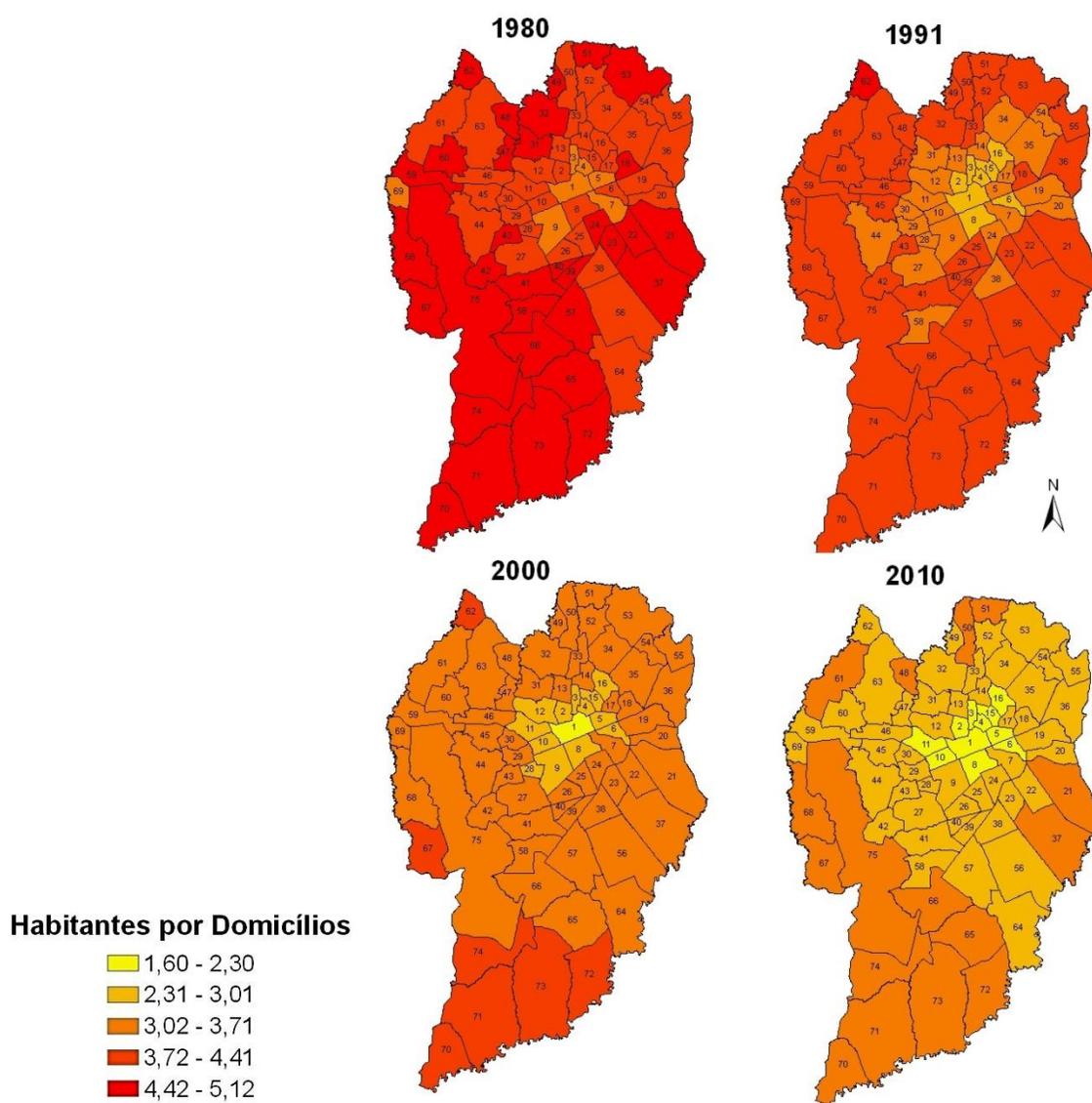


FIGURA 24: MAPAS DENSIDADE DOMICILIAR EM CURITIBA, 1980/2010

FONTE: IPPUC, 2012

Quanto à renda da população da cidade de Curitiba, em 2010, o rendimento mensal médio dos domicílios particulares permanentes correspondeu a 4,5 salários mínimos<sup>34</sup>. Sendo que, dos 75 bairros da cidade, mais de 30% apresentam taxas inferiores à quatro salários mínimos e 68% apresentam médias menores que sete, conforme a TABELA 4 que segue:

SALÁRIOS MÍNIMOS	NÚMERO DE BAIRROS	PORCENTAGEM
<b>2,4 a 3,9</b>	23	30,67%
<b>4,0 a 6,9</b>	28	37,33%
<b>7 a 9,9</b>	14	18,67%
<b>10 a 14</b>	10	13,33%

TABELA 4: RENDIMENTO MENSAL MEDIANO POR BAIRROS, CURITIBA 2010

FONTE: Elaborada pela Autora, dados IPPUC, 2012

A cidade de Curitiba, referenciada diversas vezes como “cidade modelo” em termos de planejamento urbano, recebeu ao longo de sua história diversos *slogans* – “cidade sorriso”, “capital ecológica”, “capital social” – na tentativa de sustentar uma imagem criada e, sob muitos aspectos, ilusória, de qualidade de vida. Os dados apresentados, no entanto, identificam um panorama geral de uma cidade com muitas contradições, onde a desigualdade e a segregação sócioespacial são fatores evidentes, e a questão da violência urbana torna-se cada vez mais problemática.

#### **4.2.2 A Criminalidade e sua Espacialização**

Como foi introduzido no final do item “4.1 Urbanização e Violência nas Cidades Brasileiras”, Curitiba vêm apresentando, principalmente ao longo da última década, um crescimento alarmante nos índices de violência e criminalidade, passando – neste curto período de tempo – de vigésima capital mais violenta do país, para a sexta.

<sup>34</sup> O valor do salário mínimo para o ano de 2010 era de R\$ 510,00.

Segundo o “Relatório Estatístico Criminal” divulgado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), a capital correspondeu à área integrada<sup>35</sup> que possui maiores registros criminais em todo o Paraná, representando quase 30% dos crimes contra o patrimônio (e mais de 17% dos crimes contra a pessoa) registrados no estado – no segundo trimestre de 2012<sup>36</sup> – sendo que sua população representa somente 17% do total da população estadual (PARANÁ, 2012c).

O relatório apresentou, neste mesmo período, os registros de crimes consumados por principais títulos penais, identificando os crimes contra o patrimônio como sendo os de maior ocorrência na cidade de Curitiba (56,3%), seguidos pelos crimes contra a pessoa (27,7%) conforme ao GRÁFICO 5. A superioridade numérica dos registros de crimes contra o patrimônio é encontrada não somente na cidade de Curitiba, como também nas demais AISP, e não apenas neste período, mas desde 2007, ano em que foi divulgado o primeiro relatório.

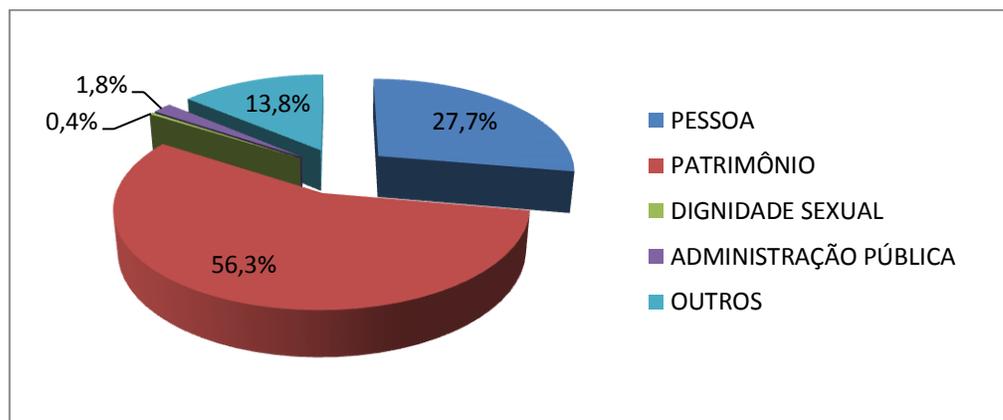


GRÁFICO 5: REGISTROS DE CRIMES CONSUMADOS POR PRINCIPAIS TÍTULOS PENAIS EM CURITIBA, 2º TRIMESTRE 2012

FONTE: Elaborado pela Autora, dados PARANÁ, 2012c

<sup>35</sup> A divulgação das informações (estatísticas e mapas) é dividida por Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) - criadas pelo Decreto Governamental número 2.834/2004 –, que representam espaços territoriais de atuação conjunta das polícias civil e militar. O estado divide-se em 23 AISP, sendo a primeira delas correspondente à cidade de Curitiba e as demais, conjuntos de cidades, com um município representando a sede. A Região Metropolitana de Curitiba, por exemplo, é a 2ª AISP e seu município sede é São José dos Pinhais.

<sup>36</sup> A SESP divulga trimestralmente os relatórios estatísticos criminais, desde 2007, ano no qual foi implantado o Boletim de Ocorrência Unificado (BOU) em todo o estado, passando a ser o único sistema computacional de registro de ocorrências policiais no Paraná. O relatório mais recente refere-se ao segundo trimestre de 2012.

A evolução dos registros de crimes contra o patrimônio na cidade de Curitiba é ilustrada pelo GRÁFICO 6 que segue. O aumento identificado a partir do ano de 2010 pode ser considerado produto da mudança de gestão das políticas de Segurança Pública, época na qual se passou a apresentar os números de ocorrências de crimes atendidos não apenas pela Polícia Civil, mas também pela Polícia Militar – não representando, portanto um crescimento real dos valores, mas sim, um aperfeiçoamento das estatísticas.

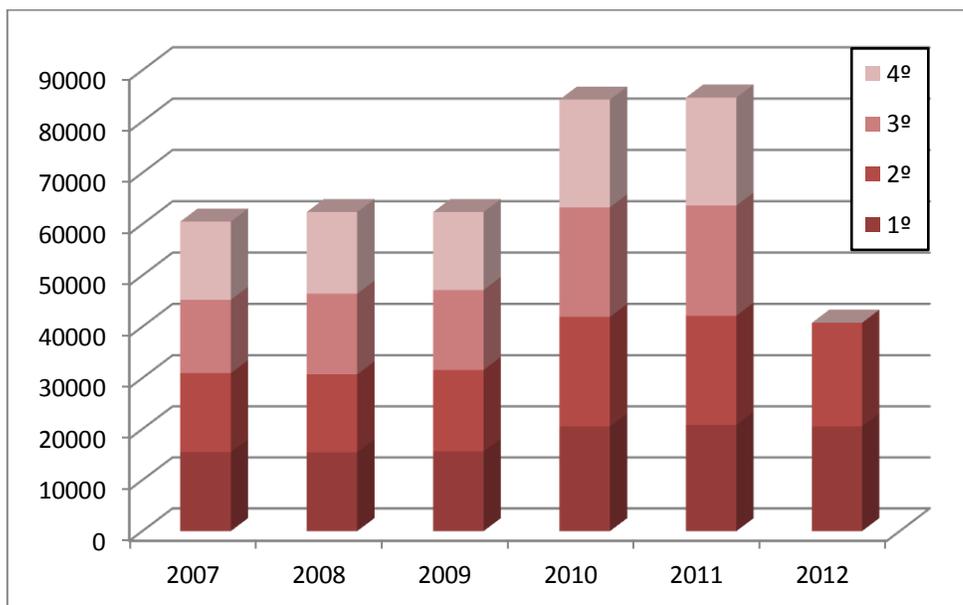


GRÁFICO 6: REGISTROS DE CRIMES CONSUMADOS CONTRA O PATRIMÔNIO POR TRIMESTRE, CURITIBA 2007/2012

FONTE: Elaborado pela Autora, dados PARANÁ, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012a, b, c

Entre os crimes consumados contra o patrimônio<sup>37</sup>, os que apresentam maior incidência ao longo dos anos são os de furtos e roubos, conforme demonstra o gráfico (GRÁFICO 7).

<sup>37</sup> Os principais crimes contra o patrimônio registrados são: furto, roubo, estelionato, dano, apropriação indébita, esbulho possessório e extorsão.

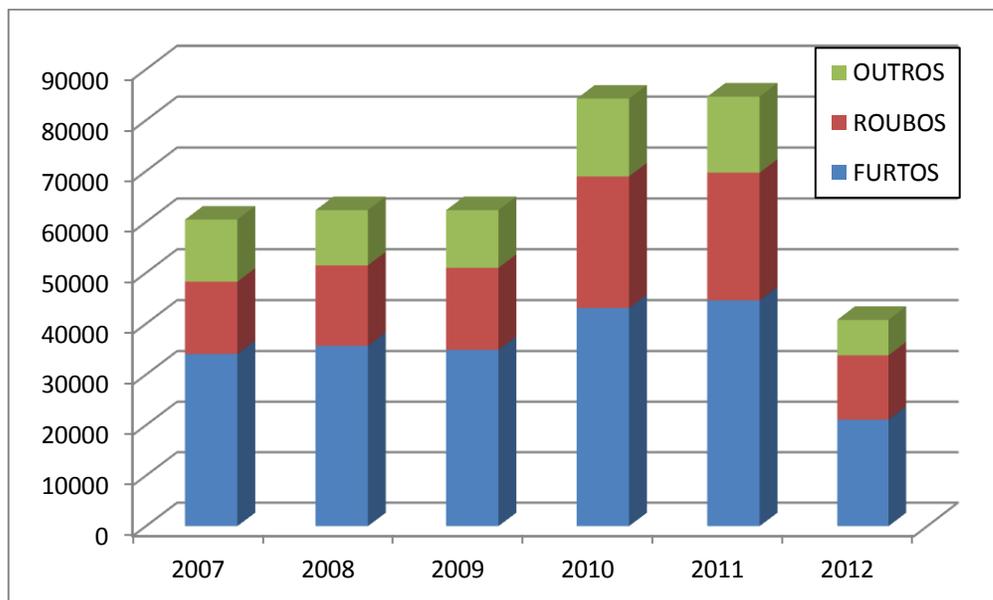


GRÁFICO 7: REGISTROS DE CRIMES CONSUMADOS CONTRA O PATRIMÔNIO POR TIPO DE CRIME, CURITIBA 2007/2012

FONTE: Elaborado pela Autora, dados PARANÁ, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012a, b, c

Curitiba, em virtude de diversos fatores, vem enfrentando uma elevação preocupante nas ocorrências criminais, as quais distribuem-se pelo território e concentram-se em determinadas áreas. A espacialização do crime na cidade, para o ano de 2008, pode ser observada no mapa seguinte (FIGURA 25), no qual, semelhante a um mapa de temperatura, representa-se as áreas com maior concentração de registros criminais (consideradas áreas “quentes”) com a cor vermelha e as com menor (áreas “frias”) com a cor verde, progressivamente.

É possível observar que a área central da cidade apresenta maior incidência de crimes. Além disso, verificam-se concentrações também em outros bairros, localizadas próximas às vias de grande circulação e de comércio. Tal distribuição é reflexo da grande quantidade de registros relacionados a crimes contra o patrimônio – principalmente furtos e roubos – decorrentes do comércio intenso que estas vias apresentam.

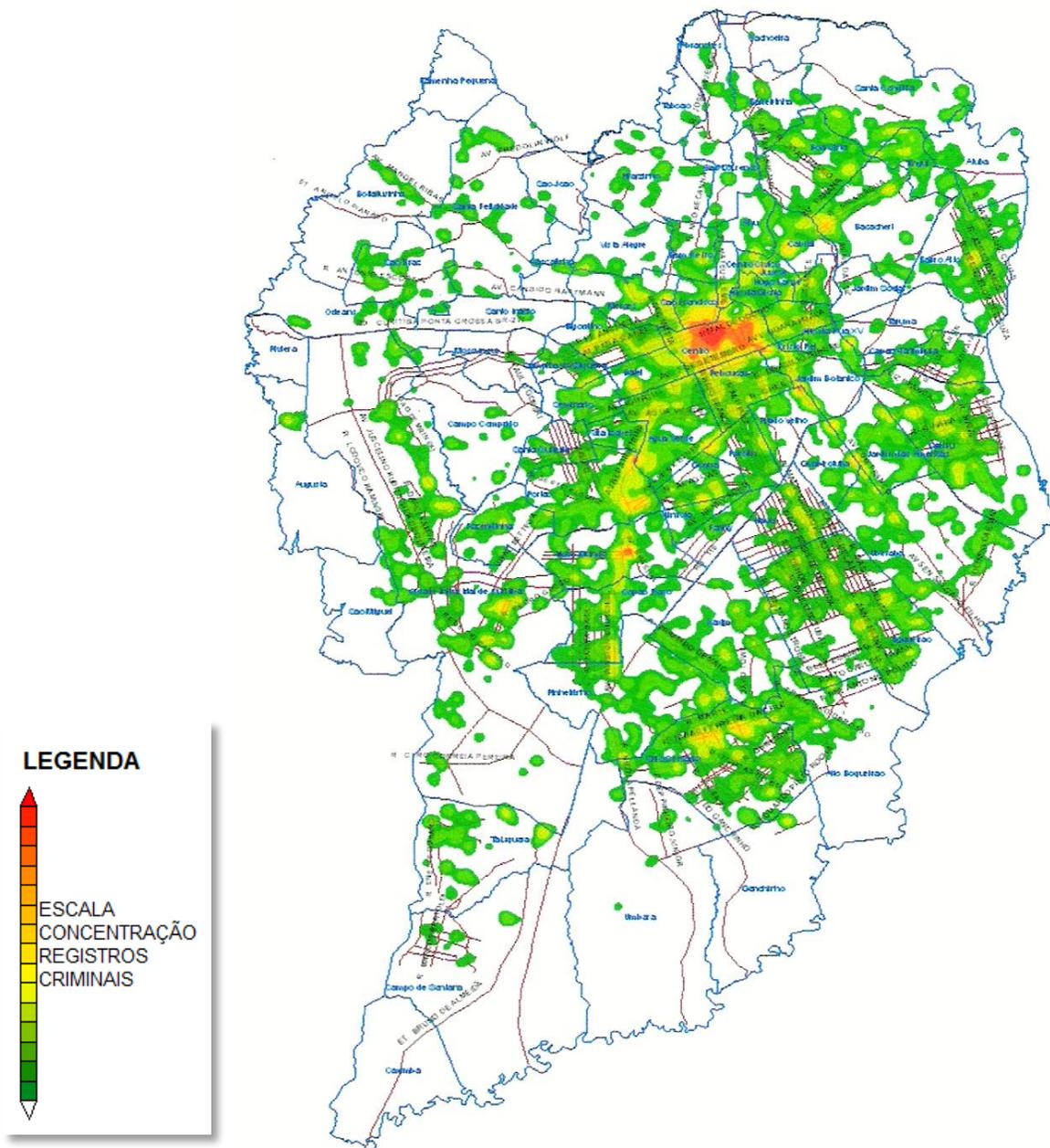


FIGURA 25: MAPA CONCENTRAÇÃO DE REGISTROS CRIMINAIS, CURITIBA 2008

FONTE: BORDIN, 2009, p.95

Segundo Bordin (2009), os crimes contra o patrimônio costumam concentrar-se em áreas da cidade nas quais “a possibilidade de lucro é maior e o custo será mínimo, em virtude de uma série de fatores” (BORDIN, 2009, p.81). O policial militar cita o bairro Centro como exemplo desta característica pela grande quantidade de pessoas

transitando diariamente e pela atividade intensa de serviços e comércio, as quais proporcionam uma maior circulação de dinheiro e favorecem, também, a fuga após o delito. O Centro, conforme as tabelas que seguem (TABELA 5 e TABELA 6), apresentou – para o ano de 2008 – as maiores porcentagens relativas, respectivamente, ao número de roubos e furtos em Curitiba.

RANKING	BAIRRO	QTD	%
1	CENTRO	2347	11,20
2	CIDADE INDUSTRIAL	1538	7,34
3	SITIO CERCADO	1022	4,88
4	BOQUEIRAO	884	4,22
5	PINHEIRINHO	787	3,76
6	PORTAO	744	3,55
7	CAJURU	741	3,54
8	AGUA VERDE	633	3,02
9	XAXIM	605	2,89
10	UBERABA	551	2,63
11	CAPAO RASO	501	2,39
12	REBOUCAS	478	2,28
13	HAUER	440	2,10
14	BACACHERI	388	1,85
15	BOA VISTA	386	1,84
16	NOVO MUNDO	360	1,72
17	BATEL	318	1,52
18	PAROLIM	316	1,51
19	FAZENDINHA	300	1,43
20	JD DAS AMERICAS	297	1,42
21	OUTROS BAIRROS	7312	34,91
	TOTAL	20948	100

TABELA 5: ORDEM DOS BAIRROS SEGUNDO A NATUREZA DE ROUBO, CURITIBA 2008

FONTE: BORDIN, 2009, p.90

RANKING	BAIRRO	QTD	%
1	CENTRO	5443	17,02
2	PORTAO	1459	4,56
3	BOQUEIRAO	1223	3,82
4	AGUA VERDE	1191	3,72
5	PINHEIRINHO	932	2,91
6	SITIO CERCADO	861	2,69
7	CIDADE INDUSTRIAL	1050	3,28
8	CAJURU	814	2,55
9	BATEL	734	2,29
10	HAUER	700	2,19
11	REBOUCAS	677	2,12
12	CAPAO RASO	647	2,02
13	XAXIM	616	1,93
14	UBERABA	586	1,83
15	BIGORRILHO	584	1,83
16	NOVO MUNDO	561	1,75
17	BACACHERI	551	1,72
18	BOA VISTA	494	1,54
19	SANTA FELICIDADE	493	1,54
20	MERCES	477	1,49
21	OUTROS BAIRROS	11891	37,18
	TOTAL	31984	100

TABELA 6: ORDEM DOS BAIRROS SEGUNDO A NATUREZA DE FURTO, CURITIBA 2008

FONTE: BORDIN, 2009, p.91

Em relação aos horários de maiores incidências criminais – relacionadas aos crimes contra o patrimônio – o período que apresentou maiores valores foi o da tarde (das 12hrs às 18hrs), durante todos os dias, excetuando os fins de semana, nos quais o período da noite (das 18hrs às 0hrs) apresentou mais ocorrências, conforme o gráfico (GRÁFICO 8).

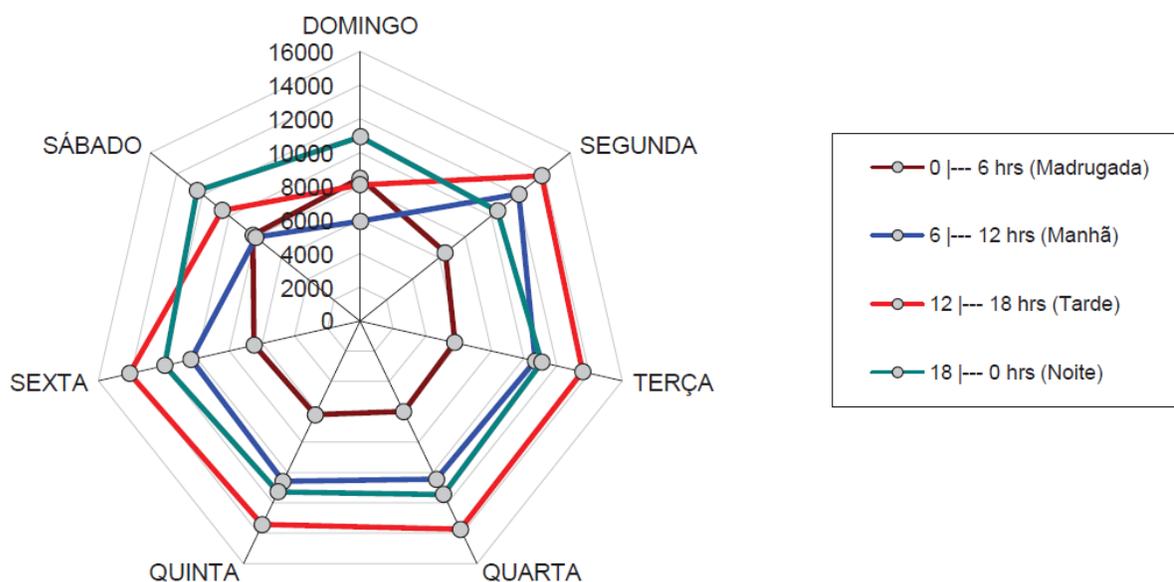


GRÁFICO 8: REGISTROS DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO SEGUNDO DIAS DA SEMANA E FAIXA HORÁRIA, PARANÁ 2011

FONTE: PARANÁ, 2012a

Observa-se aqui que os horários e dias com maiores números de registros criminais correspondem aos de circulação intensa de pessoas, reafirmando as hipóteses relativas à espacialização do crime contra o patrimônio, apresentadas anteriormente.

## 4.3 O Bairro Centro

O bairro central de Curitiba foi escolhido para a intervenção a ser proposta, pelos índices elevados de crimes relacionados a furtos e roubos identificados na área, assim como pelo seu valor histórico e simbólico.

Os centros das cidades têm sido identificados como o lugar mais dinâmico da vida urbana, animados pelo fluxo de pessoas, veículos e mercadorias decorrentes da marcante presença das atividades terciárias, transformando-se no referencial simbólico das cidades. Historicamente eleitos para a localização de diversas instituições públicas e religiosas, os centros têm a sua centralidade fortalecida pela somatória de todas essas atividades, e o seu significado, por vezes, extrapola os limites da própria cidade. (VARGAS E CASTILHO, 2009, p.1).

### 4.3.1 Dados Gerais

O bairro, pertencente à regional Matriz, localiza-se na região centro-leste da cidade de Curitiba (FIGURA 26), representando 0,76% de sua área – 3,3 km<sup>2</sup>. Faz divisa com os bairros: Alto da Glória, Alto da XV, Água Verde, Batel, Bigorriho, Centro Cívico, Cristo Rei, Jardim Botânico, Mercês, Rebouças e São Francisco.

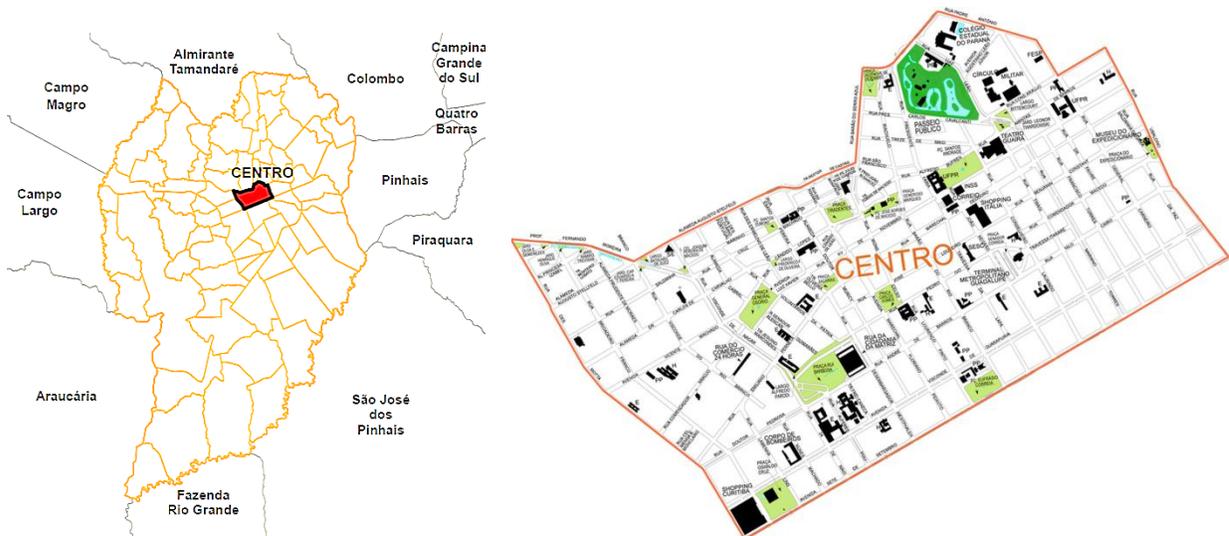


FIGURA 26: MAPAS LOCALIZAÇÃO NA CIDADE DE CURITIBA E BAIRRO CENTRO

FONTE: IPPUC

A população do bairro correspondeu, em 2010, a 37.283 habitantes e a densidade demográfica a 113,56 hab/ha, posicionando-se, conforme citado, como o bairro mais denso de Curitiba. Sobre o perfil da população (GRÁFICO 9), atualmente o Centro abriga grande número de pessoas idosas, possuindo idade média de seus habitantes superior à média da cidade (CENTRO VIVO, 2005). Observa-se também crescente ocupação por jovens, em sua maioria estudantes.

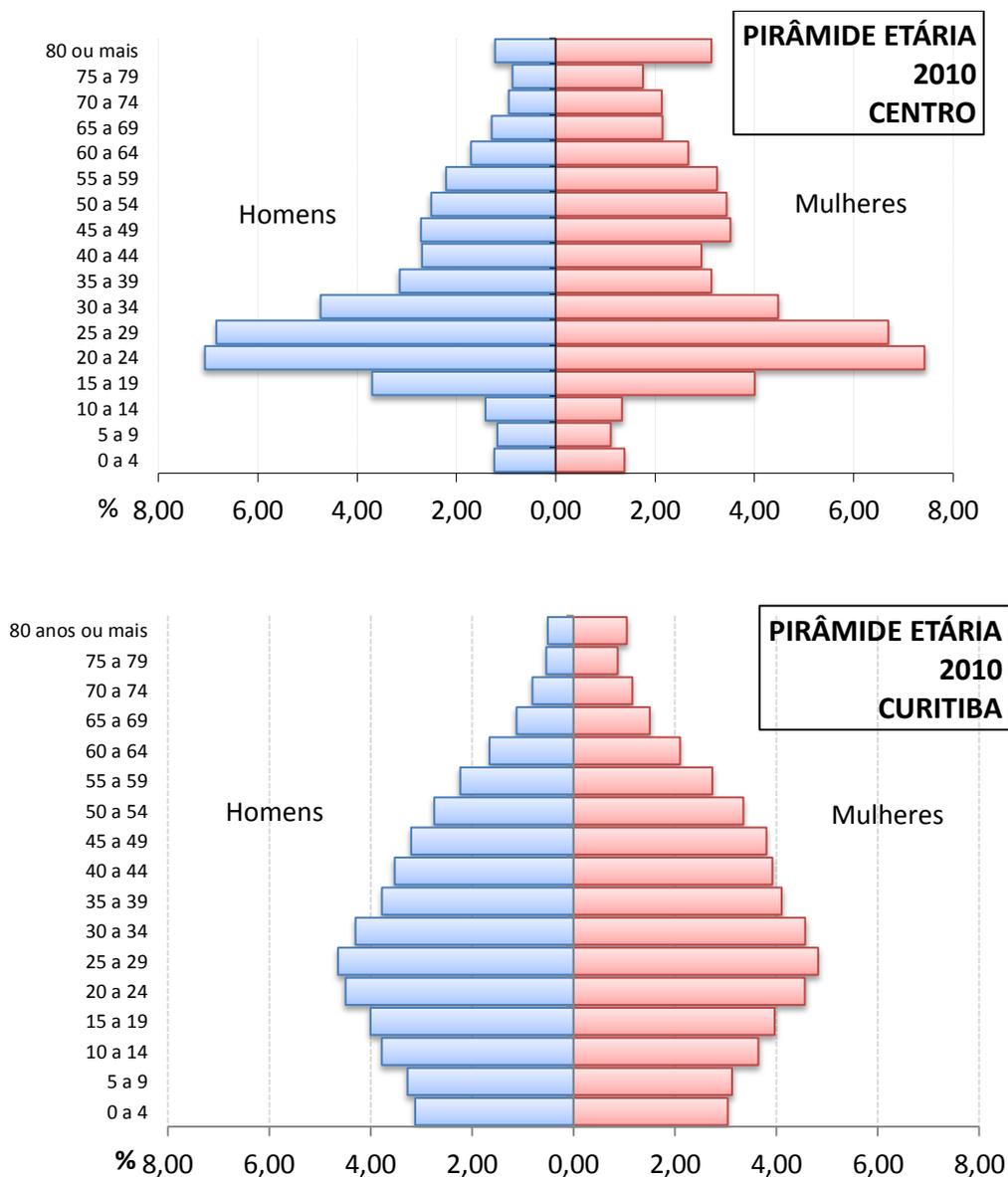


GRÁFICO 9: PIRÂMIDES ETÁRIAS CENTRO E CIDADE DE CURITIBA, 2010

FONTE: IPPUC, dados IBGE Censo 2010

Em relação à infraestrutura, o bairro Centro é abastecido em sua totalidade por redes de energia elétrica, iluminação pública, água, esgotamento sanitário e drenagem. A região possui todas as vias pavimentadas, servidas pelo transporte público e com coleta de lixo. A estrutura viária é composta por uma via externa do Setor Estrutural – av. Visconde de Guarapuava – e sete vias coletoras: Vicente Machado, Conselheiro Araújo, Amintas de Barros, XV de Novembro, Marechal Deodoro, Comendador Macedo e Nilo Cairo.

Apesar de constituir um bairro com infraestrutura consolidada, algumas deficiências podem ser identificadas no Centro como: iluminação pública inadequada em alguns pontos, carência de arborização em outros, péssimas condições de conservação das calçadas, falhas relacionadas à acessibilidade, entre outros problemas. O bairro possuía, em 2005, 27 edificações subutilizadas e 23 lotes vazios, conforme levantamento realizado pelo Centro Vivo (FIGURA 27).

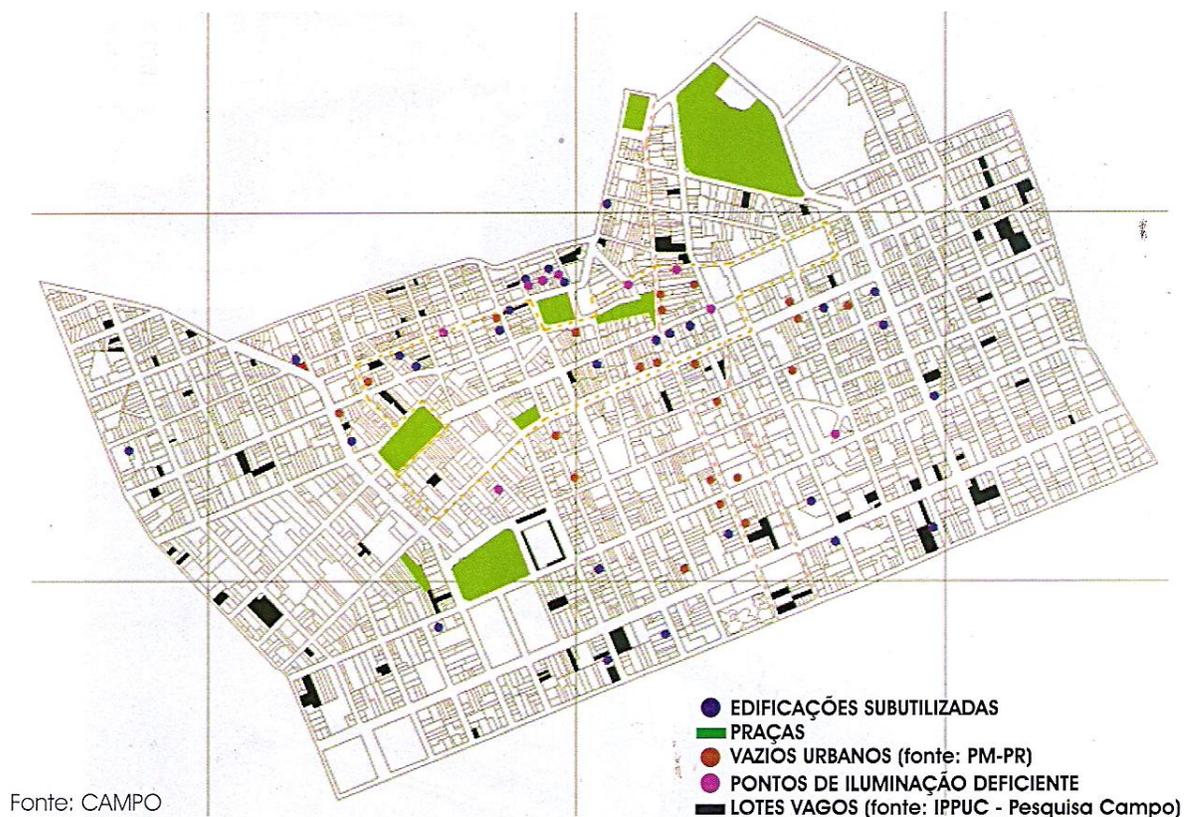


FIGURA 27: PLANTA SÍNTESE CENTRO

FONTE: CENTRO VIVO, 2005

### 4.3.2 A Percepção do Centro

O 1º Seminário Habitacional do Centro de Curitiba, realizado pelo Projeto Centro Vivo em 2005, analisou a percepção que 400 moradores e usuários possuíam do bairro, identificando a questão da segurança como um dos principais problemas.

A pesquisa sobre **percepção dos usuários** com relação ao Centro foi respondida por 100 usuários frequentes e por 100 não frequentes, escolhidos aleatoriamente. A questão inicial, destinada ao primeiro grupo, identificou o trabalho como principal motivo para se frequentar o bairro (48%), seguido das compras (29%) e pela localização de estabelecimentos importantes (25%).

Por outro lado, a pesquisa realizada com usuários não frequentes, identificou a ausência de necessidade como principal motivo para não vir ao Centro (74%) – apontando um fenômeno recorrente das cidades brasileiras, de criação de subcentros, tornando os bairros cada dia mais independentes, gerando abandono e, em decorrência, processos de degradação e desvalorização da área central.

A terceira questão, realizada com os dois grupos, identifica que a maioria não tem intenção de residir no bairro, totalizando 65% dos entrevistados – o que aponta para outra questão referente à rejeição da área como lugar de residência da população, por diversos motivos, com destaque à falta de segurança.

Para identificar a **percepção dos moradores** em relação ao bairro, foram entrevistados 400 residentes. O Centro foi reconhecido como agitado e inseguro pela sua população, conforme o gráfico (GRÁFICO 10) – relativo à primeira idéia que a relacionada à região.

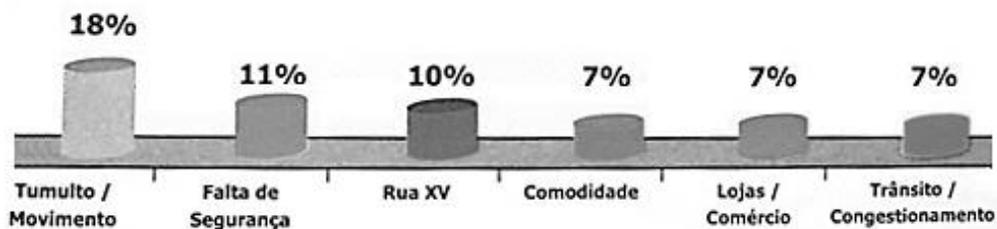


GRÁFICO 10: PRINCIPAIS PALAVRAS ASSOCIADAS AO CENTRO

FONTE: CENTRO VIVO, 2005

Ainda sobre a percepção dos moradores, a pesquisa identificou as lojas do centro como principais locais de compra do residente. A proximidade do trabalho ou estudo correspondeu ao principal motivo de se morar no bairro, com destaque também para a acessibilidade, a oferta de transporte e o custo do imóvel. Em relação à satisfação em residir no centro, a grande maioria avaliou como sendo um bom lugar para viver e, na possibilidade de mudar para outro local, a maior parte optaria por continuar morando no bairro. Em relação à satisfação com as características do bairro, porém, a questão da segurança e as condições das calçadas – identificados como as principais deficiências (GRÁFICO 11) – apresentaram graus bastante ruins.

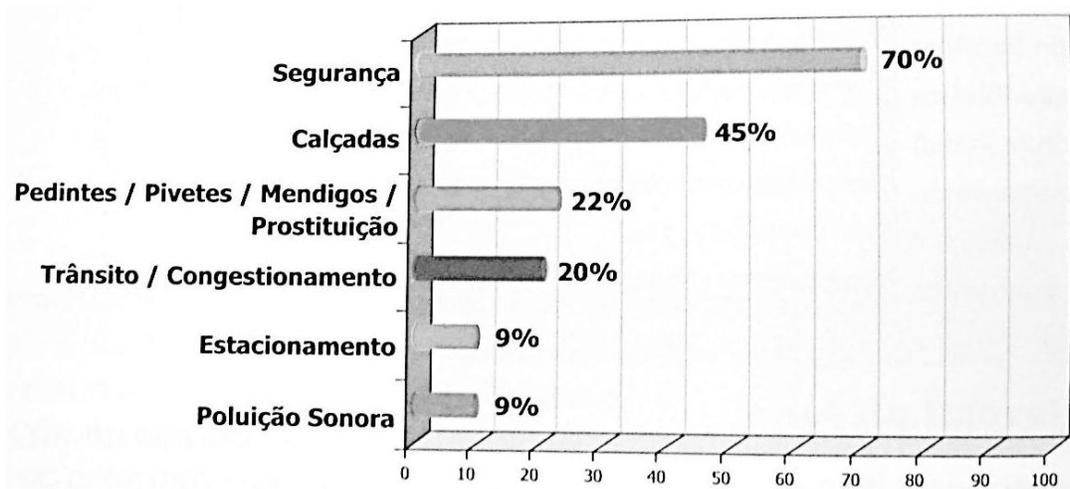


GRÁFICO 11: PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS DO CENTRO

FONTE: CENTRO VIVO, 2005

O 2º Seminário Habitacional, realizado no ano de 2008, pesquisou, entre outros fatores, a avaliação da segurança segundo 153 proprietários de estabelecimentos no Centro. Dos entrevistados, 36% foram vítimas de assaltos, e destes, apenas 58% registraram a ocorrência na delegacia. Algum plano de segurança foi adotado em 67% dos locais e 79% dos proprietários consideraram alguma rua do bairro insegura. Quanto ao horário mais inseguro nas ruas, 40% dos entrevistados consideram o período das 18hrs às 20hrs como o de maior risco, e 36% consideram depois das 22hrs. Quanto à

situação da gestão, segundo os proprietários dos estabelecimentos, as principais dificuldades encontradas foram:

- Falta de segurança: 40%;
- Calçadas ruins: 36%;
- Falta de estacionamento: 21%;
- Mendigos/trombadinhas/pivetes: 20%;
- Congestionamento: 18%.

Os dados obtidos nas pesquisas demonstram um bairro que, de foco central da cidade de Curitiba – onde se localizavam as principais atividades comerciais e de serviços e o local de moradia da população – passou a apresentar sinais de degradação e evasão populacional, geradas pelo processo de descentralização. Tal fenômeno vem colaborando para um aumento nas taxas criminais e, principalmente, no sentimento de insegurança dos usuários e moradores do Centro.

#### **4.3.3 A Identificação do Perímetro**

O recorte (FIGURA 28) do bairro Centro escolhido para análise e elaboração deste trabalho, correspondeu à área de atuação do Projeto Centro Vivo (até o ano de 2007). O perímetro divide-se em oito poligonais (FIGURA 29) de áreas semelhantes (FIGURA 30 a FIGURA 46) das quais uma será, posteriormente, escolhida para a intervenção a ser proposta. As fotos que seguem destacam tanto a paisagem quanto os usos presentes nas oito áreas do perímetro. A eleição de uma delas será baseada no levantamento a ser realizado na primeira etapa do plano de ações – correspondente à fase de projeto – e será fundamentada pelos aspectos conceituais acerca da prevenção do crime por meio do desenho urbano.

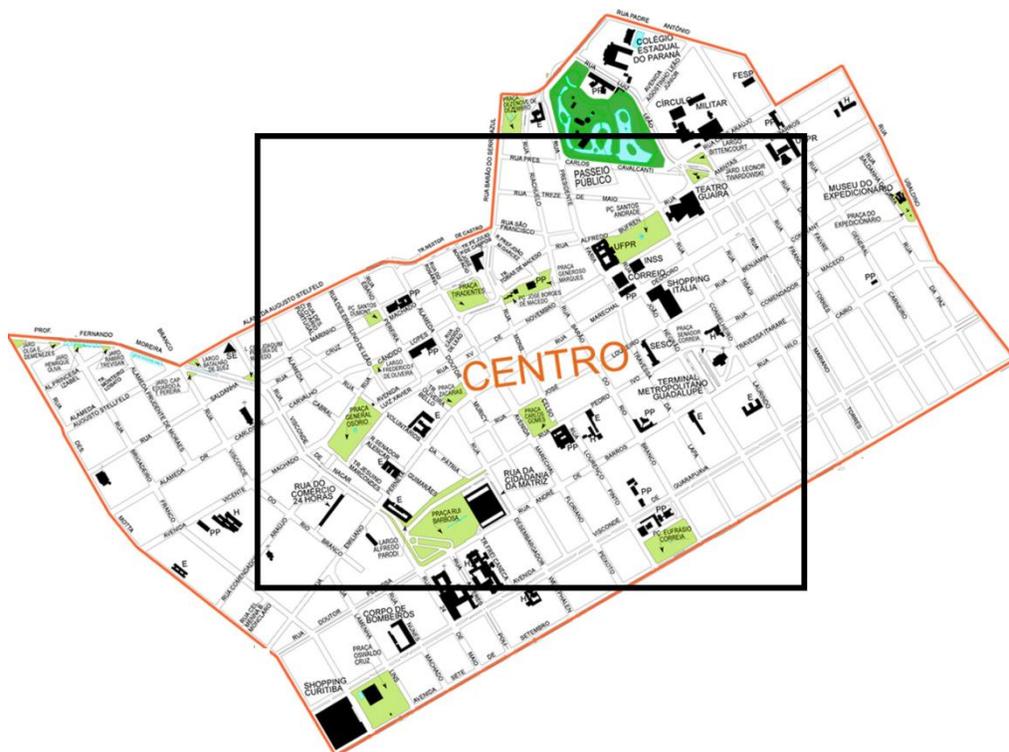


FIGURA 28: MAPA RECORTE DO CENTRO

FONTE: IPPUC, adaptado pela autora

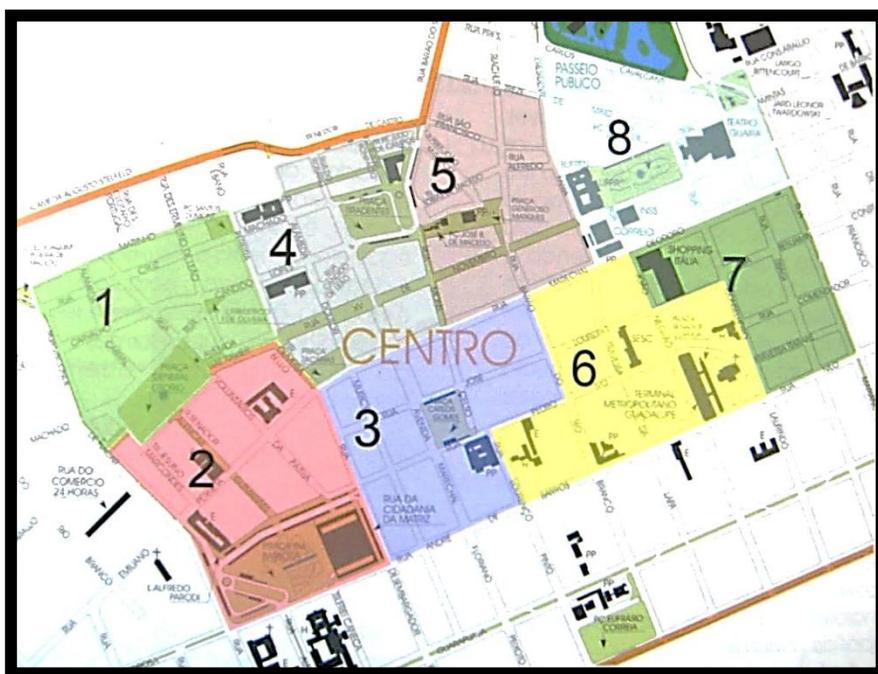


FIGURA 29: MAPA PERÍMETRO DE ANÁLISE COM DIVISÃO DE ÁREAS

FONTE: CENTRO VIVO, 2008



FIGURA 30: FOTO CHAFARIZ PRAÇA OSÓRIO (ÁREA 1)



FIGURA 31: FOTO PRAÇA OSÓRIO (ÁREA 1)

FONTE: Guia Geográfico Curitiba



FIGURA 32: FOTO PRAÇA RUI BARBOSA (ÁREA 2)

FONTE: Guia Geográfico Curitiba



FIGURA 33: FOTO RUA DA CIDADANIA MATRIZ (ÁREA 2)

FONTE: Guia Geográfico Curitiba



FIGURA 34: FOTO PRAÇA CARLOS GOMES (ÁREA 3)

FONTE: Parques e Praças de Curitiba



FIGURA 36: FOTO BUSTO PRAÇA TIRADENTES (ÁREA 4)

FONTE: A Autora, outubro 2012



FIGURA 35: FOTO CATEDRAL (ÁREA 4)

FONTE: A Autora, outubro 2012



FIGURA 37: FOTO RUA MONSENHOR CELSO (ÁREA 4)

FONTE: A Autora, outubro 2012

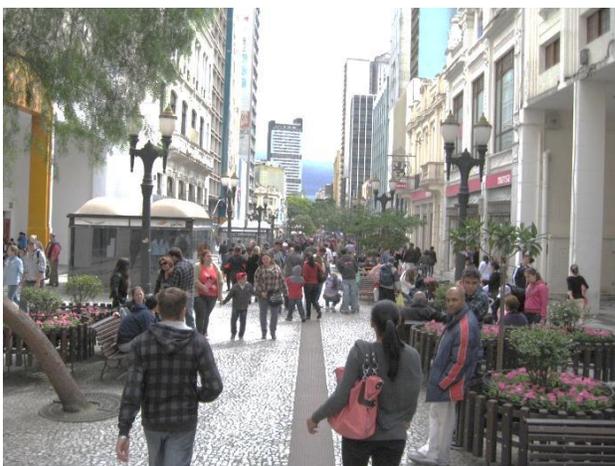
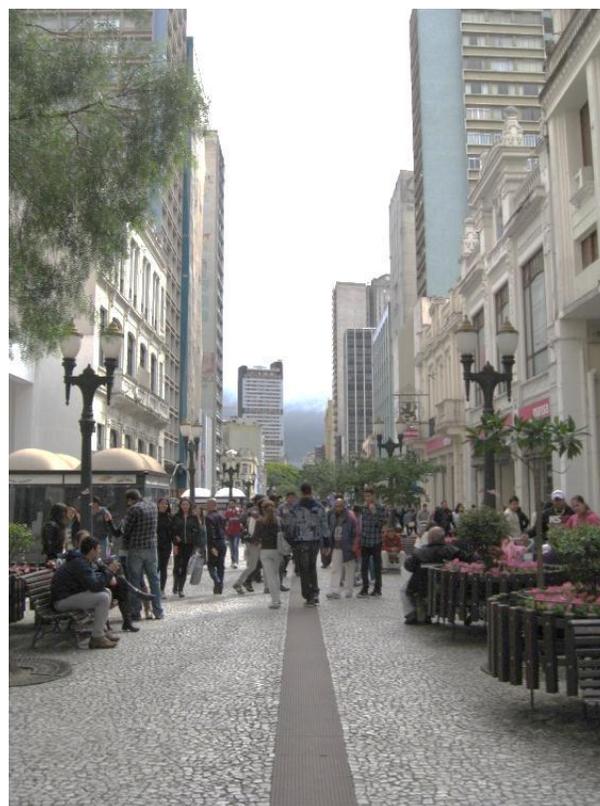


FIGURA 38: FOTOS RUA XV DE NOVEMBRO (ÁREAS 4 E 5)

FONTE: A Autora, outubro 2012



FIGURA 39: FOTO PRAÇA GENEROSO MARQUES (ÁREA 5)

FONTE: A Autora, outubro 2012



FIGURA 41: FOTO PAÇO MUNICIPAL, PRAÇA GENEROSO MARQUES (ÁREA 5)

FONTE: A Autora, outubro 2012



FIGURA 40: FOTO PRAÇA GENEROSO MARQUES (ÁREA 5)

FONTE: A Autora, outubro 2012



FIGURA 42: TERMINAL METROPOLITANO GUADALUPE (ÁREA 6)

FONTE: URBS, Prefeitura Municipal de Curitiba



FIGURA 43: FOTO RUA MARECHAL DEODORO (ÁREA 7)



FIGURA 45: FOTO PRAÇA SANTOS ANDRADE (ÁREA 8)



FIGURA 44: FOTO PRAÇA SANTOS ANDRADE, TEATRO GUAÍRA (ÁREA 8)



FIGURA 46: FOTO PRAÇA SANTOS ANDRADE, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (ÁREA 8)

FONTE: A Autora, outubro 2012

## 4.4 Considerações Acerca do Estudo da Realidade

O bairro central de Curitiba vem apresentando ao longo das últimas décadas fatores de degradação e abandono da população residente gerados pelo fenômeno de descentralização. O aumento das taxas de criminalidade e do sentimento de insegurança são reflexos deste contexto alarmante – maximizados pelo fluxo intenso de pessoas e capital característico da área que potencializa a produção de oportunidades. O quadro a seguir sintetiza os aspectos analisados no Estudo da Realidade, com foco na questão da segurança pública e no desenho urbano, como forma de embasar as diretrizes e o plano de ações que serão propostos no próximo capítulo.

Características Gerais	Fatores de Degradação
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alta densidade demográfica;</li> <li>• Baixa densidade domiciliar;</li> <li>• Grande número de idosos e estudantes;</li> <li>• Idade média da população superior à de Curitiba;</li> <li>• Infraestrutura consolidada;</li> <li>• Abriga diversas instituições culturais e educacionais;</li> <li>• Pólo cultural da cidade;</li> <li>• Valor histórico e simbólico;</li> <li>• Grande oferta de empregos;</li> <li>• Grande oferta de transporte público;</li> <li>• Fluxo intenso de pessoas e veículos durante o dia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Área de maior concentração de ocorrências criminais;</li> <li>• Altas taxas de furtos e roubos;</li> <li>• Classificado como agitado e inseguro pelos moradores;</li> <li>• Abandono da população residente;</li> <li>• Existência de imóveis abandonados e subutilizados;</li> <li>• Deficiências relativas à acessibilidade de edifícios e passeios;</li> <li>• Péssimas condições das calçadas;</li> <li>• Iluminação inadequada em alguns pontos;</li> <li>• Grande quantidade de cortiços;</li> <li>• Atos de vandalismo como pichações e depredações;</li> <li>• Fluxo reduzido de pessoas no período noturno</li> </ul>

QUADRO 4: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTUDO DA REALIDADE

FONTE: A Autora, 2012

## 5 DIRETRIZES GERAIS DE PROJETO

A questão da segurança pública destaca-se como uma das principais preocupações relacionadas à área central de Curitiba. Para a prevenção criminal relacionada às intervenções na escala de desenho urbano, são apresentadas as seguintes diretrizes gerais:

- Fornecer abordagens possíveis para as questões de segurança pública por meio de intervenções no desenho urbano;
- Contrapor a tendência de análise das causas criminais excessivamente pelos aspectos sociais e psicológicos;
- Garantir que a preservação da segurança pública não seja responsabilidade apenas da polícia;
- Gerar conhecimento mais aprofundado sobre os padrões e as tendências do crime e sua relação com o ambiente construído;
- Analisar as formas de apropriação, os usos e as funções dos espaços públicos para compreensão dos fatores de desfiguração relacionados ao crime e ao sentimento de insegurança;
- Reforçar o papel da comunidade na conservação da ordem e da paz;
- Reduzir as oportunidades criminais que o ambiente físico possibilita;
- Propor um modelo para ambientes urbanos que iniba as práticas criminais por meio de alterações no espaço construído.

## 5.1 Diretrizes Específicas

Das diretrizes gerais chega-se à proposta de diretrizes específicas para direcionamento do plano de ações, contemplando os conceitos e abordagens apresentados previamente, com objetivos de prevenir e inibir a prática criminal por meio de intervenções no ambiente físico. As diretrizes específicas são:

- Formação do sentido do lugar – por meio dos elementos de morfologia urbana, análise visual, percepção do meio ambiente e comportamento ambiental – do bairro Centro relacionando-os com as implicações na prevenção do crime;
- Evidenciar a capacidade dos cenários favorecerem ou inibirem a tradução de propensões criminais em ações concretas;
- Reduzir as recompensas de se cometer atos criminais;
- Aumentar os riscos e a dificuldade para realização de atividades ilícitas;
- Transmitir por meio do desenho urbano e arquitetônico a sensação de que os potenciais ofensores estão sendo vigiados, desencorajando a prática criminal;
- Permitir aos proprietários exercerem controle sobre o território por meio de reestruturação da disposição física dos espaços – com base na teoria do Espaço Defensável;
- Estimular os habitantes a cuidar e a vigiar as áreas adjacentes às suas propriedades;
- Utilizar atributos de desenho e paisagismo para reforçar a territorialidade;
- Identificar as funções do espaço – por meio da abordagem “3D” (designação, definição e desenho) – e resolver os problemas e conflitos existentes, relacionados à criminalidade e ao sentimento de insegurança.

## 5.2 Plano de Ações

O plano de ações relacionado à proposta de prevenção do crime através do desenho urbano, no bairro Centro da cidade de Curitiba, abrangerá basicamente quatro etapas, a seguir descritas de forma sintética:

### **Etapa I – Identificação da Área de Intervenção**

1. Levantamento de dados para caracterização das oito áreas do perímetro delimitado do centro de Curitiba, sob o ponto de vista das abordagens de prevenção do crime através do desenho urbano;
2. Levantamento fotográfico das áreas;
3. Mapeamento das ocorrências criminais relacionadas a furtos e roubos no perímetro;
4. Definição de critérios para escolha de uma das áreas para a intervenção;
5. Seleção de uma área para detalhamento do estudo.

### **Etapa II – Caracterização da Área de Intervenção**

1. Análise visual, percepção do meio ambiente e comportamento ambiental;
2. Observação das condições relacionadas à vigilância natural, controle de acessos e territorialidade;
3. Aplicação do questionário da abordagem “3D” (designação, definição e desenho);
4. Identificação dos principais problemas e conflitos presentes na área;
5. Listagem das oportunidades criminais proporcionadas pelo desenho urbano e arquitetônico.

**Etapa III – Proposta de Programa de Ação para a Área Delimitada**

1. Conceitos de aplicação para a área específica em relação à Prevenção do Crime através do desenho urbano;
2. Proposta de abordagem prática para a intervenção espacial na área específica;
3. Proposição de meios de envolvimento da comunidade;
4. Estabelecimento de indicadores para avaliação dos resultados.

**Etapa IV – Proposta de Programa de Prevenção do Crime**

1. Tentativa de generalização das proposições relativas à área piloto;
2. Consideração da reaplicabilidade em outras áreas.

## REFERÊNCIAS

AUSTRALIAN CAPITAL TERRITORY GOVERNMENT. **ACT Crime Prevention & Urban Design: Resource Manual**. Canberra, Austrália, 2000. Disponível em: <[http://www.actpla.act.gov.au/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0019/9316/crimemanual.pdf](http://www.actpla.act.gov.au/__data/assets/pdf_file/0019/9316/crimemanual.pdf)>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

AUSTRALIAN INSTITUTE OF CRIMINOLOGY. **Design Out Crime**. Wavery, Austrália, 1989. Disponível em: <<http://www.aic.gov.au/publications/>>. Acesso em: 15/03/2012.

BONDARUK, Roberson L. **A prevenção do crime através do desenho urbano**. [1. ed.]. Curitiba: Ed. do Autor, 2007. 326 p., il. Inclui bibliografia.

\_\_\_\_\_. Nossos Municípios Mais Seguros: O Papel do Município na Segurança do Cidadão. CREA - PR. Disponível em: <<http://www.anidelito.net>>. Acesso em: 12 de março de 2012.

BORDIN, Marcelo. **Geografia do crime em Curitiba**: a produção de espaços segregados pela violência. 113 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de Muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. Editora 34, 2ª ed., São Paulo, 2000.

CENTRO VIVO. **1º Seminário Habitacional do Centro de Curitiba**. Associação Comercial do Paraná. Curitiba, 1ª ed., dez. 2005. Revista.

\_\_\_\_\_. **2º Seminário Habitacional do Centro de Curitiba**. Associação Comercial do Paraná. Curitiba, 2ª ed., jun. 2008. Revista.

CLARKE, Ronald V. **Situational Crime Prevention: Successful Case Studies**. School of Criminal Justice. Rutgers University. Second Edition. Harrow and Heston Publishers. Guilderland, New York. 1997.

\_\_\_\_\_. **The Theory of Crime Prevention Through Environmental Design.** [19—]. Disponível em: <<http://www3.cutr.usf.edu>>. Acesso em: 20 de maio de 2012.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 4. ed. São Paulo: Atica, 1989. 94 p.  
CURITIBA. Prefeitura Municipal. Disponível em : <[www.curitiba.pr.gov.br](http://www.curitiba.pr.gov.br)>. Acesso em: 28/05/2012.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento.** São Paulo: Pini, 1990. 198p., il.

FELSON, M.; CLARKE, R. ***Opportunity Makes the Thief: Practical Theory for Crime Prevention. Police Research Series Paper 98. Home Office Research, Development and Statistics Directorate,*** 1998.

FOWLER, F. J. J.; MCCALLA, M. E.; MANGLONE, R. W. **Reducing Residential Crime and Fear: The Hartford Neighborhood Crime Prevention Program – Executive Summary,** National Institute of Law Enforcement and Criminal Justice, Washington, DC, 1979.

GARDINER, Richard A. ***Crime and the Neighbourhood Environment.*** HUD Challenge, 1978.

GONÇALVES, Maria Flora (Org.). **O Novo Brasil Urbano: impasses, dilemas, perspectivas.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. 358p., il.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em: 19/08/2012.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 19/08/2012.

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Curitiba em Dados.** Disponível em: <<http://curitibaemdados.ippuc.org.br/>>. Acesso em: 10/08/2012.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000. 510p., il, 21 cm. (Coleção A). Inclui bibliografia e indice.

NEWMAN, O. **Creating Defensible Space**. U.S. Department of Housing and Urban Development, Office of Policy Development and Research. New York, 1996.

OS URBANITAS. **A Área da Luz em São Paulo**: Reabilitação de edifícios históricos *versus* Recuperação urbana. Disponível em <<http://osurbanitas.org/osurbanitas5>>. Acesso em: 10/05/2012.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Segurança Pública. **Relatório Estatístico Criminal: Paraná 2007**. Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico. Curitiba, 2008.

\_\_\_\_\_. **Relatório Estatístico Criminal: Paraná 2008**. Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico. Curitiba, 2009.

\_\_\_\_\_. **Relatório Estatístico Criminal: Paraná 2009**. Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico. Curitiba, 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório Estatístico Criminal: Paraná 2010**. Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico. Curitiba, 2011.

\_\_\_\_\_. **Relatório Estatístico Criminal: Paraná 2011**. Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico. Curitiba, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Relatório Estatístico Criminal: 1º Trimestre de 2012 Paraná**. Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico. Curitiba, 2012b.

\_\_\_\_\_. **Relatório Estatístico Criminal: 2º Trimestre de 2012 Paraná**. Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico. Curitiba, 2012c.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.

SANTOS, C. N. F.; VOGEL, A. **Quando a rua vira casa**: a apropriação dos espaços de uso coletivo em um centro de bairro. São Paulo: Projeto FINEP/IBAM, 1985.

VARGAS, H. C. (Org.); CASTILHO, A. L. H (Org.). *Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. 2. ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2009.

VIRGINIA CRIME PREVENTION ASSOCIATION. **CPTED Guidelines** - *Safety by Design: Creating a Safer Environment in Virginia*. Virginia CPTED Committee. Richmond, Virginia, EUA, 2005.

VITALE, Letizia et al. **Perímetro de reabilitação Integrada do Habitat – PRIH**. Uma experiência de intervenção nas áreas centrais. Anais do XI Encontro da Anpur. Salvador, 2005.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012**: Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil. Brasília, Ministério da Justiça, Instituto Sangari. 2011. Disponível em: <http://www.sangari.com/mapadaviolencia/>. Acesso em 23/032012.